

Quilombolas do Vale do Guaporé

Modos de conhecimento e territorialidade

Sustentável
editora

José Carlos Leite
Verone Cristina da Silva

EduFMT



Ministério da Educação
Universidade Federal de Mato Grosso

Reitora

Maria Lúcia Cavalli Neder

Vice-Reitor

João Carlos de Souza Maia

Coordenadora da EdUFMT

Lúcia Helena Ventrúsculo Possari



Conselho Editorial

Presidente

Lúcia Helena Ventrúsculo Possari (*IL*)

Membros

Ademar de Lima Carvalho (*UFMT Rondonópolis*)

Antônio Dinis Ferreira (*ESAC – IPC – Portugal*)

Ana Carrilho Romero (*FEF*)

Andréa Ferraz Fernandez (*IL*)

Eduardo Beraldo de Morais (*FAET*)

Giuvano Ebling Brondani (*ICET*)

Janaina Januário da Silva (*FAMEVZ*)

Lucyomar França Neto (*Discente - FD*)

Maria Cristina Theobaldo (*ICHS*)

María Eugenia Borsani (*CEAPEDI – Argentina*)

Maria Santíssima de Lima (*Técnica – SECOMM*)

Maria Thereza de Oliveira Azevedo (*IL*)

Marina Atanaka dos Santos (*ISC*)

Marliton Rocha Barreto (*UFMT - Sinop*)

Maurício Godoy (*IF*)

Michèle Sato (*IE*)

Roberto Apolonio (*FAET*)

Solange Maria Bonaldo (*UFMT – Sinop*)

Yuji Gushiken (*IL*)

José Carlos Leite
Verone Cristina da Silva

Quilombolas do Vale do Guaporé

Modos de conhecimento e territorialidade



Cuiabá-MT
2014

Copyright © José Carlos Leite e Verone Cristina da Silva, 2014.

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A EdUFMT segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor no Brasil desde 2009.

A aceitação das alterações textuais e de normalização bibliográfica sugeridas pelo revisor é uma decisão do autor/organizador.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L533 Leite, José Carlos

Quilombolas do Vale do Guaporé : modos de conhecimento e territorialidade / José Carlos Leite, Verone Cristina da Silva. – Cuiabá : EdUFMT; Ed. Sustentável, 2014. 197 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-327-0537-2 (EdUFMT)

ISBN 978-85-67770-01-7 (Ed. Sustentável)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

1. Quilombolas – Vale do Guaporé (MT). 2. Quilombolas – Mato Grosso – Modo de vida. 3. Projeto Guyagrafor – Comunidades Quilombolas – Vale do Guaporé (MT). 4. Quilombolas – Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) – Territorialidade. I. Título.

CDU – 316.334.55:397(817.2)

Ficha técnica

Editor: Téo de Miranda (Ed. Sustentável)

Revisão textual e normalização: Cristina Campos

Supervisão Técnica: Janaina Januário da Silva (EdUFMT)

Projeto gráfico, editoração e finalização: Téo de Miranda (Ed. Sustentável)

Capa: Téo de Miranda (Ed. Sustentável), a partir de pinturas de Gervane de Paula

Fotos: Acervo Projeto Guyagrafor

Tratamento de imagens: Téo de Miranda (Ed. Sustentável)

Assistente de editoração: Mayara Dias



Editora da Universidade Federal de Mato Grosso
Av. Fernando Correa da Costa, 2.367.

Boa Esperança. CEP: 78060-900. Cuiabá-MT.

edufmt@hotmail.com

www.editora.ufmt.br

Fones: (65) 3615-8322 / 3615-8325



Editora Sustentável

E-mail: teoimagem@gmail.com

Fones: (65) 3054-3078/ (65) 9977-0835

Apoio:



Agradecimentos

Aos quilombolas de Retiro e Boqueirão, do município de Vila Bela da Santíssima Trindade.

À Associação Rural Negra de Vila Bela da Santíssima Trindade ACOREBELA.

À Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Aos colegas que participaram do trabalho de campo: Daniela Pereira dos Santos Godoy, Fernando Francisco Xavier e Renato Ribeiro Mendes.

Aos estagiários da UFMT, Claudinei Caetano e Lionês Araújo; aos colegas Pedro Morais, Marta Lopes, Ricardo Martins, Célia Cristina Bento, Jael Palhas, Érica G. Castanheira, Cláudia M. Rato e Lara M. de Almeida (da Escola Superior Agrária, de Coimbra), à Sanne Ankersmit e Duncan Harrison (da Univ. de Wageningen) e à Leen Gilles (da Univ. Católica, de Leuven), nossos agradecimentos, pela ajuda na coleta dos dados.

Ao Dr. Antônio José Dinis Ferreira, pelo apoio à pesquisa e assessoria técnica.

Ao Dr. Rodrigo Aleixo Brito de Azevedo, pelos diálogos fecundos sobre sistemas agroflorestais e assessoria.

Sumário

Apresentação	9
Introdução	13
Vila Bela: Cenários e Percursos da Pesquisa	17
O Vale do Alto Guaporé	37
Arquitetura Quilombola.....	55
Toponímias dos Rios Guaporé e Alegre	69
Cultivos, Manejo do Gado e Pastagem.....	75
Prática Extrativista	87
Sistemas Agroflorestais.....	105
Relações com o Mercado	115
Saberes Tradicionais dos Quilombolas	129
Formas de Organização Social Quilombola	147
Reivindicação do Território Tradicional.....	164
Considerações Finais.....	177

Referências.....	182
Lista de Siglas e Abreviaturas.....	193
Lista de Figuras	196
Lista de Quadros	197
Lista de Tabelas	197

Apresentação

Os resultados do projeto Guyagrofor falam por si mesmos neste texto e demais documentos (relatórios, artigos) elaborados pelas equipes das outras instituições envolvidas, além da UFMT. As conclusões estão postas e podem ser analisadas, reviradas, discutidas. Não quero falar da qualidade do trabalho, por evidente que é. Quero, sim, refletir sobre a importância de trabalhos desta natureza e sobre o papel que deveriam ter, e certamente terão, no futuro.

Vivemos uma época de divisões que não mais fazem sentido. Alguns estudam o rural e outros o urbano como se fossem fenômenos independentes; alguns estudam a agricultura e outros a indústria, certamente irmãos siameses; alguns estudam os solos e outros as plantas, como se não houvesse continuidade entre eles; alguns estudam a sociedade e outros a natureza, como se não fossem objeto e imagem no espelho.

Certamente, a ciência ainda não se desvencilhou da necessidade de fragmentar a realidade para entendê-la; afinal, uma metaciência que dê conta disto tudo, ao mesmo tempo, ainda está por ser feita. Mas, por outro lado, precisamos entender o mundo na sua integridade para que possamos transformá-lo em algo melhor. Assim, o nosso desafio é superar o impasse entre fragmentar para entender e integrar tudo de forma a construir o caminho da transformação. Esperar que a ciência desenvolva estes metamodelos de integração poderia ser um caminho, mas, dada a urgência da transformação, não há tempo para esta espera.

O caminho alternativo certamente é focar nas realidades que precisam ser transformadas e, a partir da visão dos mais variados campos de conhecimento, construir um saber que mais se aproxime daquele que nos permitiria de fato a mudança. O conhecimento produzido desta forma será a contribuição da ciência para que os próprios cidadãos possam mudar suas realidades. Quando a equipe do projeto Guyagrofor se propôs a estudar o conhecimento local relacionado aos sistemas agroflorestais, certamente caminhou neste

sentido: saber como fazem as pessoas que de fato fazem. Só isto já seria, no meu entender, justificativa suficiente para este projeto – na verdade, um programa de pesquisa. Mas há, entretanto, outra dimensão deste trabalho que precisa ser destacada, além do compromisso social com esta parcela da sociedade claramente expresso ao longo do texto.

A perspectiva ocidental de desenvolvimento pressupõe uma absurda intensificação do uso dos recursos. É uma civilização que presume uma abundância que certamente não há e que, conseqüentemente, produz profundas desigualdades sociais. Só é possível garantir esta absurda afluência de recursos para uma parcela muito pequena da população. O resto... Fica a ver navios.

Se nos reportarmos às evidências demográficas que indicam, com alta probabilidade, a estabilização da população mundial em um patamar em torno de doze bilhões de pessoas, num horizonte temporal de aproximadamente um século e meio, e confrontarmos esta futura população com a demanda de recursos exigidos pelo modelo de vida da Europa e Neoeuropas, chegaremos facilmente à conclusão da absoluta impossibilidade de que isto possa acontecer. Precisaríamos de várias espaçonaves-terra para nos manter. O desafio civilizacional passa a ser, assim, a construção de uma sociedade que se construa na experiência da escassez, como referida pelo geógrafo Milton Santos.

As perguntas são: Quais cidadãos do mundo vivenciam esta experiência da escassez? Que conhecimento historicamente construído poderia servir de base, de modelo conceitual, a esta nova civilização futura? Certamente, nós o encontraremos entre os excluídos de hoje: camponeses, ribeirinhos, quilombolas, sem-terra, sem-teto e... É tanta gente! Talvez oitenta por cento da população mundial atual. Quando os idealizadores do projeto Guyagrofor se propuseram a compreender a lógica empregada por quilombolas e indígenas no manejo de seus sistemas agrícolas, fizeram a melhor opção: compreender como se estruturam os conhecimentos daqueles que necessariamente precisam lidar com o escasso. É isso! Entendo que precisamos fazer para que possamos

pensar em futuro. Que esta experiência se multiplique em uma miríade de projetos com o fim de buscar a lógica mais profunda destas pessoas historicamente excluídas.

Desejo que façam proveito da leitura deste riquíssimo material e que em cada descrição, cada fala transcrita, cada afirmação, cada conclusão, cada dúvida, cada reflexão possam projetar um mundo futuro bem melhor.

Dr. Rodrigo Aleixo Brito de Azevedo
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Introdução

O leitor tem em mãos uma narrativa sobre os quilombolas do Vale do Alto Guaporé. O livro é resultado da primeira fase do projeto Guyagrofor¹, proposto por um conjunto de instituições de ensino e pesquisa da Europa (Holanda, Bélgica, Portugal) e América do Sul (Venezuela, Suriname, Brasil) com o objetivo de investigar os saberes ameríndios e quilombolas sobre sistemas agroflorestais e a manutenção da biodiversidade.

A equipe formada por pesquisadores da UFMT iniciou as atividades no Mato Grosso em 2005, através do *Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental* junto aos quilombolas de Retiro e Boqueirão no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, no sudoeste do Estado de Mato Grosso (UFMT, 2006).

O diagnóstico foi realizado em conjunto com alunos e professores da Escola Superior Agrária de Coimbra (Portugal). Para tanto, constituiu-se um grupo interdisciplinar nas áreas da História, das Engenharias (Agrônoma, Florestal e Ambiental), da Ecologia e da Filosofia. Tais áreas contribuíram para uma larga compreensão do aspecto multifacetado da cultura dos quilombolas. O levantamento contou com a participação das famílias quilombolas de Retiro e Boqueirão, na elaboração dos mapas, nos relatos sobre suas histórias, seu modo de cultivar roças e quintais, o manejo de pequenos e grandes animais, mitos e festividades. Narraram sobre o calendário

1 O nome Guyagrofor foi extraído do título original *Development of Sustainable Agroforestry Systems Based on Indigenous and Maroon Knowledge in the Guyana Shield Region*. O projeto teve início em 2005 e foi executado durante 60 meses. Contou com financiamento da União Europeia (através do Framework Programme for Research and Technological Development - FP6) e o apoio (logístico, humano e infraestrutural) de cada uma das instituições consorciadas, conforme seguem. O Instituto ALTEERRA, da Universidade de Wageningen, na Holanda, liderou o consórcio das instituições que executaram o projeto. Ei-las todas: CELOS – Centro de Pesquisa Agrícola do Suriname (Paramaribo, Suriname); TBI – Tropenbos International (Wageningen, Holanda); Katholieke Universiteit Leuven (Leuven, Bélgica); MARN – Ministerio del Ambiente y de los Recursos Naturales (Caracas, Venezuela); GIMEFOR – Grupo de Investigación y Manejo Múltiple de Ecosistemas Forestales (Mérida, Venezuela); ADEK – Anton de Kom University of Suriname (Paramaribo, Suriname); ESAC – Escola Superior Agrária de Coimbra (Coimbra, Portugal); INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Manaus-AM); e UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso.

agrícola, a construção de suas moradias e demais instalações que os sítios comportam; as relações com os grupos externos, seus sonhos e esperanças, sobretudo o da regularização fundiária, que irá transformar seu território em posse coletiva. Este Diagnóstico constitui a base documental e etnográfica deste livro.

Retiro e Boqueirão estão situados entre os rios Guaporé e Alegre, a primeira localidade a 10 km, e a segunda a 25 km da sede urbana de Vila Bela da Santíssima Trindade (doravante Vila Bela). Ambas possuem áreas cobertas com campos limpos, cerrado, florestas e áreas alagáveis, que se formam durante o período das chuvas. Os ancestrais dos atuais quilombolas manejaram estas áreas com vistas à produção de alimentos, práticas de cura, rituais, trocas e comércio, o que lhes permitiu um conhecimento especializado da fauna e flora local, do ciclo das águas, entre outubro e abril, e da seca, entre maio e setembro; o manejo de grandes e pequenos animais, o cultivo de roças, a coleta de frutos silvestres, a caça e a pesca.

Este livro foca de maneira incipiente os modos de produção do conhecimento quilombola, através de suas práticas relacionadas aos cultivos, os processos de transformação de suas atividades na relação com o manejo do gado e o acesso ao mercado, que por sua vez os tem levado a novos processos de aprendizagem seja através da participação em associações, eventos políticos e outras formas de organização a fim de acessar direitos territoriais por meio da autoidentificação quilombola e todo seu conteúdo cultural.

A ênfase nos saberes quilombolas é compreendida neste trabalho a partir das suas experiências em sistemas agroflorestais, classificação da paisagem, cultivos das roças, fabricação das habitações e novas formas de organização e relações políticas para demarcação de seu território.

A situação das famílias de Retiro e Boqueirão não difere das demais famílias e/ou comunidades remanescentes de quilombos no Mato Grosso e no Brasil. Após 24 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988 – que, em seu artigo 68, lhes assegura o direito às terras tradicionalmente ocupadas – o que se tinha, até o final de 2012, era apenas 1.826 áreas certificadas pela Fundação Palmares, de um total de 5.000 reivindicadas pelo movimento social quilombola em

todo o Brasil. Até janeiro de 2013, foram 1.227 processos abertos pelos órgãos fundiários oficiais e somente 156 editais de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (ALMEIDA, 2013, p. 12-13). Ou seja, há uma enorme distância entre a demanda do movimento social quilombola e as soluções até agora apresentadas pelo poder público.

Muitas das áreas ocupadas pelas famílias ou comunidades quilombolas têm sido pressionadas para sua desocupação ou, ainda, para aderir a novas práticas, produzindo novas relações e conhecimentos. Assim, o que é relatado neste livro é a captura de um momento. Ou o ato de fixar o instante de um modo de conhecer e de viver marcado por processos de relativa autonomia que dava sinais de mudança entre os anos de 2005 a 2009, período de execução do projeto Guyagrofor. Pensamos que, ao manter os conteúdos da presente obra próximos aos relatórios de campo, o leitor estará em contato mais direto com uma parte do mundo dos grupos envolvidos. E, deste modo, a riqueza de detalhes que o trabalho de campo revelou não se perderá.



Vila Bela

Cenários e Percursos da Pesquisa



Vila Bela está localizada ao sudoeste de Mato Grosso, entre as coordenadas 15°00'29" Latitude Sul e 29°57'02" Longitude Oeste. Sua área abrange 13.689 km² e se situa a 521 km da capital, Cuiabá. O acesso ao município, a partir de Cuiabá, se faz por via terrestre, através de rodovias federais (BR-070, BR-174) e estadual (MT-246). Estradas municipais não pavimentadas conectam a sede do município pelo lado norte e oeste e há um aeroporto, que opera com aeronaves pequenas, situado a 1 km do centro da cidade.

Possui, aproximadamente, 14.000 habitantes, sendo que a maior parte (cerca de 11.000) reside na área rural. O clima é tropical semiúmido, com cinco meses de seca. Os valores médios mensais máximos de umidade relativa do ar durante as chuvas (outubro a abril) estão entre 84 e 86%. Os valores médios mensais mínimos estão entre 58 e 70%, nos meses de julho a setembro (IBGE, 2002).

Situa-se em uma região de tensão ecológica – ou de transição – circunscrita numa área de predomínio de vegetação de cerrado, áreas inundáveis (pantanal do rio Barbado) e áreas florestais. O mapa de vegetação da América do Sul (HUECK, 1978) apresenta a região como parte das florestas pluviais tropicais e subtropicais. Trabalhos como o de Miranda e Amorim (2001) incluem a região em áreas do bioma Cerrado, com a presença de florestas estacionais semideciduais. O IBGE (2004) inclui a região no bioma Amazônia, sendo constituída por diversos tipos vegetacionais.

Os rios do município que abastecem a região são as bacias Amazônica e Platina. Quanto ao relevo, possui três principais formações: (I) Planícies e Pantanaís do Alto Guaporé, (II) Planaltos

Residuais ou Serras e (III) Depressão do Guaporé. As serras Ricardo Franco, ao norte, e Santa Bárbara, ao sul, são divisores de água das bacias Amazônica e do Prata. Na porção sul, alguns riachos direcionam-se para a bacia Platina. Próximo à serra Santa Bárbara (sul), os rios amazônicos formam os pantanais e as planícies do Guaporé e, ao norte, nas circunvizinhanças da serra Ricardo Franco, são comuns várias áreas de floresta com porte alto.

O núcleo urbano de Vila Bela foi instituído em 1752, à margem direita do rio Guaporé, e sua planta foi concebida em Portugal. A região, como o restante da Amazônia, era habitada por povos indígenas e o estabelecimento de outros contingentes populacionais visava barrar o avanço espanhol, que progredia em direção ao Atlântico. Para fazer frente a esse avanço, foram deslocados, para a região do Alto Guaporé, portugueses e seus descendentes, bem como os negros trazidos da África.

Os primeiros negros que chegaram a Vila Bela foram trazidos da África, provavelmente do Congo, Benguela, Ussa, Nagô, Angola (BANDEIRA, 1988) e, ainda, da Guiné (AMADO e ANZAI, 2006), para serem escravizados pela coroa portuguesa na exploração das minas de ouro e na construção da cidade, povoando a fronteira e, dessa forma, assegurando as terras de domínio português e os limites da Amazônia, em disputa com a América Espanhola.

Além da presença expressiva de índios das missões jesuíticas espanholas da Bolívia, a área do vale do Guaporé, colonizada pelos portugueses, era habitada pelos Nambikwara (falantes de uma língua isolada), que tinham como vizinhos os Cozárini, um subgrupo Paresi (Aruak) e, ainda, recorrentes expressões linguísticas como *cabixi* e *caburé*, de origem tupi, devido ao fato de as águas do rio Juruena serem também território dos índios Apiacá e Caiabi (MACHADO, 2006, p. 11).

Há registros documentais de vários quilombos organizados na região, sendo que o maior deles foi o do Quariterê, formado por negros e indígenas. A antropóloga Maria de Fátima Machado (ibid., p. 60) chama a atenção, em seu artigo sobre índios e negros em Mato Grosso, para o fato de mais de 90% da população do quilombo ser

formada por indígenas. Ainda levanta a hipótese de que os negros do Guaporé estabeleçam diálogos com os povos indígenas Nambikwara e Paresi. A relação étnica e política entre negros e os demais grupos indígenas ocorreu após a presença dos europeus, pois, antes dessa presença, havia outro mosaico etno-histórico na região desenhado pelos povos indígenas que ali viviam.

Devido à sua localização fronteiriça, Vila Bela viveu historicamente diferentes processos de ocupação populacional. Após sua fundação, estabeleceu-se, entre as coroas portuguesa e espanhola, o Tratado de Madri, por meio do qual ficou definido o limite entre a capitania de Mato Grosso (do lado brasileiro) e a província de Chiquitos (do lado espanhol – no território que viria a se tornar Bolívia), legitimando a doação de sesmarias, implantação de guarnições militares, criação da Fazenda Nacional Casalvasco, assim como a promoção do deslocamento de indígenas da Bolívia para a região, a fim de servir como mão-de-obra escrava à coroa portuguesa.

Dentre os principais marcos territoriais, podemos citar: o Tratado de Tordesilhas, no ano de 1594; o Tratado de Madri, no ano de 1750; o Tratado de El Pardo, em 1761; o Tratado de Santo Ildefonso, em 1777; a Lei de Terras, em 1850; e a instalação de limites entre Brasil e Bolívia, em 1975. Primeiramente, as terras fronteiriças foram alvos de disputas entre Portugal e Espanha e, mais tarde, após a independência dos países, novos marcos foram definidos e instalados.

Após a definição dos seus limites territoriais, ocorreu o esgotamento das minas que se situavam nas cabeceiras dos rios da margem direita do Guaporé. Além desse fato, a maioria dos brancos se retirou da região, migrando para Cuiabá, que passou a ser capital de Mato Grosso em 1835, ficando as terras nas mãos de uns poucos brancos e seus descendentes, mas, de modo especial, dos ex-escravos e indígenas. A ocupação e apropriação, por parte dos negros, do núcleo urbano de Vila Bela, assim como das suas terras e instalações, foi considerada uma “territorialização negra em espaço outrora branco” (BANDEIRA, 1988).



Figura 1. Ruínas da Catedral erguida no séc. XVIII, em Vila Bela (2005)².



Figura 2. Casas urbanas e habitantes de Vila Bela, Mato Grosso – Brasil (2005).

2 Todas as fotos deste livro foram captadas pelos pesquisadores.

Bandeira (1988) sugere que o contexto de territorialização só se alterou após a primeira metade do século XX, quando os dirigentes do Estado brasileiro estabeleceram a política de ocupação dos ditos “espaços vazios” da Amazônia, especialmente a área situada na fronteira oeste (divisa com a Bolívia, Peru e Colômbia).

As estratégias de ocupação das regiões norte e oeste iniciaram com a “Marcha para o Oeste”, ainda na primeira metade do século XX, cujos discursos eram portadores de uma visão negativa sobre o modo de vida das populações que ali viviam, propondo “civilizar”, “disciplinar” e “educar” os habitantes locais com vistas ao “desenvolvimento”, a exemplo das regiões sul e sudeste.

Esta política tinha como objetivo garantir condições para uma economia lucrativa por meio da estratégia geopolítica de valorização dos potenciais naturais tidos como não explorados, e da ocupação dos “espaços vazios”. Junto a esta concepção, havia também a noção da infinitude dos recursos naturais (GALETTI e CASTRO, 1994; BECKER, 2005).

Outra estratégia geopolítica patrocinada pelo governo federal, aliado a banqueiros e empresários, foi a Operação da Amazônia, nos anos 60 e 70 do século XX, que, dentre as ações, consistiu na criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do Banco da Amazônia, do estabelecimento de uma macrorregião geopolítica à que deram o nome de Amazônia Legal. No ano de 1979, todo o território de Mato Grosso pertencia à Amazônia Legal e sofreu diferentes impactos com as intervenções governamentais.

A política de ocupação da Amazônia aumentou o número de migrantes de outros Estados do Brasil para a região do vale do Guaporé, através de programas de desenvolvimento da Amazônia criados a partir de 1970: INCRA, Programa de Integração Nacional (PIN), Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria (PROTERRA), Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), Programa de Desenvolvimento do

Pantanal (PRODEPAN), Programa de Desenvolvimento do Noroeste (POLONOROESTE). Todos possuíam diretrizes voltadas à valorização econômica dos espaços entendidos politicamente como “vazios”, reservando a Mato Grosso uma posição estratégica para a ocupação da Amazônia e tornando o Estado alvo de diferentes políticas, de colonizadoras privadas e de criação de núcleos urbanos (GALETTI e CASTRO, 1994, p. 93).

Quadro 1. Planos, programas e projetos de governo que provocam impacto na área de indígenas e quilombolas.

Planos, Programas e Projetos	Ano	Agência Executora ou Financiadora	Níveis Local, Nacional e Internacional
PLANO de METAS	1956-60	Governo de Juscelino Kubitschek	Nacional
PDA	1966	SUDAM	Nacional
I PND	1967	SUDAM/BASA	Nacional
PIN	1970	SUDAM	Nacional
PRODOESTE	1971	BIRD	Internacional
PROTERRA	1971	SUDAM/INCRA-BASA	Nacional
POLAMAZÔNIA	1974	SUDAM/BASA	Nacional
POLONOROESTE	1980	BIRD	Internacional
DSEE	2000	SEPLAN-Banco Mundial	Estadual
UC – Ricardo Franco	1998	SEMA	Estadual
UC – Santa Bárbara	1998	SEMA	Estadual
II PNRA	2003	MDA	Federal
Programa Igualdade de Gêneros, Raças e Etnias	2003	MDA/INCRA	Federal
PROECOTUR – Amazônia	2003	EMBRATUR	Federal
PROECOTUR – MT	2003	Secretaria de Turismo – MT	Estadual
PADIC	2000	SEPLAN-BB	Estadual
PRONAF	2002	MDA-BNDES e BB	Nacional
PRODEAGRO	2002	SEPLAN	Estadual
Regularização fundiária da área do Quilombo	2005	ACOREBELA, INCRA-MT, FCP (em andamento)*	Local/Regional/ Nacional
Construção de ponte de acesso ao quilombo	2005	ACOREBELA, Prefeitura de Vila Bela (em andamento)*	Local
Construção de estradas na área do quilombo	2005	ACOREBELA, Prefeitura de Vila Bela (em andamento)*	Local

Fonte: Projeto Guyagrofor, equipe da UFMT, 2005.

Segundo Barrozo (1985), os empreendimentos agropecuários aprovados pela SUDAM, até 1981, para o município de Vila Bela, foram os seguintes:

1. Guaporé Agropecuária S.A.;
2. Motedam S.A.;
3. Noroagro Agrícola Pastoril do Norte de Mato Grosso;
4. Nomura Agropecuária S.A.;
5. Agropastoril Oeste S.A.;
6. Indufama;
7. Estrela do Guaporé S.A.;
8. Agropecuária Paraíso S.A.;
9. Aguapé S.A.;
10. Agropecuária Vale do Guaporé S.A.;
11. CONFAP;
12. Vila Bela Agropecuária S.A.

Após a década de 1980, Vila Bela foi desmembrada, dando origem a outros municípios, como Pontes e Lacerda, Comodoro e Nova Lacerda.

Os empresários rurais acessaram recursos financeiros favorecidos pelo banco Mundial, destinados à implantação de infraestrutura para projetos agropecuários. Havia também recursos para financiar atividades ligadas à abertura e asfaltamento de rodovias e empresas mineradoras. De modo especial, os empresários ligados à pecuária foram beneficiados com incentivos fiscais, por meio de isenção de taxas e impostos a serem pagos ao Estado brasileiro.

A concessão de terras em Vila Bela pelo Governo de Mato Grosso teve início em 1950. A expropriação capitalista atingiu o município contribuindo para a separação da comunidade de sua base territorial e apenas aqueles que obtiveram o título provisório de suas terras, emitidas pelo governo de Mato Grosso, puderam legalizá-las, tendo sobre elas direito à propriedade privada. Para Bandeira (1988), os que por gerações trabalharam em seus sítios ou desenvolveram agricultura itinerante em terras comunitárias,

reguardados pela legitimidade da posse coletiva e do trabalho, foram expulsos e separados dos meios de produção pela repressão e violência, pelo horror e impunidade do desenvolvimento regional, da modernização da economia tradicional. E, muitos quilombolas que não conseguiram registrar suas antigas posses perderam-nas para médios e grandes agropecuárias que se instalaram na região, entre os anos de 1960 e 1970.

Naquele período, O INCRA não reconheceu as posses dos primeiros e antigos ocupantes. Segundo relatos dos moradores de Retiro e Boqueirão, ocorreram práticas de violência, mortes de membros das famílias e, por fim, expulsão de suas antigas moradias. A terra que não foi distribuída aos fazendeiros destinou-se à formação dos chamados assentamentos de reforma agrária.

Os atuais sítios dos quilombolas de Retiro e Boqueirão situam-se em meio às fazendas e vivem condições adversas e instáveis; os proprietários e gerentes das áreas, que oferecem oportunidades de trabalho para a complementação da renda, assistência médica em situações de emergência, empréstimo de maquinário para a agricultura, entre outros, atualizando cotidianamente laços de dependência.

A maioria dos quilombolas de Boqueirão e Retiro possuem moradias tanto nos sítios³ como na sede urbana, esta identificada por “rua”, ou ainda “cidade”, por onde se deslocam cotidianamente em direção às escolas estadual e municipal, realizam trocas, comércio, sendo espaço de refúgio dos mais velhos quando não detêm as mesmas forças para o trabalho na roça e, ainda, para tratamento médico, recebimento de salários e aposentadorias, além de ser o lócus privilegiado das grandes festas e do ritual do Congo e Chorado, de atração turística para o município.

Retiro e Boqueirão são antigas localidades ocupadas por grupos familiares de negros, cujas terras não foram tituladas e se encontram

3 Sítio é a denominação atribuída pelos quilombolas ao lugar onde estabelecem uma moradia com uma cozinha separada, o curral, as habitações para os animais domésticos, a roça, a horta, cultivos de plantas ornamentais e medicinais, além do poço de água para consumo.

cercadas por fazendas de gado. Trata-se de áreas envolvidas por dois cursos de água – rios Guaporé e Alegre –, cuja vegetação original manteve-se relativamente preservada, em que pese o seu entorno já quase todo desmatado já nos últimos anos do século XX. Não é uma área de assentamento regularizado, mas classificada “terra de quilombo” – como tantas outras no Estado de Mato Grosso, assim como no Brasil.

Pesquisas conduzidas por historiadores e antropólogos indicaram que os “quilombolas de Vila Bela” sobreviviam com os recursos extraídos do ambiente. Cultivavam suas roças, criavam animais, assim como desenvolviam uma incipiente agroindústria (cachaça, rapadura, melado, polvilho e farinha de mandioca). Tais cultivos eram conjugados com atividades de coleta, caça e pesca (BANDEIRA, 1988; MEIRELES, 1989; MELATTI, 2001). No início do século XX, participaram das atividades extrativistas⁴ do látex e da poaia voltadas para o mercado, mas sem interromperem a criação do gado e o cultivo de roças – que estiveram, na época, principalmente a cargo das mulheres –, uma vez que os homens estavam ocupados com a coleta.

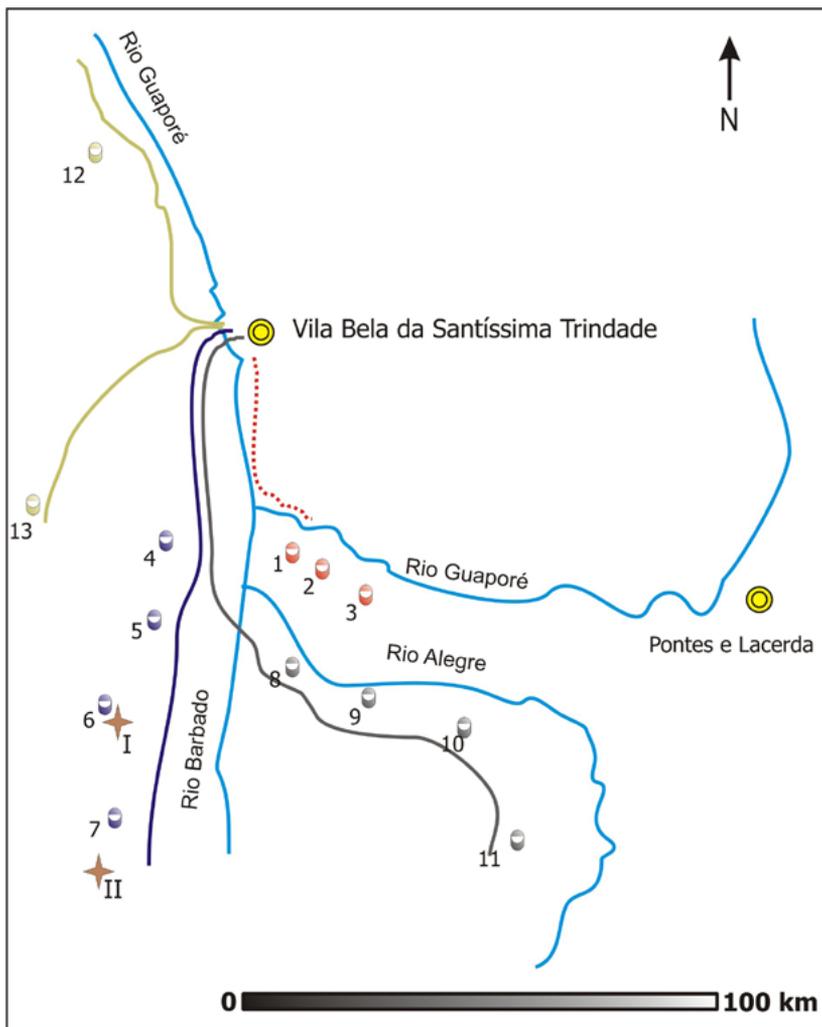
Com o propósito de eleger Retiro e Boqueirão como áreas de estudo no município de Vila Bela, realizamos diferentes procedimentos que chamaremos aqui de “passos metodológicos prévios”, que consistiram em levantamento bibliográfico e trabalho de campo. Para o levantamento bibliográfico, foram priorizados temas como história da ocupação do sudoeste de Mato Grosso; migração e deslocamento populacional, políticas públicas que incidiram na região; fronteira Brasil e Bolívia; além de dados censitários, mapas de localização, hidrografia, vegetação, uso do solo, estradas e acessos.

4 O látex é extraído da seringueira (*Hevea brasiliense*), cuja aplicação era voltada para a indústria automobilística, na fabricação de pneus, principalmente; já a poaia (*Cephaelis ipecacuanha*) é um arbusto, incidente em matas ciliares dos afluentes dos rios Guaporé – Galera, Sararé – e Paraguai – Sepotuba, Cabaçal, Branco e Vermelho (OLIVEIRA, 2003), do qual se extrai um alcaloide largamente utilizado na fabricação de medicamentos de ampla aplicabilidade – expectorantes, vomitivos e combate à disenteria amebiana (MELATTI, 2001).

Cada obra inventariada foi catalogada através de resumos e palavras-chave, autores e assuntos de interesse do projeto. Foram também consultadas bibliotecas públicas e núcleos de pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso, Fundação Estadual do Meio Ambiente, Instituto Nacional de Reforma Agrária, Empresa Mato-grossense de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural, Arquivo Público de Mato Grosso, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento de Mato Grosso, Instituto Histórico de Mato Grosso.

O trabalho de campo consistiu em cinco viagens realizadas em 2005. A primeira teve como objetivo estabelecer contatos e diálogos com representantes das instituições locais, estaduais e federais, apresentar as intenções do projeto e, eventualmente, obter algum apoio por parte dos agentes e/ou organizações que atuam no sudoeste de Mato Grosso; a segunda ocorreu entre os dias 23 e 28 de maio de 2005, com o propósito de realizar o mapeamento das localidades de agricultores. A partir desse mapeamento, foi possível selecionar as áreas de estudo (Figura 3)⁵.

5 Na primeira viagem a equipe da UFMT contou com a participação de Benildes do Carmo Silva, quilombola, historiador e professor em Vila Bela, residente no assentamento Ritinha. Ele facilitou os primeiros passos para concretizar o mapeamento referido. Para o sucesso da viagem de campo, o apoio de Edenildo Fernandes Oliveira foi fundamental, pois favoreceu o contato da equipe com a então presidente da Associação Rural Negra de Vila Bela (ACOREBELA), Ângela Silva Moraes.



<p>Legenda</p> <ul style="list-style-type: none"> Sede municipal Destacamento do Exército (I- Palmarito; II-Casalvasco) Rios principais 1º dia - barco 2º dia - carro 3º dia - carro 4º dia - carro 	<p>Comunidades: </p> <ol style="list-style-type: none"> 1-Várzea Alegre 2- Boa Sorte 3- Boqueirão 4 - Barata 5 - Matão 6 - Palmarito 7 - Cantão 8 - Manga 9 - Várzea Alegre 10 - São Sebastião 11 - Bocaina 12 - Ass. Ritinha 13 - Ass. Seringal 	<p>Itinerário de viagem de campo para reconhecimento das comunidades rurais no entorno de Vila Bela da Santíssima Trindade</p> <p>Guyagrofor www.guyagrofor.alterra.nl Programa de Pós-Graduação em História-UFMT</p>
--	--	---

Figura 3. Croqui dos percursos realizados pela equipe, em maio de 2005, com vistas à seleção da área onde seriam realizados os levantamentos de campo.

Fonte: Projeto Guyagrofor, equipe da UFMT, 2005.

A terceira viagem ocorreu entre 11 e 18 de julho de 2005, para uma reunião com os agricultores de Retiro (rio Guaporé), Boqueirão (rio Alegre) e Bocaina (próxima ao rio Barbado), no Alto Guaporé, a fim de discutir os objetivos e atividades do projeto Guyagrofor, bem como verificar o interesse das famílias em participar da pesquisa e obter suas anuências ou concordâncias oficiais⁶. Duas outras viagens foram realizadas, no final de agosto e início de setembro de 2005, com a equipe da ESAC de Coimbra, Portugal, parceira no Projeto, e ainda no final de novembro e início de dezembro, com o objetivo de realizar o diagnóstico socioeconômico e ambiental.

O diário de campo foi instrumento de grande importância para o registro de informações, observações e impressões obtidas durante as viagens.

Quadro 2. Localidades visitadas, com suas coordenadas geográficas.

Localidades Visitadas	Coordenadas UTM	
	Longitude Oeste	Latitude Sul
Ponte sobre o rio Guaporé	21L 0181939	8338540
Fazendinha	21L 0182 673	8335203
Retiro	21L 0183303	8334291
Boqueirão	21L 184922	8321592
Cruz de madeira no Retiro	21L 0183724	8333394
Ruínas da antiga escola da área	21L 0183910	8333172
Casa da Nilza, próxima à antiga sede	21L 0184041	8332653
Matão	21L 0807632	8297976
Escola e Igreja do Matão	20L 0803797	8297667
Palmarito	20L 0798855	8295041
Cantão	20L 0807752	8286803
Igreja Católica	20L 0808643	8286493
Destacamento Militar Casalvasco	20L 0813130	8284523
Ponte da Piúva	21L 0179750	8310456
Bocaina	21L 0188671	8288970
São Gonçalo	21L 0198967	8280547
Assentamento Ritinha	20L 0812039	8366805
Seringal	20L 0811196	8321448

Fonte: Projeto Guyagrofor, equipe da UFMT, 2005.

6 Nessa viagem, contamos com o apoio da Associação Rural Negra ACOREBELA e quilombolas associados. Após as duas primeiras viagens, foram selecionadas três localidades (Retiro, Boqueirão e Bocaina) para o início dos levantamentos, porém se avaliou que em Bocaina (ocupada por famílias chiquitanas) não seria possível o trabalho, pois estava situada em área de difícil acesso no período das chuvas.

Quadro 3. Aspectos gerais das localidades visitadas.

Localidades Visitadas	População Aproximada	Perfil Socioeconômico	Grupo Étnico	Contatos
Terras de Quilombo: Retiro e Fazendinha, Boqueirão.	40 famílias.	Roça, pasto, coleta, pesca, artesanato.	Quilombolas.	Associação dos Quilombolas, Prefeitura de Vila Bela.
Barata.	21 famílias.	Venda de mão de obra para fazendeiros, produção de palmito, mamona, roça e quintais.	Quilombolas migrantes de outros lugares do Brasil e oriundos da fronteira com a Bolívia ⁷ .	Moradores.
Matão.	20 famílias.	Roça de subsistência, produção de farinha para comércio, venda de mão de obra para fazendeiros.	Migrantes de outros lugares do Brasil e oriundos da fronteira com a Bolívia.	Presidente da Associação de Moradores.
Cantão.	-	Roça de subsistência e venda de mão de obra para fazendeiros.	Migrantes de outros lugares do Brasil e oriundos da fronteira com a Bolívia.	Moradores.
São Sebastião.	30 famílias.	Roça de subsistência, produção de leite, venda de mão de obra para fazendeiros e artesanato.	Migrantes de outros lugares do Brasil e oriundos da fronteira com a Bolívia.	Moradores.
Assentamento Ritinha.	132 famílias.	Roça e produção de leite.	Quilombolas migrantes de outros lugares do Brasil e oriundos da fronteira com a Bolívia.	Moradores.
Assentamento Seringal.	200 famílias.	Roça, extração de seringa, venda de mão de obra para fazendeiros e produção de leite.	Migrantes de outros Estados do Brasil.	Moradores e representante da Cooperativa dos Seringueiros.
Bocaina.	21 famílias.	Agricultura de subsistência, venda da força de trabalho masculina.	Chiquitano, oriundos da fronteira com a Bolívia.	Moradores.

Fonte: Projeto Guyagrofor, equipe da UFMT, 2005.

7 Os moradores dessas áreas afirmaram que são oriundos de Casalvasco e outros sítios localizados na área de fronteira com a Bolívia. Os estudos realizados pela antropóloga Joana Fernandes Silva (2004), da UFGO, classificam os agricultores dessa região da fronteira como índios chiquitanos (reunião de mais de 20 povos das Missões Jesuíticas de Chiquitos, instaladas na antiga América Espanhola). No Brasil,

A escolha das áreas de estudo fundamentou-se, portanto, nas recomendações ou “critérios” definidos no I Seminário Internacional do Projeto Guyagrofor de Paramaribo⁸, a saber: que as localidades fossem habitadas por indígenas ou quilombolas. Por quilombolas, entende-se aqui “grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias” (BRASIL, 2006). Que ali houvesse reduzida burocracia para obter permissões de trabalho e também fosse segura para o trabalho de investigação. Aliado a este critério, havia ainda outro que previa ausência de interesses conflituosos com outras organizações/instituição (como ONG) que já desenvolvessem investigações ou realizassem experimentos nos locais escolhidos. Aliado a estes, outro critério remetia-se à duração e custos da viagem – estes deveriam ocorrer dentro de limites razoáveis. Esperava-se também que houvesse no local pessoas e/ou organizações-chave para acolher o projeto Guyagrofor e, se possível, auxiliar nas atividades previstas.

Outros critérios indicados: que a localidade escolhida tivesse acesso a mercados; que apresentasse informação secundária existente e que não fosse uma área onde incidisse exploração mineral ou extensa exploração madeireira. E, talvez, um dos critérios mais importantes é que, nas áreas selecionadas, já houvesse práticas relacionadas a sistemas agroflorestais e, de preferência, que tais práticas configurassem uma atividade importante para a comunidade no seio da localidade escolhida. E, por último, que as ações do projeto Guyagrofor fossem portadoras de efeito multiplicador. Ou seja, que seus resultados pudessem servir

esse povo tem silenciado sua identidade em decorrência das constantes ameaças e violência que recebem dos fazendeiros.

- 8 Antes do início das atividades do projeto Guyagrofor, as equipes das diferentes instituições que iriam levá-lo a cabo reuniram-se em Paramaribo, para, entre outras atividades, estabelecer critérios para a seleção das áreas onde iriam incidir os levantamentos. Outros seminários ocorreram no decorrer do projeto: em Puerto Yacucho, na Venezuela; em Boa Vista e em Vila Bela, no Brasil; e, finalmente, em Leuven, Bélgica. Outros seminários locais (em Vila Bela e Cuiabá), assim como nacional (em Boa Vista), também ocorreram.

de parâmetro para outras investigações, ou que os procedimentos da pesquisa pudessem ser aplicados ou replicados em outros locais.

Além desses critérios, a equipe definiu, em um seminário local realizado na UFMT, em 2005, que as áreas deveriam apresentar relativa autonomia produtiva – ou seja, uma dependência mínima de intervenções externas (recursos/financiamento, agroquímicos, gestão autóctone da produção, transporte dos produtos); áreas onde houvesse um sistema de conhecimento transmitido oralmente, uma vez que isso poderia assegurar o acesso a saberes relacionados a práticas agroflorestais que as chamadas populações tradicionais detinham. Além desses procedimentos, a equipe optou por trabalhar diretamente com as famílias, dispensando a eventual mediação de dirigentes de associações, por considerar as constantes divergências – muito disseminadas no campo mato-grossense – entre os grupos locais e o poder formalmente instituído destes grupos na forma das chamadas associação de produtores rurais.

A definição dos critérios precederam os levantamentos de campo e as ações iniciais da pesquisa propriamente dita. Os resultados iniciais foram organizados em relatórios técnicos⁹ e estão disponíveis na biblioteca do Programa de Pós-Graduação em História, na UFMT, em Cuiabá¹⁰.

O diagnóstico ocorreu através da metodologia denominada Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) que, de acordo com a concepção de Altieri (2004, p. 58), “propõe métodos não formais de levantamento e apresentação de dados, visando favorecer um processo participativo entre as pessoas do local e os pesquisadores”. O autor sugere que, para conduzir o DRP, a equipe seja multidisciplinar e as ações ocorram em diferentes etapas junto à comunidade local, “iniciando com a escolha do lugar e terminando com a avaliação e monitoramento do projeto”. O objetivo é estimular as pessoas a pensar e debater problemas locais, compreendê-los e elaborar planos

9 *Deliverables*, na terminologia do projeto Guyagrofor.

10 Os relatórios podem também ser acessados através do endereço eletrônico <http://www.splu.nl/guyagrofor/P_download_reports.htm>.

de intervenção, utilizando os materiais produzidos no levantamento como mapas, transectos, diagramas, linhas de tempo e entrevistas semiestruturadas, realizadas tanto individualmente quanto em grupo.

Partindo deste entendimento sobre o DRP, a equipe realizou diferentes técnicas:

Reuniões: Para identificar interesses dos grupos locais em participar da pesquisa, perceber suas principais indagações e dúvidas sobre os levantamentos e experimentos propostos, além de registrar os relatos sobre diferentes pontos de vista acerca do uso dos recursos naturais e suas expectativas.

Rodas de Conversa: Caracterizaram-se como reuniões menos formais, onde problemas e questões demandadas pelos moradores da localidade emergiram e foram registrados.

Entrevista: Através de questões abertas, permitindo aos quilombolas se expressarem sobre temas como produção, atividades comerciais, estradas e acessos, número de moradores, parentesco e associativismo, favorecendo a obtenção de dados qualitativos (Figura 4).

Diagrama de Venn: Esta é uma forma de representar relações ou interações que um determinado grupo social estabelece com seu entorno. Faz-se uma representação num papel ou cartolina, ou ainda num solo arenoso onde o grupo retratado é indicado para o centro de um círculo. O “outro” com os quais se relacionam gravitam em torno desta representação central, emergindo uma roda raiada com pequenos círculos em seus extremos. Por meio desta técnica, os quilombolas narraram com quem se relacionavam e qualificaram o tipo e grau da relação.

Transecto: Consistiu em caminhadas pelo território, a fim de identificar espécies animais e vegetais, unidades de paisagem, suas nomeações e classificações pelos quilombolas.

Etnomapeamento: É outra técnica realizada por meio de uma representação em papel do lugar ocupado por um grupo étnico, sendo possível identificar locais de usos dos recursos, deslocamentos, localizar as moradias, sítios, roças e outras demarcações de espaço.

Linha do Tempo: Propõe uma narrativa histórica através de cronologias e acontecimentos. Por meio desta técnica, pôde-se compreender o ciclo das águas, o calendário agrícola e a produção econômica do território entre os rios Alegre e Guaporé.



Figura 4. Entrevista realizada em Boqueirão (2005).



O Vale do Alto Guaporé



A área do município de Vila Bela está inserida na bacia hidrográfica do rio Guaporé, afluente do rio Madeira, importante formador da bacia Amazônica no Estado de Mato Grosso. O rio Guaporé banha os Estados brasileiros de Mato Grosso e Rondônia, onde seu canal é fronteira natural com o território boliviano.

A área da bacia do Rio Guaporé compreende quatro regiões fitoecológicas distintas¹¹: savanas, floresta ombrófila densa, floresta ombrófila aberta e floresta estacional, além das áreas de tensão ecológica e de ação antrópica (BRASIL, 1979). As localidades-alvo do projeto Guyagrofor apresentam as mesmas feições vegetacionais, à exceção das formações ombrófilas.

A região é denominada de Alto Guaporé por compreender as áreas mais a montante deste rio em direção às suas nascentes e ao sudoeste mato-grossense. Em virtude de sua localização geográfica em relação ao território do Estado, a região é considerada integrante do bioma Amazônia (IBGE, 2004).

As características físicas e biológicas do ambiente no qual as comunidades estão inseridas serão descritas brevemente a fim de possibilitar uma maior compreensão dos usos de recursos naturais por parte dos quilombolas. Dados regionais podem ser consultados na bibliografia de referência. Dados mais recentes sobre as características ambientais e socioeconômicas da região têm sido produzidos no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso (SEPLAN-MT)¹².

11 Os termos técnicos aqui utilizados estão de acordo com as referências de BRASIL (1979; 1982).

12 As equipes de pesquisa da ESAC e UFMT estruturaram um sistema de informações geográficas para utilizar nas atividades do projeto Guyagrofor, em Vila Bela. Os dados utilizados são públicos, oriundos da SEPLAN-MT, e o *software* para a organização deste sistema é o SPRING, público e gratuito, de tecnologia brasileira, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Hidrografia

Os rios da região são tributários das bacias amazônica e platina. A serra Santa Bárbara, situada ao sul da sede do município de Vila Bela e também das comunidades de estudo, é o divisor de água das duas bacias (BRASIL, 1982; SPVS, 1998). Abaixo, são descritos dois sistemas hidrográficos distintos referentes aos rios da bacia Amazônica, situados nas áreas próximas das comunidades em estudo.

O Sistema de Planície ou Pantanal do Guaporé é formado pelos rios Barbado e Guaporé, e possui uma rede de drenagem rarefeita, com numerosas lagoas e baías colmatadas e/ou em processo de colmatagem. O Pantanal tem como canal preferencial de drenagem o rio Barbado e alguns afluentes, principalmente da margem direita (SPVS, 1998).

O Sistema de Terras Elevadas ou Planaltos é formado pelos rios Barbado (curso médio e superior), Alegre, Aguapeí, córregos das Pedras e Minuto; tem alta densidade de drenagem e encaixamento nas estruturas geológicas. Com exceção do rio Barbado, os córregos correm na linha de fraqueza das rochas (SPVS, 1998). Nesta área, as nascentes do rio Alegre estão encaixadas em vales, o que sugere o seu aproveitamento para a instalação de pequena central hidrelétrica na área, para abastecimento local (BRASIL, 1982).

O clima predominante na região é do tipo Aw de Köppen, marcado por acentuada sazonalidade, com duas estações bem definidas, uma seca e outra chuvosa. A seca dura de quatro a cinco meses ao ano, entre maio e setembro. As precipitações médias anuais são da ordem de 1.350 a 2.000 mm (BRASIL, 1982; IBGE, 2002).

A área das localidades inicialmente visitadas pela equipe que realizou a pesquisa é composta de três unidades geomorfológicas (BRASIL, 1979; 1982), descritas a seguir.

As *planícies e pantanais do Alto Guaporé* são extensas áreas de acumulação frequentemente sujeitas à inundação pluvial ou fluvial. A altimetria varia entre 180 e 220 metros. Limitam-se com a depressão do Guaporé, que possui terrenos mais elevados e as envolvem. O rio Alegre é

o afluente de maior porte e apresenta matas de galeria (floresta estacional semidecidual aluvial com dossel emergente). Os canais de drenagem, no entanto, não apresentam precisa definição, em virtude do nivelamento da área, o que dificulta o escoamento da água, que desaparece por fraco escoamento laminar ou por evaporação no período da seca. A área mais expressiva desses pantanais situa-se na porção sudoeste de Vila Bela, onde se localiza a comunidade de Bocaina¹³. Neles, incidem solos do tipo laterita hidromórfica, apresentando vegetação de gramíneas sobre terreno periodicamente inundado. Nas áreas permanentemente alagadas ou com maior período de inundação, ocorrem áreas de vegetação savânica. Em algumas ilhas de áreas mais elevadas, livres de inundação permanente, há ocorrência de florestas estacionais.



Figura 5. Cenário típico do Pantanal do Guaporé – campos alagáveis com florestas estacionais (2006).

Há predominância de solos de lateritas hidromórficas, além de solo *gley* pouco húmico. Nas áreas alagadas, de tensão ecológica, a vegetação é de contato savana/savana estépica. Nessas áreas de planícies e pantanais, há numerosas baías, em muitos casos sem articulação com a drenagem superficial e que, ocasionalmente, conectam-se entre si (BRASIL, 1979; 1982).

13 Uma das áreas inicialmente visitadas com vistas a realização da pesquisa (ver a Figura 3).

Na *depressão do Guaporé*, predominam superfícies pediplanadas e inumadas que envolvem a unidade anterior. O gradiente topográfico decresce suavemente em direção à planície do rio Guaporé. Apresenta solos dos tipos latossolo amarelo e podzólico vermelho-amarelo. A vegetação associada é de floresta estacional e a altimetria nessa formação varia de 250 a 300 metros. Essa unidade constitui-se de material não consolidado: areias, siltes e argilas (BRASIL, 1979; 1982).

Os *planaltos residuais do Alto Guaporé* são áreas de planalto circundadas pela depressão do Guaporé. Na região de estudo, essa unidade corresponde às serras Ricardo Franco e Santa Bárbara. Sua litologia é predominantemente sedimentar.

A serra Ricardo Franco, instituída no ano de 2004 como Unidade de Conservação (parque estadual), situa-se mais ao norte da sede do município. Os moradores da região também a chamam de serra de Vila Bela. As altitudes variam de 600 a 1.100 metros (BRASIL, 1979).



Figura 6. Serra Ricardo Franco vista da localidade Boqueirão (2006).

A serra Santa Bárbara, também Parque Estadual, situa-se na porção sul das comunidades em estudo. Assim como a serra Ricardo Franco, prolonga-se na direção noroeste-sudeste. As altitudes variam de 500 a 900 metros (BRASIL, 1982).

Vegetação e Uso da Terra

Os tipos de vegetação da área de estudo foram descritos por diversos autores e classificados a partir de diferentes critérios. A descrição que se segue é a de BRASIL (1979; 1982), que também inclui áreas de uso antrópico na classificação. Independentemente do critério de caracterização ambiental adotado, a região de estudo é marcadamente uma área de encontros de regiões ecológicas distintas. As formações descritas a seguir correspondem às formações dominantes na região das comunidades em estudo¹⁴.

Cerrado (Savana) é uma formação vegetal que apresenta, como uma de suas principais características, dois estratos bem diferenciados. O primeiro estrato é lenhoso, composto de espécies arbóreas e arbustivas. São espécies geralmente retorcidas, com folhas coriáceas ou com superfície pilosa ou cerosa. A casca é bastante rugosa (corticosa). Muitas espécies são dotadas de órgãos subterrâneos de reserva (xilópódios). O outro estrato é formado por gramíneas. Ocorre frequentemente em clima tropical de marcada estacionalidade, com estações chuvosa e seca bem definidas (BRASIL, 1979).



Figura 7. Cerrado na localidade Retiro (2006).

As florestas estacionais são tipos de vegetação marcados por uma sazonalidade climática pronunciada. Diferem do cerrado por terem,

14 Para maiores detalhes, consultar relatórios técnicos e mapas do projeto RADAMBRASIL, folhas SD.20 Guaporé e SD.21 Cuiabá (BRASIL 1979; 1982).

predominantemente, o componente arbóreo bem desenvolvido. Na época da seca, a decomposição de matéria orgânica pode ser reduzida, em virtude da caducifolia das espécies arbóreas, acumulando matéria orgânica seca. A floração e a frutificação ocorrem nos intervalos entre a estação seca e a chuvosa, com significativa porção das espécies com dispersão anemocórica. Essas florestas surgem em solos mais férteis, favoráveis à agricultura, o que tem provocado seu desflorestamento para dar lugar a pastagens e lavouras. As citadas alterações ambientais podem ser observadas nos municípios de Vila Bela e Pontes e Lacerda, onde grandes e pequenos agricultores têm convertido as áreas de mata em pastagens plantadas (LEITE, 1993). A área da depressão do Guaporé apresenta flora vicariante da Amazônia Ocidental (BRASIL, 1979).



Figura 8. Floresta estacional na comunidade Retiro (2006).

Áreas *antrópicas* são as de ampla intervenção humana. Caracterizam-se pela ocorrência de atividades de extração vegetal, mineral, agricultura e pecuária (BRASIL, 1982). Nas localidades estudadas as principais áreas antrópicas são caracterizadas por quintais, pastagens, roças e capoeiras em variados estágios de sucessão. A exploração madeireira de mogno (*Swietenia macrophylla*) e amburana (*Torresea acreana*) já teve lugar no entorno das localidades referidas em áreas de floresta estacional, assim como em toda a região de fronteira com a Bolívia onde incidem os pantanais do Alto Guaporé (BRASIL, 1982).

Quadro 4. Síntese das características ambientais das localidades Retiro e Boqueirão.

Comunidade	Rios Mais Próximos	Unidade Geomorfológica	Principais Tipos de Solos	Tipo de Vegetação
Retiro	Guaporé e Alegre	<p>(a) Depressão do Guaporé (no interflúvio dos rios Guaporé e Alegre) – (i) formas erosivas com superfície aplanada por pediplanação e posterior cobertura por sedimentos quaternários.</p> <p>(b) Planícies e pantanais do Alto e Médio Guaporé (margens dos rios e parte do interflúvio dos rios Guaporé e Alegre) – (i) planícies de acumulação fluvial e (ii) áreas de acumulação inundáveis, ambas periódica ou permanentemente alagadas.</p>	<p>(a) Latossolo Amarelo Álico e Areias Quartzosas Álicas</p> <p>(b) Laterita Hidromórfica Álica e Areia Quartzosa Hidromórfica Álica (matriz de solo da região)</p> <p>(c) Gley pouco Húmico Álico e Solos Aluviais Distróficos e Areias Quartzosas Hidromórficas Distróficas – margens do rio Guaporé</p>	<p>(a) Floresta Estacional Semidecidual Submontana com dossel emergente – no interflúvio dos rios Guaporé e Alegre, associada a manchas de solos mais férteis.</p> <p>(b) Floresta Estacional Semidecidual Aluvial com dossel emergente – associada às margens dos rios Alegre e Guaporé.</p> <p>(c) Savana Arbórea Densa – no interflúvio, no encontro dos rios Guaporé e Alegre.</p>
Boqueirão	Guaporé e Alegre	<p>(a) Depressão do Guaporé (no interflúvio dos rios Guaporé e Alegre) – (i) formas erosivas com superfície aplanada por pediplanação e posterior cobertura por sedimentos quaternários.</p> <p>(b) Planícies e pantanais do Alto e Médio Guaporé (margens dos rios e parte do interflúvio dos rios Guaporé e Alegre) – (i) planícies de acumulação fluvial e (ii) áreas de acumulação inundáveis, ambas periódica ou permanentemente alagadas.</p>	<p>(a) Latossolo Amarelo Álico e Areias Quartzosas Álicas</p> <p>(b) Laterita Hidromórfica Álica e Areia Quartzosa Hidromórfica Álica</p> <p>(c) Gley pouco Húmico Álico e Solos Aluviais Distróficos e Areias Quartzosas Hidromórficas Distróficas – margens do rio Alegre.</p>	<p>(a) Savana, sem floresta de galeria.</p> <p>(b) Formação pioneira com influência fluvial, herbácea, sem palmeira.</p>

Fonte: Adaptado do Projeto RADAMBRASIL (BRASIL, 1979; 1982).

Boqueirão

A localidade Boqueirão ocupa terras à margem direita do rio Alegre, um tributário do rio Guaporé que corre para o Mamoré, conflui com o Madeira e este, por fim, deságua no rio Amazonas.

As moradias situam-se, aproximadamente, a cinco quilômetros da margem do rio, o ambiente é formado por capões, matas e pantanais – estes recebem a denominação local de “*pântano*”. As moradias compõem a unidade produtiva denominada “*sítio*”, que é identificado por um nome, atribuído pelos próprios moradores, cujas áreas são cercadas, a fim de demarcar o limite de cada posse e impedir que os animais de grande porte invadam a do vizinho. São, portanto, ambientes constituídos pela moradia, abrigos para animais e construções para acondicionar alimentos e guardar ou proteger instrumentos de trabalho. E, quanto ao uso do solo nos espaços abrangidos pelos sítios, constatou-se a presença de quintais, roças e pastagens (natural e cultivada), e áreas de regeneração da vegetação (capoeiras). O acesso à água, geralmente, se dá através de poços cavados de forma artesanal.

Os *sítios* são lugares de domínio familiar, mas há áreas de domínio coletivo usadas para caça, pesca, coleta de frutos e madeira: rios, lagoas, baías, matas ao longo dos rios e campos alagáveis, que ainda não se encontravam cercados com arame.

A partir de sede urbana é possível chegar a Boqueirão por dois acessos. O primeiro, subindo o rio Guaporé quatro quilômetros e adentrando no curso do rio Alegre; em seguida, percorrem-se quinze quilômetros até alcançar um porto do mesmo nome. Após atravessar um pequeno trecho de mata ciliar, o transeunte adentra em pantanais pontilhados por capões (ilhas de mata em meio à área de campina) até os sítios onde vivem seus moradores. No período da cheia (dezembro a março), as águas do rio sobem e se derramam pelos campos alagáveis facilitando o acesso por barcos, uma vez que estes aportam próximo às moradias.



Figura 9. Perfil da paisagem de Boqueirão.

Durante a seca (maio a outubro), as águas do rio Alegre que se espalharam pelos campos retornam ao seu leito e o rio adquire uma outra configuração. Aos poucos, suas águas menos profundas cedem lugar às praias e seu leito é coberto – em muitos locais – por uma vegetação aquática denominada localmente “*tarope*”. Esta ganha expressão entre os meses de julho a novembro, dificultando assim o acesso a Boqueirão pelo curso do rio.

A outra via de acesso é por terra e pode ser feita através da rodovia que liga Vila Bela a Pontes e Lacerda. Na altura do Km 8, pode-se entrar à direita, seguindo até o local denominado Escola Agrícola, por onde se atravessa uma ponte (construída ao final de 2006) sobre o rio Guaporé e logo se adentra na localidade.

Há ainda um percurso por terra, a partir de Pontes e Lacerda: toma-se a estrada do Matão (em direção à Bolívia) e, após atravessar várias fazendas (entre elas a Santa Cruz), chega-se a Boqueirão. O inconveniente deste percurso, realizado pela equipe apenas uma vez em 2005, foi a presença de uma barreira, guarnecida por vigilantes, na entrada da fazenda Santa Cruz, chamada também de “*fazenda do Brito*”.

Na localidade Boqueirão, vivem os descendentes de dois grupos familiares. O primeiro é o de *Maria Rosa Conceição e Joaquim Marques*, que foram os primeiros a se instalar nas terras entre os rios Alegre e Guaporé. Antes de 1970, o local denominava-se sítio Campo Novo e iniciava nas proximidades da sede atual da fazenda Santa Cruz, em uma área elevada, coberta por mata e terminando junto às margens do rio Alegre.

No ano de 1970, estabeleceu-se na localidade a fazenda Bom Futuro, vendida, na década de 1980, para os proprietários da fazenda Santa Cruz. Os quilombolas que ali residiam foram expulsos, com exceção daqueles com mais tempo de ocupação da terra.

Nossos interlocutores afirmaram que, no ano de 1983, a Fazenda Santa Cruz, também denominada Fazenda do Brito, se estabeleceu no local e comprou cerca de 500 ha de Maria Rosa Conceição. Na área, havia uma antiga mangueira e uma extensa roça onde cultivavam arroz (*Oryza sativa*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), cará – branco e roxo (*Dioscorea* sp.), banana (*Musa* sp.), mandioca-preta (*Manihot esculenta*) para comer e fabricar farinha, mandioca-brava e jiboia (só para farinha), pois eram “venenosas”, considerando que algumas mortes de reses ocorreram em decorrência do consumo de água misturada com o líquido da mandioca-brava. O milho (*Zea mays*) fofo era cultivado para os porcos; o milho híbrido para as galinhas e cavalos; e o milho-pipoca para consumo humano. Afirmaram ainda a existência do “amendoim-cavalo”, também destinado ao consumo humano.

Os quilombolas tinham o costume de construir ranchos, por eles denominados “moquichos”, uma espécie de acampamento provisório, próximo à roça, com a finalidade de descanso, armazenamento de alguns produtos e proteção (de chuva e sol) das ferramentas.

Maria Rosa Conceição faleceu em 1989, mas antes decidiu que a terra deveria ser dividida da seguinte forma: 47 ha para os filhos homens e 23 ha para as filhas mulheres.

O segundo grupo familiar é o de *João Sacerdote Frazão de Almeida* e *Sérgia Fernandes Leite* – a terra localizava-se no ambiente de terra firme próximo ao rio Alegre, após uma extensa área denominada, localmente, “pantano”. Com a enchente ocorrida no ano de 1979, os moradores deslocaram-se para uma área mais alta, com presença de capões, onde já cultivavam suas roças.

Além do episódio das enchentes, os quilombolas foram pressionados por fazendeiros para que desocupassem a terra. Conseqüentemente, vários habitantes desta família migraram para a sede urbana, outros para o bairro Aeroporto. Aqueles que permaneceram em Boqueirão foram atingidos por outras três enchentes nos anos de 1980, 1981 e 1982,

resultando no deslocamento das famílias para lugares mais elevados.

Atualmente, os grupos familiares vivem nas terras limitadas pela fazenda Santa Cruz e rio Alegre. Ocupam ambientes elevados, protegidos das cheias; suas moradias são construídas em áreas de confluência do campo nativo (geralmente alagável no período das águas), com as áreas cobertas por mata.

A área pertencente aos dois grupos familiares tem uma distribuição espacial definida. De um lado da cerca, a terra pertence à família de João Sacerdote e seus descendentes; do outro lado, à família de Joaquim Marques.

Os moradores não possuem o título da terra e reivindicam, junto ao INCRA, através da Associação Rural Negra de Vila Bela, (ACOREBELA) o direito às terras tradicionalmente ocupadas.

Abaixo, seguem os sítios da comunidade Boqueirão, seus respectivos moradores e as coordenadas geográficas.

Quadro 5. Relação de sítios da comunidade Boqueirão.

Nome dos Sítios	Agricultores	Coordenadas
Sítio Campo Novo	Regina Soares da Conceição (Roxa) e Cirilo da Conceição	21 185156 E – 8320311 N
Sítio Boa Vontade	Luciano da Conceição e Vanusa	21 185329 E – 8320652 N
Sítio Oliveira	Lidivino Bispo de Oliveira e Edivirges Pinto Silva	
Sítio	Augusto Ribeiro	
Sítio	Florêncio Ribeiro	
Sítio Nova Aliança	Sebastiana Ribeiro de Paula	21 184929 E – 8321416 N
Sítio Nova Esperança	Martinho da Conceição	21 184922 E – 8321592 N
Sítio Boqueirão	Abdias Frazão de Almeida	21 184939 E – 8321853 N
Sítio Alagoas	Lino Frazão de Almeida	21 185332 E – 8322247 N
Sítio São João	João Paulo de Almeida	21 185855 E – 8322344 N

Fonte: Projeto Guyagrofor, equipe da UFMT, 2005.

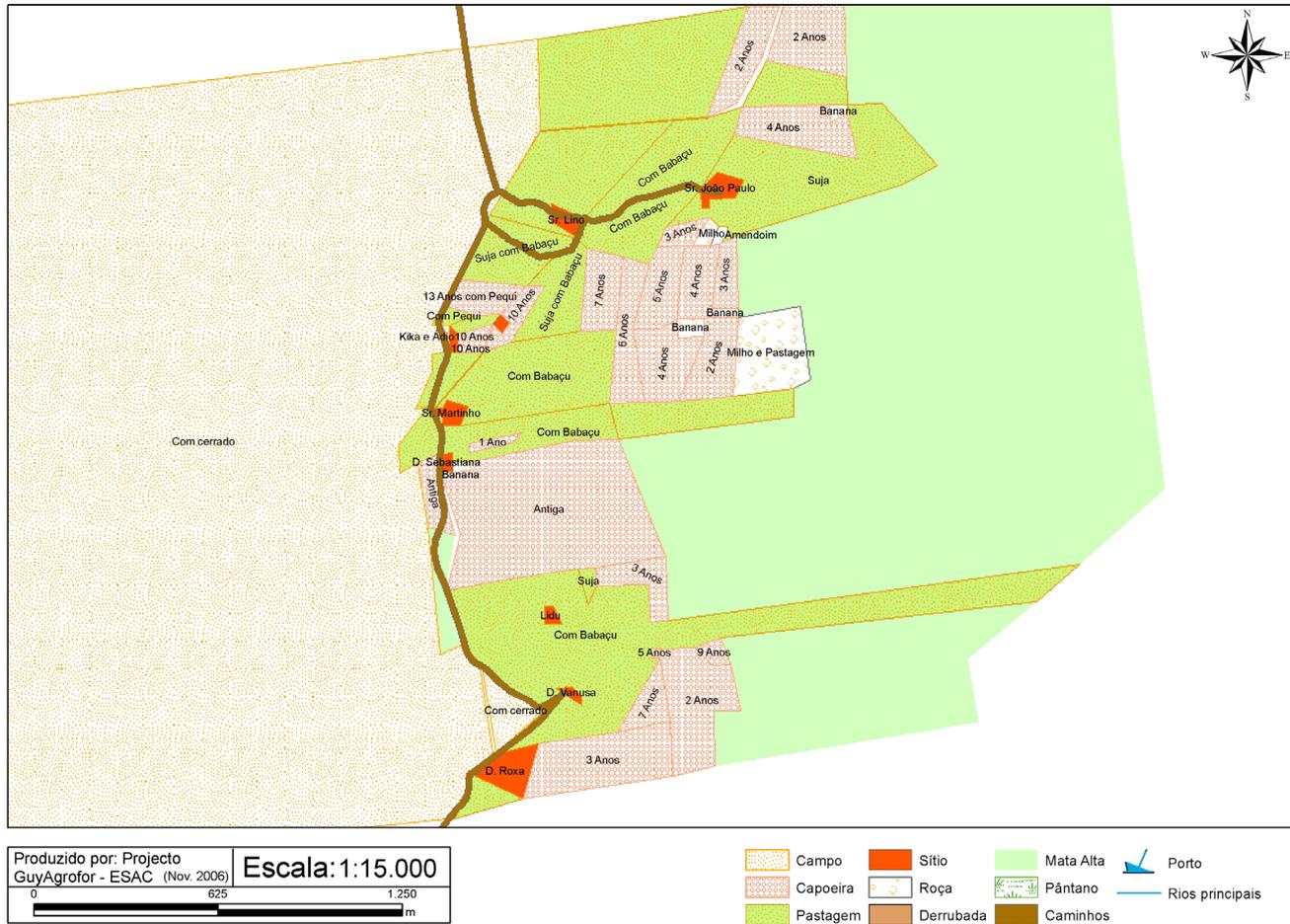


Figura 10. Mapa de Boqueirão, com a localização dos sítios (2005).

Retiro

A localidade Retiro situa-se nas proximidades da confluência dos rios Alegre e Guaporé. O seu ambiente se assemelha ao de Boqueirão, entretanto a presença de pastagens cultivadas é mais evidente na paisagem.

Retiro está próximo à sede urbana (cerca de 10 km); chega-se ali facilmente por barco. A viagem dura aproximadamente 10 minutos. Além do percurso pelo rio, pode-se deslocar por terra, através da entrada junto ao “Km 8” e da ponte construída após a localidade denominada Escola Agrícola.

Nos anos 60 do século XX, havia em Retiro um antigo engenho que fabricava açúcar e aguardente. Denominava-se engenho Várzea Alegre, administrado pela família Bispo de Oliveira. O lugar era percorrido a cavalo por viajantes vindos da fronteira com a Bolívia, interessados em chegar à Vila Bela. Retiro era o ponto de parada para descanso. Depois, prosseguiram viagem, por meio de canoa, até o destino. Segundo nossos interlocutores, a terra que pertencia a Lino Bispo de Oliveira e Paula Francisca de Oliveira foi herdada por Rufino Bispo de Oliveira e Davi Bispo de Oliveira, seus filhos. Atualmente, vivem na região os membros dessa extensa família e sua parentela.

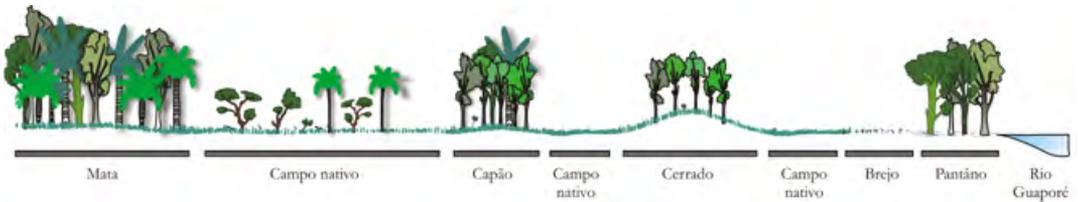


Figura 11. Perfil da paisagem de Retiro.

Os sítios, em sua maioria, estão localizados paralelamente ao rio Guaporé, após uma extensa área alagada denominada “brejo” que, na época da seca, serve de pastagem para o gado. Margeando o brejo, há uma área elevada coberta por Campo Cerrado, vegetação predominante no local. Os sítios têm nome atribuído pelos próprios moradores.

O Quadro 6 apresenta os sítios dos agricultores de Retiro, com os nomes de seus respectivos moradores e coordenadas geográficas.

Quadro 6. Relação de sítios da comunidade Retiro.

Nome dos Sítios	Agricultores	Coordenadas
Sítio Porto Fazendinha	Evanildes Bispo de Oliveira	21 182583 E – 8335071 N
Sítio Estância São Paulo	Arigoli B. Oliveira e Dazilda B. Oliveira (Ari)	21 182258 E – 8333699 N
Sítio Nossa Senhora do Rosário	Nilza Leonora de Oliveira e Lucindo Soares da Silva	21 183974 E – 8332626 N
Sítio São Gabriel	Sidnei Geraldo de Oliveira	21 184462 E – 8332398 N
–	Fátima e Rudi	21 1835594 N – 8333117 N
Sítio Boa Esperança	Idamir R. de Melo e Davi Bispo de Oliveira	21 1833414 E – 8332398 N
Sítio Cinco Irmãos	Julindo Soares de Oliveira (Du) e Vânia	21 183611 E – 8333325 N
Sítio São José	Aurino Botelho de Oliveira	21 183432 E – 8333386 N
–	Dalva Bispo de Oliveira	21 182842 E – 8333609 N
Sítio Boa Sorte	Dirley Bispo de Oliveira	21 182594 E - 8333675 N
Sítio Flor de Ipê	Paulo Neto Bispo de Oliveira e Maria Ribeiro da Silva	21 185110 E – 8331857 N
Sítio Coqueiro Alto	Rufino Bispo de Oliveira	21 183227 E – 8334232 N
–	Adalto	
Sítio Boa Sorte	Julião Neto e Ângela Silva Moraes	21 186770 E 8328743 N

Fonte: Projeto Guyagrofor, equipe da UFMT, 2005.

As duas localidades abrangiam, por ocasião da pesquisa, 12.000 ha. Os seus moradores reivindicavam de cerca de 110.000 ha (ou 45.000 alqueires paulistas, de acordo com a classificação local).

Retiro e Boqueirão foram reconhecidas como “terra de quilombo” pela fundação Palmares e se insere entre as 70 áreas, no Estado de Mato Grosso, reivindicadas por quilombolas.

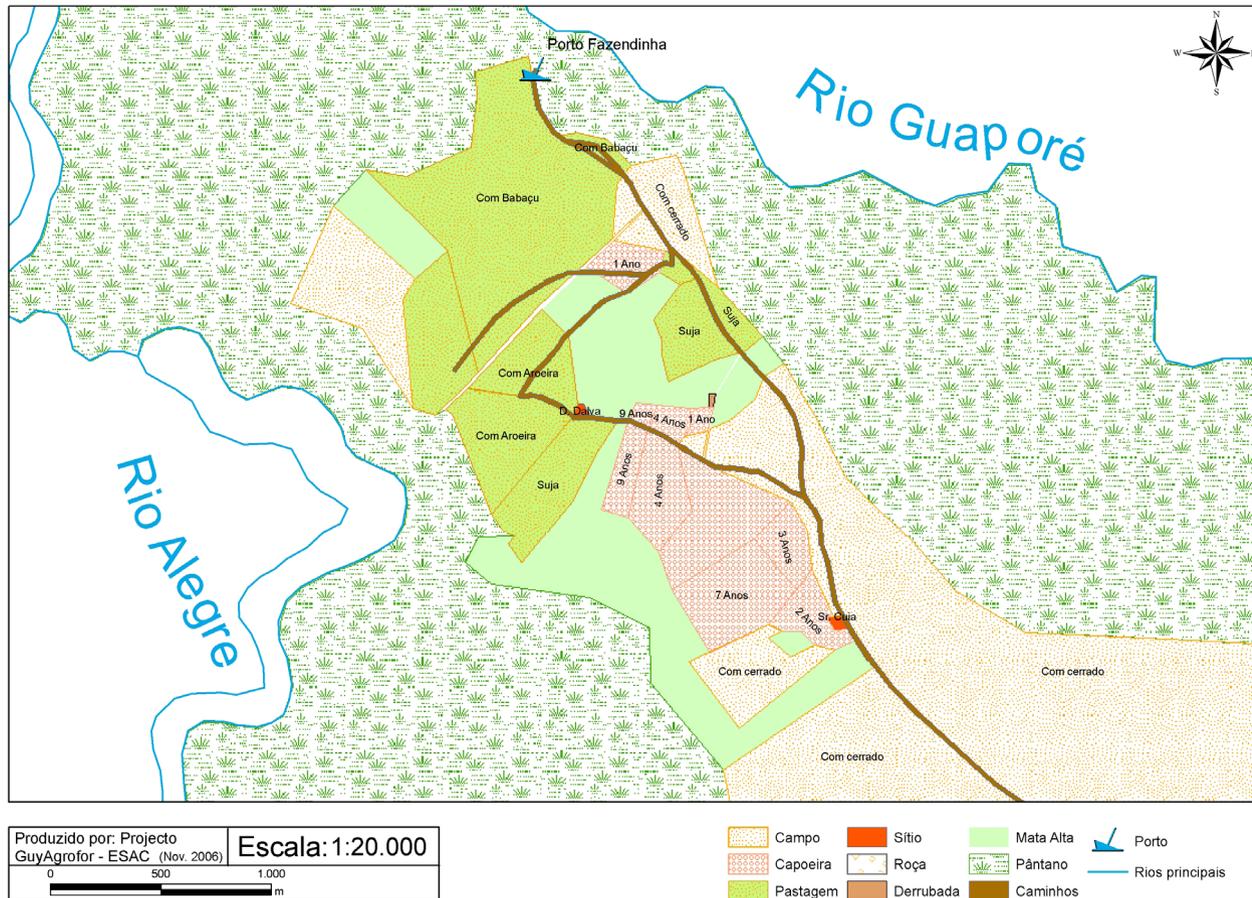


Figura 12. Mapa de Retiro, com a localização dos sítios (2005).

Foto: Téo de Miranda



Arquitetura Quilombola



As moradias dos quilombolas são geralmente construídas com recursos naturais disponíveis no local, a partir de técnicas particulares¹⁵.

As madeiras mais comuns utilizadas na fabricação das casas são: ariticum ou arixicum (*Annona* sp.), carijó (*Physocalymma scaberimam*), faveiro (comprada na serraria da fazenda Santa Cruz), cedro (*Cedrela fissilis*) e garapeira (*Apuleia leiocarpa*).

O adobe, fabricado a partir da mistura de terra, estrume de gado e casca de arroz e água, é utilizado tanto na cobertura das paredes externas quanto nas divisórias internas. A mistura é depositada em pequenas formas e, em seguida, exposta ao sol para secar. Depois de seco, o produto está pronto para ser utilizado.

Outra técnica, denominada “*pau-a-pique*”, é feita a partir de um entrelaçado de madeira e cipó, que é revestido com barro (ver a figura abaixo). O teto é coberto com palha ou folha do babaçu (*Orbygnia* sp.), abundantes na região.

O tamanho e a quantidade das peças para moradia podem variar. Normalmente, constroem até quatro peças: uma sala, dois quartos, dispensa e cozinha; esta última pode ser separada da moradia propriamente dita.



Figura 13. Casa de pau-a-pique coberta com folha de babaçu, em Boqueirão (2006).

15 As informações contidas neste tópico foram recolhidas junto a uma família de quilombolas. É importante registrar a ocorrência de variações em outros sítios.

Cozinha

A estrutura da cozinha é erguida com madeiras duráveis como a aroeira (*Myracrodouon urundeuva*); para sua cobertura, utilizam palhas da palmeira babaçu; as paredes são feitas com talas da palmeira babaçu preenchidas com barro.

No centro, uma madeira estendida horizontalmente é utilizada para pendurar e secar pedaços de carne, que ali fica protegida do ataque de animais. A cozinha geralmente constitui um abrigo separado da moradia.

O fogão é feito com madeira, tijolo e cobertura de barro. Foram observados dois tipos na região:

- a. Fogão de madeira e pedra - três pedras-cangas dispostas no chão em forma triangular e sobre as mesmas dispõe-se uma estrutura de madeira (forquilha) para suportar as panelas.
- b. Fogão de pedra, com barro e madeira (geralmente aroeira) é estendida no chão em paralelo, coberta com pedra-canga, e seus espaços são preenchidos com barro coletado no quintal.



Figura 14. Aspecto interior de uma cozinha, com fogões artesanal e industrializado (2006).

Forno

O forno é assentado numa base de formato quadrangular. O material deixado pelo “cupim do campo” é utilizado para a confecção de sua forma cônica, após ser dissolvido em água e manipulado adequadamente. Para construir sua base, utilizam madeiras variadas, que são cobertas com barro. A função do forno é assar bolos, pães, cabeça de boi e tracajá, que compõem a culinária local.



Figura 15. Forno de barro (2006).

Jirau

O jirau é uma espécie de mesa fixa disposta no quintal, feita de madeira, onde as louças são lavadas.



Figura 16. Jirau para lavar louça (2006).

Poço de Água

O poço é construído próximo das casas. O local adequado para ser perfurado é avaliado por um especialista da região, habilitado na identificação do lençol freático, denominado pelos quilombolas de “*olho d’água*”. Este especialista utiliza dois galhos da goiabeira (*Psidium guajava*) em forma de V, chamado de “*forquilha*”, e percorre o sítio com o galho apontado para o solo. Assim que a forquilha for puxada com intensidade para baixo, estará confirmada a existência do “*olho d’água*” e, portanto, trata-se de local ideal para que o poço seja perfurado (Figura 17).



Figura 17. Poço para coleta de água (2006).

Abriço para Lavar Roupas e Outras Práticas

O abrigo para lavar roupas geralmente é fabricado com madeira e folhas da palmeira babaçu; ao centro da construção, fica disposta uma mesinha de madeira, onde são colocadas as bacias ou os baldes com roupas e outros tecidos a serem lavados.



Figura 18. Local utilizado para lavar roupas¹⁶ (2006).

16 Por ocasião do registro, estava sem a cobertura.

Local para Banho

O local para tomar banho é fabricado com uma estrutura de madeira e as paredes laterais são feitas com folhas da palmeira babaçu; já o piso é feito com tábuas de madeira dispostas no chão, mas o teto permanece aberto. É construído próximo do poço de água, para facilitar o acesso a este recurso. A arquitetura geralmente é quadrangular.



Figura 19. Local para banho (2006).

Banheiro para as Necessidades Fisiológicas

O banheiro é construído distante da casa e do poço de água. É fechado nas laterais com folhas da palmeira babaçu; o teto é a céu aberto e existe uma cavidade no chão para defecar (fossa negra).



Figura 20. Banheiro (2006).

Paiol

O paiol é feito com madeira e palha da palmeira babaçu. É utilizado para guardar produtos da roça e ferramentas como foice, machado, motosserra e enxada, entre outros.



Figura 21. Paiol (2006).

Abrigo para Carroças

O abrigo para carroças é uma cobertura para a qual utilizam, geralmente, madeiras duráveis (ou de lei) como aroeira (*Myracroduon urundeuva*), carijó (*Physocalymma scaberimam*), “madeira branca” (espécies madeireiras que se deterioram com menos tempo que as duráveis, ou de lei) e o talo da folha da palmeira babaçu (*Orbygnia* sp.). As madeiras e o talo são amarrados com “embira”, cipó obtido de uma árvore conhecida no local como “mandioqueira-do-mato”.

A função dessa construção é guardar não apenas a carroça (Figura 22), mas também todos os apetrechos utilizados com os animais de tração (os equinos): sela para montaria, laço, arreo do carrinho, baixeiro, pelego, chinha ou barrigueira (que aperta o cavalo para a sela não cair), “pescocilha” (uma espécie de corrente para o cavalo não ficar virando a cabeça e se firmar sempre para a frente).

No período das chuvas, costumam guardar o pilão na casa da carroça e ali podem socar (pilar) ou triturar os produtos necessários à alimentação humana e dos animais.



Figura 22. Abrigo para carroças (2006).

Abrigos para Animais

Galinheiro

O galinheiro é feito com madeira e coberto com palmeira babaçu. Fica fechado e serve de dormitório para as aves domésticas (galinhas). Ao amanhecer, as aves ficam livres para pastar nas imediações da moradia e, à noite, retornam ao galinheiro, onde ficam aprisionadas, para evitar que sejam devoradas pelo gato-do-mato ou pelo lobinho – animais silvestres comuns na região. Nessa habitação, são depositados os estrumes das galinhas, que são utilizados como adubo orgânico nas hortaliças.



Figura 23. Galinheiro (2006).

Abrigo para Filhotes

O abrigo para filhotes é fabricado com madeiras e folhas da palmeira babaçu. Cada viveiro possui 1,5 m de comprimento por 0,5 m de altura e sua função é aprisionar os filhotes das galinhas durante quatro dias, a fim de serem alimentados e crescerem seguros, sem correrem o risco de serem devorados por outros animais.



Figura 24. Abrigo para filhotes de aves domésticas (2006).

Abrigo para Médios e Grandes Animais

Para proteger o gado, é fabricado um abrigo. No início da manhã, os animais são levados para o pasto nativo, de onde retornam no final da manhã para beber água; em seguida, são levados novamente ao pasto. Ao entardecer, são abrigados em outro espaço, cercado com arame. No solo desse abrigo fica depositado o estrume de carneiros, vacas e bois, utilizado para adubar as plantas dos quintais.



Figura 25. Curral cercado com arame (2006).

Chiqueiro

O chiqueiro é o espaço destinado à engorda dos porcos. Geralmente, é construído nos lugares mais elevados do quintal e mede 1,5 m de comprimento por 0,30 m de altura. Alguns moradores possuem porcos para cria e recria, manejados, na maior parte do tempo, no pasto nativo.



Figura 26. Chiqueiro suspenso (2006).



*Toponímias dos Rios
Guaporé e Alegre*



Os habitantes de Retiro e Boqueirão atribuem aos lugares classificações e nomes particulares, identificados e reconhecidos como parte de seu território. São lagoas, portos, baías e capões, entre outros, cujos nomes se remetem a pessoas e/ou acontecimentos, transmitidos oralmente e apreendidos através do uso e das relações materiais e simbólicas estabelecidas.

Durante um percurso de barco pelos rios Guaporé e Alegre, foi possível identificar diferentes lugares, com os seguintes nomes:

Cruz de Padre: Esta denominação se refere a um padre que fazia celebração litúrgica em Casalvasco e faleceu durante a sua viagem, à margem do rio. Neste local, os moradores fincaram uma cruz feita com madeira de aroeira e nomearam o lugar.

Porto de Dona Maria: Local de passagem na curva do rio Alegre, cujas terras pertenciam à família de Leopoldo Frazão de Almeida. Ali, os moradores atravessavam o rio a pé para chegar à antiga balsa de aço, que deslocava pessoas e animais para a sede urbana de Vila Bela. Neste caminho, tinham que atravessar o acesso estreito através da moradia de uma mulher, que se chamava Maria.

Antiga Terra de Brasileiro: Referência a um antigo morador e avô de Elizandra B. Silva, do Boqueirão.

*Bastos*¹⁷ ou *Porto de Bastos:* O rio Alegre se alarga pela primeira vez e o seu volume de água aumenta, recebendo o nome de *porto de Bastos*. Contam que o lugar é encantado e relatam o desaparecimento de uma carruagem cheia de bois durante o período da escravidão. Disseram que um senhor

17 Este lugar, denominado “*sítio de Bastos*”, serviu de parada para a expedição de Francis Castelnau à América do Sul, em 1845 (CASTELNAU, 1949, p. 373).

de escravos mandou que um negro mergulhasse num lugar profundo para verificar o que havia lá embaixo. No fundo do rio Alegre, o negro avistou uma cidade e os seus habitantes, que lhe pediram segredo! Ele subiu à margem e, depois de muita insistência do senhor, revelou o acontecimento. Em seguida, morreu, destino que lhe estava assegurado por ter revelado o segredo. Todas as vezes que os negros passavam pelo lugar, faziam silêncio em sinal de respeito; caso contrário, algum acidente poderia lhes ocorrer. Desde então, o lugar é por eles considerado “encantado”. Por isso, alguns negros ainda seguem esta regra social de ficar em silêncio sobre o lugar encantado, quando atravessam o rio de barco. Na margem, há um “tronco”, onde os negros eram amarrados e castigados.

Porto de Ema ou de Janu: Neste lugar, havia uma extensa plantação de café na época do primeiro morador. Atualmente, está ocupado pela fazenda Santa Cruz.

Porto de Anta: Localizava-se na margem esquerda do rio Alegre, a 23 km de Vila Bela. Ficava mais abaixo do rio Barata, já próximo à barra do Barbado. Este porto recebeu outro nome e passou a ser chamado lagoa do Suzano, lugar de um antigo engenho de cana-de-açúcar e aguardente, administrado pelo negro Valentim Leite Ribeiro, pai de Venâncio Leite Ribeiro, que, atualmente, mora em Vila Bela.

Zé Paz: Localidade com roça à beira do rio. Morava ali a família de Abel Camilo Leite, filho de Martinha Vieira Ramos e Frederico Camilo Leite, que, atualmente, reside no Jardim Aeroporto.

Antiga Terra de Germana e Agostinho: Local onde viviam Germana e Agostinho, dele expulsos duas vezes por conflitos na posse da área; atualmente, moram na sede urbana de Vila Bela e sua antiga posse pertence à fazenda Guará.

Antiga Terra de Irineu (filho de Martinha Vieira Ramos): Um lugar de praia, onde as mulheres lavavam roupas. Atrás desta terra, morava Nemésia Fernandes Leite, filha de João Sacerdote.

Capão de José: Antigo cemitério, próximo à casa da Nilza Leonora de Oliveira, na localidade Retiro.

Arrozal: Presença de arroz nativo coletado pelos negros e pelos índios Chiquitano que trabalhavam na fazenda que pertencia à família Profeta da Cruz. Havia ali um engenho de cana-de-açúcar e aguardente, escola, capela e casas que serviam de moradia para os trabalhadores indígenas oriundos da fronteira.

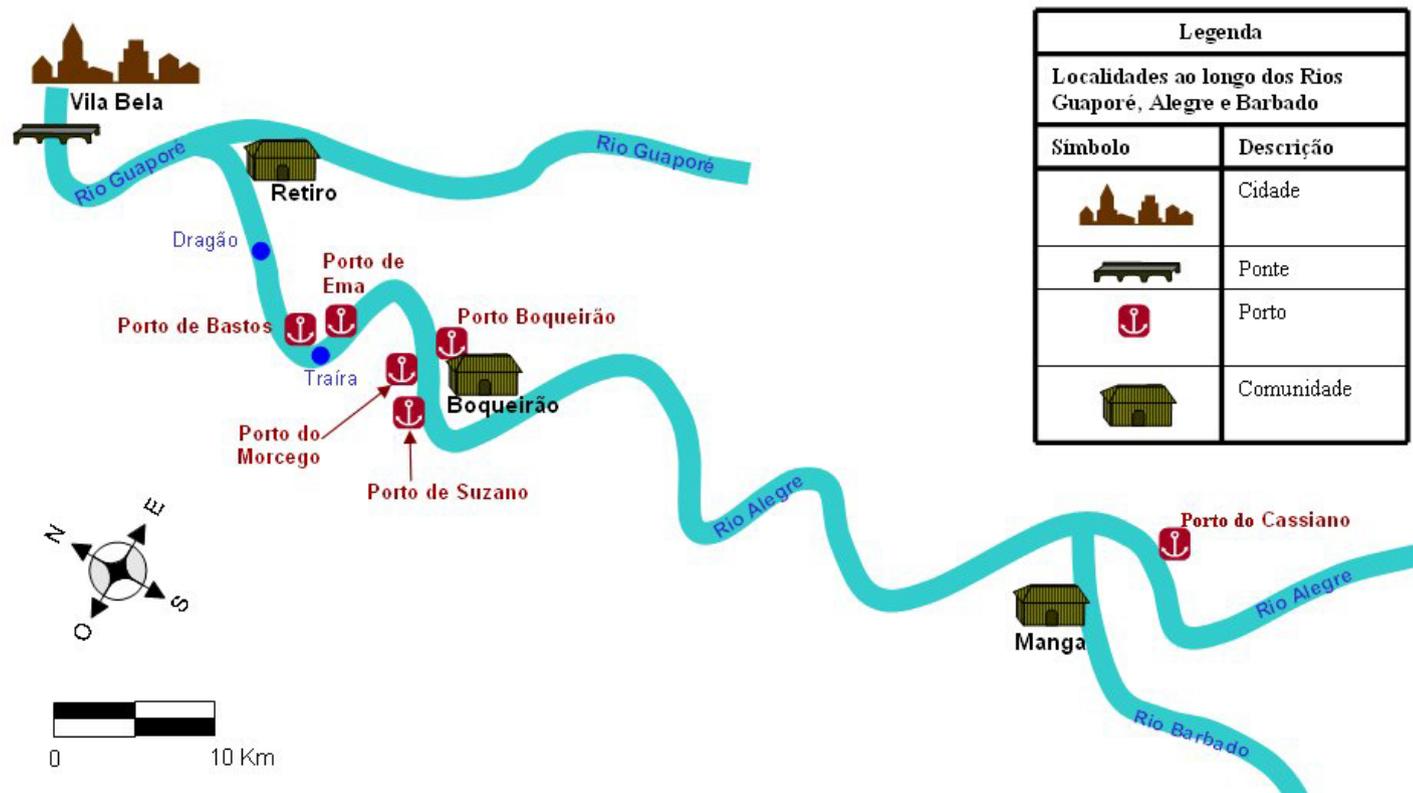


Figura 27. Portos ao longo dos rios Guaporé e Alegre.



Cultivos, Manejo do Gado e Pastagem



Os quilombolas da região desenvolvem estratégias de uso dos recursos naturais observando os ciclos pronunciados de enchente e seca e as especificidades das condições ambientais da região do Alto Guaporé. Essa situação condiciona as estratégias e o itinerário técnico dos sistemas de produção agrícola.

Os ciclos de inundação da região têm um importante papel no cultivo e na criação do gado, na pesca, na coleta, na caça e em outras atividades produtivas dos agricultores. As tomadas de decisão sempre levam em consideração esse aspecto bastante marcante do lugar. O calendário dos agricultores é marcado pelas estações seca e chuvosa.

Como as localidades de Retiro e Boqueirão situam-se entre dois rios periodicamente inundados, os ambientes campestres ficam submersos, restando apenas áreas florestais, situadas em terreno mais elevado, por isso os principais espaços disponíveis para o cultivo e a criação de gado são as áreas florestais, associadas também aos melhores solos.

A formação das roças começa antes das chuvas, ainda no mês de agosto, quando inicia o calendário dos cultivo. O Quadro 7 apresenta o calendário agrícola das localidades quilombolas, conforme períodos chuvoso e seco da região.

Quadro 7. Calendário agrícola (estações e calendário anual das roças), nas localidades Retiro e Boqueirão.

		Meses											
		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Estação	Estação Seca												
	Estação Úmida												
Atividades Agrícolas	Derrubada												
	Queima												
	Plantio												
	Colheita												

Fonte: Projeto Guyagrofor, equipe da UFMT, 2005.

Nas duas localidades quilombolas, as práticas de cultivo consistem na agricultura itinerante. Assim, as áreas de roças abertas na mata são utilizadas por cerca de quatro anos e depois são abandonadas; dá-se aí o início do processo de sucessão florestal. Atualmente, essa prática tem sofrido alterações e, em muitos casos, a sucessão florestal não acontece e o ciclo passa a ter um novo estágio, que é a formação das pastagens, especialmente com capim braquiária. Essa parte do ciclo começa já no plantio do milho, com a abertura de novas roças.

A partir do momento em que o milho alcança a altura de 1 metro, os agricultores plantam as sementes de capim. Azevedo (2001) relata situação similar em relação à interrupção do ciclo de sucessão florestal, com pequenos agricultores, no município vizinho de Pontes e Lacerda.

A preparação das roças é uma atividade da qual participam homens e mulheres. Os primeiros encarregam-se das atividades de derrubada da mata e a subsequente coivara – ato de distribuir em fileiras os restos vegetais não queimados, para posterior queima. As mulheres, por sua vez, participam da capina, roçado (com o uso da foice), plantio e colheita. Esta divisão não é predominante e pode variar entre as famílias de agricultores.

A derrubada da mata é feita com o uso de motosserras e ocorre nos meses de maior incidência de vento, o que facilita o trabalho dos agricultores. O plantio inicia-se antes da estação chuvosa ou logo após o seu início.

O calendário de cultivo de algumas espécies é apresentado no Quadro 8 e foi elaborado a partir de entrevistas com agricultores da localidade Retiro.

Quadro 8. Calendário dos cultivos para o mercado em Retiro, município de Vila Bela, Mato Grosso, Brasil.

Variedades Cultivadas	Meses											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Mandioca												
Milho – plantio												
Milho – colheita												
Feijão – plantio												
Feijão – colheita												
Arroz – plantio												
Arroz – limpeza												
Arroz – colheita												
Batata – plantio												
Batata – colheita												
Amendoim – plantio												
Amendoim – colheita												
Cana-de-açúcar – plantio												
Cana-de-açúcar – colheita												

Fonte: Projeto Guyagrofor, equipe da UFMT, 2005.

Manejo do Gado e Pastagem

A criação do gado é feita com o rodízio entre as pastagens plantadas (*pasto formado*) e campo nativo ou limpo (*pasto nativo*). A pastagem cultivada está presente nas áreas de terra firme desflorestada, livre de inundação. Na época das chuvas, o gado é deixado nessas áreas, pois, conforme já descrito, o campo nativo está inundado. Por ocasião da pesquisa, a pastagem cultivada possuía um capim vigoroso, uma vez que era recém-formada e não havia gado em demasia para o seu consumo.

Durante a seca, porém, a área de pasto nativo está livre da inundação e verde, o suficiente para manter o pastejo do gado. Nessa época, o pasto formado é poupado, sendo a maior parte do rebanho deixada nas áreas de campo limpo, ficando apenas o gado mal nutrido nas áreas cultivadas, até alcançar o vigor físico suficiente para voltar às áreas de campo limpo, onde predomina a pastagem nativa.

Na localidade Retiro, as áreas de brejo – terrenos periodicamente inundados, úmidos na época de seca e com vegetação herbácea, incluindo plantas de ambientes paludícolas – também são utilizadas pelo gado durante a seca. As áreas de campo nativo têm a presença do capim-mimoso, espécie de gramínea nativa que, diferentemente do capim plantado, tem grande vigor na época seca do ano, permanecendo verde durante esse período.

Os agricultores reconhecem, no entanto, que o capim cultivado (braquiária) fornece mais energia para o gado e é melhor para a engorda. Porém, apenas o gado magro é deixado nas áreas de braquiária, o que evita o sobrepastejo e permite a recuperação do vigor do rebanho.

Vejamos a seguir o calendário anual para o manejo do rebanho bovino:

Quadro 9. Calendário do manejo do gado e pastagem.

Atividades	Meses											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Limpeza												
Queima												
Uso do pasto nativo												
Uso do pasto cultivado												

Fonte: Projeto Guyagrofor, equipe UFMT, 2005.

Além do rodízio das pastagens, a queimada é também uma importante forma de manejo. Nesse caso, as áreas de campo nativo são queimadas entre os meses de agosto e setembro, época mais severa da seca. A queimada é um estimulador da regeneração das espécies herbáceas nativas. Assim, apesar do déficit hídrico desta época, o gado acaba por ter pastagem para a sua manutenção.

A água utilizada pelo gado durante a seca está restrita a pequenos reservatórios dispersos nos sítios dos quilombolas, em áreas de campo e de terra firme. A água dos rios é também utilizada com esta finalidade. Segundo nossos interlocutores, os reservatórios secaram completamente apenas nos três primeiros anos após a sua construção. Depois disso, sempre têm ao menos um filete de água para abastecimento.

O plantio de capim iniciou há cerca de quatro ou cinco anos. Antes dessa época, apenas as áreas de campo nativo eram utilizadas para o pastejo do gado. Uma característica marcante do pasto nativo é o seu uso coletivo entre os agricultores. Independentemente dos limites das unidades produtivas dos agricultores, o campo é utilizado por todos, sendo o gado reconhecido através de marcações auriculares. No entanto, há divergências internas, na forma de uso da terra, de maneira que alguns agricultores podem não criar seu rebanho em áreas comuns.

A maioria das famílias quilombolas cria gado, que também serve para venda, troca e aquisição de produtos e serviços. Como exemplo, os serviços de um tratorista, usados para escavar a área que viria a se transformar na represa de um quilombola, foram pagos através da troca com bezerros.

É possível verificar nas duas localidades alguns padrões de uso dos recursos. As áreas de mata (ou terra firme) são locais privilegiados para a construção das moradias dos quilombolas. Como são áreas mais elevadas, não inundam no período das chuvas. Assim, os moradores evitam problemas de umedecimento das construções. Outro aspecto associado à escolha das áreas de mata para a construção das moradias é o fato de todas terem quintais (também chamados de “terreiros”), destino de cultivo de espécies de uso medicinal, alimentício e arbóreas. Os solos mais férteis das áreas de mata asseguram uma melhor produtividade de plantas domesticadas; além disso, várias espécies contidas nas matas são resultado de antigos cultivos. Outro ponto fundamental se refere às fontes de água. Segundo os agricultores, a água obtida de poços na terra firme é melhor para o consumo que as fontes de água das áreas de campo, que apresentam coloração esbranquiçada em virtude das distintas características dos seus solos.

Cabe ressaltar que as categorias de paisagem podem estar relacionadas a distintos aspectos ambientais, observados por parte dos entrevistados. Por exemplo, as áreas de campo e vazante têm a mesma estrutura vegetacional, ou seja, savânica, mas os critérios utilizados pelos agricultores para diferenciá-las associam-se com a drenagem superficial ao final do período de chuvas. Neste caso, as áreas de vazante são rasos canais de escoamento da água das chuvas represadas na planície de inundação.

O trabalho de campo possibilitou uma extensa lista de produtos que são cultivados para o consumo e que, eventualmente, são também vendidos.

Quadro 10. Lista de espécies cultivadas nas roças.

Produtos Cultivados	Nomes Específicos
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i> Crantz.
Milho	<i>Zea mays</i> L.
Feijão	<i>Phaseolus vulgaris</i> L.
Arroz	<i>Oryza sativa</i> L.
Batata	<i>Ipomoea batatas</i> Poir.
Amendoim	<i>Arachis hypogea</i> L.
Cana-de-açúcar	<i>Saccharum officinarum</i> L.

Fonte: Projeto Guyagrofor, equipe da UFMT, 2005.

Além das espécies listadas no quadro acima, diversas outras são cultivadas, especialmente nos quintais: laranja-pera (*Citrus* spp.), laranja-comum (*Citrus* spp.), laranja-torranra (*Citrus* spp.), laranja-misteriosa (*Citrus* spp.), laranja-lima (*Citrus* spp.), corante (urucum) (*Bixa orellana*), graviola (*Annona muricata*), poncã (*Citrus* spp.), pinhão (espécie medicinal), ingá (*Inga edulis*), banana (*Musa* spp.), cajá-manga (*Spondia lutea*), lima (*Citrus* spp.), seriguela (*Spondia purpurea*), jenipapo (*Genipa americana*), manga (*Mangifera indica*), jambo (*Syzygium jambos*), acerola (*Malpighia glabra*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) araçá-boi (*Eugenia stipitata*), caju (*Anacardium occidentale*), maracujá (*Passiflora* spp.), tamarindo (*Tamarindus indica*), goiaba (*Psidium guajava*), goiaba-araçá (*Psidium* sp).

Para condimentos, além da tradicional cebolinha e salsa, cultivam diversas variedades de pimenta: pimenta-poca (*Capsicum* spp.), pimenta-chumbinho (*Capsicum* spp.), pimenta-bodinho (*Capsicum* spp.), tanto a vermelha quanto a amarela.

A produção do óleo de babaçu (*Orbignya speciosa*) destina-se à culinária (preparo de frituras e saladas) e o da mamona (*Ricinus communis*) é utilizado esteticamente, a fim de amaciar os cabelos.

Os frutos silvestres apreciados são o pequi (*Caryocar brasiliense*), a canjiquinha (*Byrsonima verbacifolia*), a mangava (*Hancornia speciosa*),

o bacupari (*Garcinia brasiliensis* Mart) e a bocaiuva (*Acrocomia aculeata*). Desta última, fazem uso do fruto como alimento (polpa e castanha), assim como seu palmito.

Foi identificado ainda o cultivo de uma espécie de bambu a que dão o nome de “cana-de-frecha”, usada na confecção de flechas para a captura de peixes.

Uma das principais espécies para o consumo é a mandioca (*Manihot esculenta*) e pode ser cultivada o ano todo. Há diversas variedades que estão adaptadas ao plantio em diferentes épocas do ano e têm um período diferenciado entre o plantio e a colheita. Algumas variedades identificadas pelos agricultores são: mandioca-de-três-meses¹⁸ ou vassourinha; mandioca-de-sete-meses; mandioca-de-vara ou mandioca-branca, cujo caule tem aspecto retilíneo ereto e a casca da raiz é de coloração branca – mandioca-roxa, variedade que possui o pecíolo e a casca da raiz de cor roxa – o período entre plantio e colheita se dá em 90 dias; mandioca-preta, variedade cuja raiz apresenta coloração escura – o período entre plantio e colheita é de 12 meses; matrinxã, a parte interna da raiz tem coloração avermelhada, daí a associação de seu nome com a do peixe amazônico, cuja carne é também avermelhada – o período entre plantio e colheita é de três meses; matrinxã-da-folha-miúda, variedade da espécie anterior, com folhas menores e período entre plantio e colheita de 90 dias.

A maioria dos produtos cultivados tem o germoplasma conservado pelos agricultores, com exceção do milho híbrido.

O Quadro 11 apresenta a relação de produtos cultivados em relação à origem do germoplasma e à diversidade de variedades intraespecíficas, usadas pelos agricultores quilombolas. Esses dados foram coletados em atividades de Diagnóstico Rural Participativo, na comunidade Boqueirão.

18 Os nomes das duas primeiras espécies já indicam o período entre o plantio e a colheita.

Quadro 11. Espécies cultivadas e variedades intraespecíficas.

Produto	Variedade	Condição do Germoplasma	Características Gerais e Comentários
Milho	Milho-asteca	Próprio	Espiga grande, de um palmo e meio.
	Milho-híbrido	Comprado	Espiga pequena.
	Milho-dente-de-cavalo	Próprio	Espiga um pouco menor que a variedade asteca.
	Milho-fofo	Próprio	Própria para farinha de milho, bolo, chicha e aluá; germoplasma obtido dos índios.
	Milho-pipoca alho	Próprio	Possui uma espécie de agulha na ponta.
	Milho-pipoca chato	Próprio	Cor vermelha.
Feijão	Carioquinha	–	Usado na alimentação.
	Catador	–	Usado na alimentação.
	Andu	Próprio	Usado na alimentação (como farofa) e como medicina (para dores de barriga e de dente).
	Fava	Próprio	Usado na confecção de doces.
	Orelha-de-padre	Próprio	Usado na alimentação (como salada).
Mandioca (Rama)	Vassourinha	Próprio	Folha vermelha.
	Cacau	Próprio	Também conhecida como mandioca roxa.
	Rainha	Próprio	Mandioca branca, folha fina.
	Matrinxã	Próprio	Parte interior da raiz vermelha.
	Mandioca-pão		
	Mandioca-brava	Não há mais	Muito cultivada antigamente; não há mais a "semente".
Batata-doce	Mandioca-amarelenta	–	–
	Roxa	Próprio	–
	Branca	Próprio	–
	Amarela	Próprio	–
	Rosada	Próprio	–
Cana-de-açúcar	Roxa		Cultivo que enfrenta problemas com cupim (térmitas).
	Preta		–

Fonte: Pesquisa de campo do Projeto Guyagrofor, Vila Bela, 2005.



Prática Extrativista



O extrativismo ocorre na região associada aos cultivos. Até o início do século XX, os produtos extrativistas como borracha, poaia e peles de animais foram utilizados para a aquisição de sal, armas, cartuchos, confecção de munição, instrumentos agrícolas, tecidos, remédios e complementos para arreios de animais. Após a década de 1940, outros produtos passaram a ser adquiridos também por meio da troca, como querosene, açúcar branco, sabão e óleo (BANDEIRA, 1988).

No final do século XIX e início do século XX, os quilombolas trabalharam na extração do látex da Seringueira (*Hevea brasiliensis*), através do sistema de aviamento¹⁹, que os forçava a permanecer com a família na atividade extrativista. Até a década de 1970, os “patrões” da borracha eram também os “patrões” da poaia (*Cephaelis ipecacuanha*), cujos produtos se caracterizavam por explorações sazonais²⁰. A lenha, ovos de tracajá, pele de animais como a ariranha, caimã, jaguatirica, gato, onça, capivara e jacaré foram incorporadas à atividade extrativista, o que intensificou as relações comerciais de Vila Bela com o mercado regional (ibid.).

19 Segundo Carneiro da Cunha e Almeida (2009, p. 112), o seringueiro recebia um adiantamento em víveres e instrumentos de trabalho no início da atividade extrativista e, no fim, entregava o produto ao patrão como pagamento de sua dívida. Contudo, o saldo adquirido nem sempre era suficiente para sanar a dívida, já que os produtos eram submetidos aos preços e regulamentos estabelecidos nos seringais, o que fazia com que o seringueiro permanecesse endividado durante toda a safra, sem poder escolher onde vender o seu produto nem abandonar o local de trabalho.

20 Na década de 1940, o Brasil havia assumido exportar toda a sua produção natural de borracha (*Hevea brasiliensis*) para os Estados Unidos da América, por meio de um acordo com o governo de Getúlio Vargas, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Até a década de 1970, a borracha foi monopólio do governo federal, que oferecia subsídios de créditos e concessões de terras aos seringalistas. A Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA) aviava os patrões ou seringalistas, que se tornaram intermediários oficiais do Estado. A venda do produto para “regatões” foi considerada crime e prática de contrabando (CARNEIRO DA CUNHA e ALMEIDA, 2002, p. 122-124).

As empresas extrativistas detinham concessões de terras públicas para explorar os seringais nativos e financiamento para implantar seringais cultivados, como foi o caso de algumas agropecuárias na região de Vila Bela, que optaram por essa estratégia²¹.

A empresa Guaporé Rubber Company, de Paulo Cordeiro da Cruz, tinha seringais do rio Mamoré até o forte Príncipe da Beira, e a firma Maciel & Cia., do brasileiro Balbino Antunes Maciel, possuía terras com seringais nos vales dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira. Na região do Vale do Guaporé, havia seringalistas de diferentes nacionalidades: brasileira, boliviana, venezuelana, paraguaia, grega, inglesa, alemã, peruana e portuguesa (APMT, 1920).

Os proprietários da firma Maciel & Cia. eram descendentes de paulistas e exploravam os seringais tanto do lado brasileiro quanto do lado boliviano. Começaram a atuar na atividade extrativista desde a década de 1870, estabelecendo barracões em diferentes pontos dos rios Guaporé, Mamoré e Beni (Bolívia). Utilizavam lanchas a vapor, que puxavam vagões para descer o rio de Ponte Velha (Pontes e Lacerda) até Guajará- Mirim (GARCIA, 2005).

O Serviço de Navegação do Guaporé (SNG), criado pelo governo federal na década de 1940, tinha diferentes tipos de embarcações para cada período do ano (seca, vazante e cheia); transportava produtos e pessoas dos seringais e apoiava as atividades dos funcionários das agências fiscais, instaladas nas margens do rio Guaporé. Em Vila Bela, havia uma agência fiscal que controlava a comercialização dos produtos extrativistas do Alto Guaporé e um posto policial, criado para reprimir as ações dos povos indígenas resistentes à entrada de seringueiros nas matas, ou ao sistema adotado nos seringais.

A firma Theophilo Sellim & Nasser, com sede na ilha do Biguá (Beni, Bolívia) possuía dois motores a gasolina que faziam rápidas viagens de

21 Seringal é um assentamento de Reforma Agrária, instituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no ano 2000. A área pertenceu à Agropecuária Priscila Ltda., de Mauro Arantes Ferreira, que, na década de 1960, implantou um seringal cultivado, utilizando créditos do Banco de Brasil. Atualmente, o assentamento é sede da Cooperativa de Seringueiros do Vale do Guaporé, formada em 2001, com mais de 30 cooperados. Outra experiência semelhante ocorreu no bairro Aeroporto (Vila Bela) onde foram cultivadas mais de duas mil mudas.

Guarajá-Mirim à Vila Bela; já o Estado tinha embarcações menores para o serviço da agência de fiscalização de Vila Bela até o rio Cabixis; havia embarcações com distintas finalidades, como a do peruano Leonidas Tejadas, um comerciante que transportava uma farmácia pelos seringais localizados entre o rio Cautário até o Cabixis, e a “Charitão”, uma lancha também chamada “Musicão”, com um toca-fitas, que, durante as suas paradas, sonorizava os seringais (APMT, 1920); a “Magdalena” e a “Guayara” navegavam da Bolívia para Vila Bela, e desta para a Bolívia, levando cereais das roças dos Chiquitano, peles de animais, tecidos, gado, madeira, castanha do Brasil, cana-de-açúcar e aguardente. Em entrevista, o professor Benildes (2006) informou que ainda havia outras embarcações denominadas “Cearense, Turco, Judeu, Corumbiara, Monte Castelo, Conde Vilani” e as “lanchas dos bolivianos”.

Outra característica de alguns seringais era a presença de uma cruz de madeira fincada em seu centro, quase sempre associada à presença de trabalhadores Chiquitano, além de muitos cultivos destinados ao consumo, como arroz, milho e laranja. Muitos seringalistas associavam ainda a coleta nos seringais com a produção de rapaduras (APMT, 1920).

Estradas e trilhas não oficiais foram utilizadas em Vila Bela pelos “marreteiros da borracha”, que deslocavam produtos até os postos de recebimento da matéria-prima, localizados em território boliviano. Ali, a borracha era recolhida e, posteriormente, comercializada.

Nas décadas de 1960 a 1990, a extração de madeira intensificou o desmatamento na região, que, na década de 1980, foi considerada, em importância, a segunda exploração madeireira em Mato Grosso, com as primeiras serrarias instaladas nas décadas de 1960-1970 (BRASIL, 1984). O Diagnóstico Florestal do Estado de Mato Grosso apresentou um perfil de acentuada diminuição da oferta de madeiras de alto valor econômico de Vila Bela e municípios vizinhos, o que ocasionou a migração de serrarias para o norte de Mato Grosso e para o Estado vizinho de Rondônia.

As espécies de aproveitamento madeireiro desta região estão listadas no Quadro 12. Os dados apresentados são oriundos de revisão bibliográfica.

Quadro 12. Relação das principais espécies de aproveitamento madeireiro em serrarias e laminadoras da região de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Nome Popular	Espécie
Açoita-cavalo	<i>Luehea speciosa</i> Wild.
Amoreira	
Angelim	
Angico	<i>Piptadenia peregrina</i> Bth.
Aroeira	<i>Myracrodunon urundeuva</i> Fr. All.
Bálsamo	<i>Myroxylon balsamum</i> (L.) Harms
Branquilha	
Cabreúva	
Cambará	<i>Vochysia</i> sp.
Canelão	<i>Ocotea</i> sp.
Cedrinho	<i>Cedrela</i> sp.
Cedro	<i>Cedrela fissilis</i> Vell.
Cerejeira	<i>Torresia acreana</i> Ducke
Cumbaru	<i>Dipteryx alata</i> Vog
Faveiro	
Figueira	<i>Ficus</i> sp.
Garapa	<i>Apuleia leiocarpa</i> (Vogel) J. F. Macbr
Ipê	<i>Tabebuia</i> sp.
Jacarandá	<i>Jacaranda</i> sp.
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i> L.
Jequitibá	<i>Cariniana</i> sp.
Mogno (Araputanga)	<i>Swietenia macrophylla</i> King.
Morcegueira	<i>Andira inermis</i> (SW.) Kunth ex DC
Murici	<i>Byrsonima muricata</i> H. B. K.
Pau-d'óleo	
Pau-ferro	<i>Caesalpineia</i> sp.
Peroba	<i>Aspidosperma macrocarpum</i> Mart.
Pinho-cuiabano	<i>Schizolobium amazonicum</i> (Hub.) Ducke.
Virola-branca	<i>Virola</i> sp.

Fonte: Diagnóstico Florestal de Mato Grosso (CASTRO, 1994).

O extrativismo vegetal é um importante componente do manejo ambiental dos agricultores para o funcionamento de seus sistemas agrícolas, tanto no que se refere aos produtos madeireiros quanto aos produtos não madeireiros. Em relação aos primeiros, grande parte da madeira utilizada em construções residenciais advém da região. Essa madeira é extraída pelos moradores com o uso de motosserra e machado. Ela pode ser retirada e transformada em tábuas pelos próprios agricultores ou por terceiros, contratados por eles. Nesse caso, há gasto com a remuneração dos trabalhadores e com o consumo de combustível. No primeiro caso, o gasto é apenas com o consumo de combustível.

A madeira das Unidades Produtivas (UP) é utilizada na construção de residências, cercas, lenha e na construção de instalações de subsistemas de produção, como curral, galinheiros, chiqueiros e casas de farinha, entre outros.



Figura 28. Uso direto de recurso madeireiro em Boqueirão (2006).



Figura 29. Recursos madeiros utilizados na moradia, em Boqueirão (2006).



Figura 30. Recurso madeiro utilizado como combustível, em Boqueirão (2006).

Mendes (2005) valorou os recursos madeireiros de uso direto junto a camponeses que têm modos de vida que se assemelham aos dos quilombolas de Retiro e Boqueirão, e verificou que, em alguns sítios, as famílias teriam um custo anual muito elevado caso não tivessem onde coletar a madeira para uso próprio. Isso evidencia a importância da manutenção de áreas com florestas secundárias capazes de fornecer recursos madeireiros para as famílias nos sítios. Além dos recursos madeireiros, o extrativismo de palmitos, frutos e plantas medicinais é bastante visível. Esses produtos são encontrados em ambientes diversos, em áreas de cerrado, floresta e campo, sendo que as áreas de campo e cerrado, aparentemente, são as que oferecem a maior parte dos produtos coletados.



Figura 31. Coleta de hortelã-do-campo, em Boqueirão (2006).

O açai (*Euterpe* sp.) e o pequi (*Caryocar brasiliense*) são espécies com destaque de uso entre os agricultores e têm áreas de coleta mantidas por eles, chamadas de “reservas”, e seu uso é coletivo.

O pequi é uma árvore nativa cujo fruto é consumido na região, mas pouco comercializado. Há ambientes com maior concentração do fruto, chamados “pequizais”. O período de floração é de agosto

a setembro e o da coleta é de janeiro a maio. Os quilombolas consomem os frutos com arroz, peixe ou em conserva e os comercializam em casca na cidade de Vila Bela. Em Boqueirão, há um “pequizal” (numa área de cerca de 1,0 ha) deixado por João Sacerdote, onde anualmente se coletam seus frutos.



Figura 32. Cabaça utilizada como utensílio doméstico, em Boqueirão (2006).

O açai (*Euterpe* sp.) é utilizado pelos quilombolas do Boqueirão especialmente na fabricação de sucos e vinhos, mas também como produto medicinal para tratamento de anemias. O açai nativo atualmente pode ser encontrado na fazenda Santa Cruz, propriedade privada na vizinhança das localidades e foi mantido pelo fazendeiro, a pedido dos quilombolas. Fica à margem de um córrego denominado Traíra, tributário do rio Alegre. O açai aí se mantém por estar entranhado em uma vegetação florestal em ambiente que conserva muita umidade, mesmo em período de seca. Mas sua área de incidência estava ameaçada, uma vez que o fazendeiro implantou um sistema de drenagem do campo limpo (coberto com pastagem natural), com a finalidade de introduzir ali pastagem cultivada.

Outra espécie importante é a guariroba (*Syagrus oleracea*), palmeira nativa das áreas de cerrado muito apreciada como alimento durante as refeições. As mulheres coletam e extraem o seu palmito.



Figura 33. Coleta de palmito, em Boqueirão (2005).

Pesca

A pesca é uma atividade econômica importante para a subsistência dos quilombolas que vivem na região. Tanto homens quanto mulheres pescam.



Figura 34. Atividade de pesca (2005).

Os principais locais de pesca são as baías localizadas nas áreas de campo limpo ou de cerrado. As baías são áreas inundáveis que, ao final do período chuvoso e início do seco, concentram água. Pode haver ou não ligação com os rios através de canais denominados corixos. São considerados os melhores locais para a pesca. A atividade acontece ainda nos cursos dos rios Alegre e Guaporé, nas lagoas que se formam junto a esses cursos d'água, assim como nas represas construídas que, por ocasião das cheias, recebem águas das áreas inundáveis. Algumas espécies de peixes ficam aprisionadas nestas represas, após o escoamento natural das águas, facilitando a sua captura. As mais comuns capturadas na comunidade Retiro estão listadas no quadro a seguir.

Quadro 13. Espécies de peixes capturadas pelos moradores da comunidade Retiro.

Peixe	Característica	Captura
Traira	Pintada, amarela e escura.	Pesca com anzol, linhada. Fica no "tarope" ²² , aguapé.
Caravauçu	Escuro, com pinta vermelha no rabo.	Pesca com linhada, com isca de peixe.
Tucunaré	Carrega um cupim em cima da cabeça.	Pesca riscando o anzol na linhada de 10 cm, no rio Alegre e na baía.
Pirarara	Peixe rápido, pescado no rio e em água corrente.	Peixe de carne amarela, que parece o jaú, somente encontrado de Porto Esperidião pra frente.
Matrinchá		Linhada fina na flor da água.
Peixe novo	Semelhante ao dourado, rabo vermelho com escama branca.	Pesca com isca de carne, nos rios Guaporé e Alegre, em lugar profundo.
Tambaqui		–
Piau	Pega-se com milho verde cozido, no rio profundo, em remanso e na curva do rio.	–
Pintado	Pega-se com milho verde cozido, no rio profundo, em remanso e na curva do rio.	–
Tracajá	–	A pesca ocorre de setembro a outubro, na praia do rio Alegre. Costumam cavar um buraco na areia; os tracajás saem para depositar os ovos, que ali permanecem cerca de 70 dias. Durante a desova, os pescadores aproveitam para capturar os ovos e os tracajás. Chegam a pesar até 30 kg e se alimentam de lodo, aguapé e palmito.

Fonte: Diagnóstico Rápido Participativo, Projeto Guyagrofor, 2005.

22 *Tarope*: Na linguagem quilombola, é uma vegetação aquática típica da região do Guaporé, que cresce na superfície da água e dificulta a navegação.

As baías servem para a pesca e também como importantes fontes de água para o gado, na época da seca. As principais da região são: “baía do Anastácio, baía do Dragão e baía do Jacaré”, entre a área denominada *pantano* e o rio Alegre – a última fica fora do limite das terras ocupadas pelos quilombolas; “baía do Du” (nome de um morador das proximidades), no rio Guaporé; e “baía do Quadrado”, também no rio Guaporé.

As técnicas para a captura de peixes são variadas. Os quilombolas utilizam como instrumento a zagaia, o anzol, a vara e o arco e flecha.

O arco e a flecha, indubitavelmente herança indígena assimilada pelos quilombolas (os próprios agricultores assim o reconhecem), são utilizados para a captura dos peixes. O arco é confeccionado por uma palmeira da região denominada “siriva” (provavelmente *Mauritia* sp.). É entalhado com o uso do facão e a corda utilizada na envergadura é fabricada com material sintético, semelhante àqueles destinados à obtenção da ignição de motores de popa.

As flechas são confeccionadas com “cana-de-flecha”, espécie cultivada próximo a residências (quintais). É coletada quando já apresenta a haste seca e tem, aproximadamente, 1 metro de comprimento. A ponta da flecha tem dois dentes e é forjada com ferro quente, com o auxílio de um facão. A porção final da flecha, que entra em contato com o arco e na qual o atirador segura, é feita com cedro (*Cedrela fissilis*), madeira encontrada nas áreas de floresta da região. Toda matéria-prima vegetal utilizada para a fabricação da flecha é leve, de maneira que, ao serem fisgados, os peixes não afundam e acabam fatigados, facilitando, desse modo, retirá-los da água. Um pescador carrega consigo, normalmente, apenas uma flecha.

A fisga (zagaia) é também utilizada pelos quilombolas. Consiste em uma haste de madeira de 2 metros, com um dispositivo de metal de 20 centímetros preso numa das extremidades. É utilizada, à noite, com o auxílio de um “facho” (lanterna). Tanto esse instrumento quanto o arco-e-flecha requerem uma acentuada percepção da refração da luz na água por parte dos pescadores. Também se faz uso da fisga, na captura de jacarés.

Caça

É uma atividade associada tanto à pesca quanto à extração de outros produtos, por ser importante componente proteico da dieta dos moradores das localidades Retiro e Boqueirão. A atividade é feita nas áreas de mata e cerrado aproveitando os “carreiros” (trilhas) de animais. Por saber que estes são espaços de trânsito rotineiro dos animais (especialmente os de hábito noturno), o caçador se posta ao lado ou acima destes carreiros, conseguindo assim abater com facilidade suas presas. A área do córrego Traíra constitui um lugar privilegiado de caça.

Outro animal capturado é o tracajá (*Podocnemis* sp.). Os ovos dessa espécie são muito utilizados na alimentação (Figura 35). São encontrados nas áreas de praias de rios, entre setembro e outubro. Em cada ninhada, encontram-se cerca de 30 a 36 ovos.

É frequente a caçada ao tatu (*Tolypentis tricinctus*), encontrado em áreas de cerrado.



Figura 35. Ovos de tracajá, usados na alimentação, coletados em Boqueirão (2006).



Figura 36. Captura do tatu em Boqueirão (2006).



Sistemas Agroflorestais



É conveniente destacar que os Sistemas Agroflorestais (SAF) manejados pelos quilombolas são muito variáveis e flexíveis, e têm sido classificados de diferentes maneiras: segundo sua estrutura no espaço, seu desenho através do tempo, sua importância relativa e a função dos diferentes componentes, os objetivos da produção e as características sociais e econômicas prevalentes. Recomenda-se uma classificação levando-se em conta a estrutura e a função como base para agrupar os sistemas em categorias: sistema silvipastoril, sistema agrosilvicultural e sistema agrosilvipastoril.

Sistema Silvipastoril

Esse tipo de sistema é composto de um componente arbóreo perene, um componente herbáceo (capim) e animais (normalmente gado). Foram identificados três tipos.

Palmeiras e Capim Braquiária

O capim braquiária corresponde aos pastos formados pelos agricultores que, em meio às palmeiras (preservadas por ocasião da derrubada da mata nativa), passam a constituir os elementos perenes do sistema (Figuras 33 e 37). Nesse sistema, os quilombolas escolhem áreas onde há babaçu em grande quantidade, derrubam as árvores úteis que podem fornecer madeira e, em seguida, diminuem o número de palmeiras adultas por hectare. As folhas de pindovas²³,

23 Estágio de desenvolvimento em que a palmeira de babaçu não possui caule aparente, apenas folhas.

palmiteiros²⁴ e capoteiros²⁵ são cortadas e deitadas no chão, junto às folhas das palmeiras derrubadas. Quando secas, são queimadas, produzindo muita cinza que fertiliza a terra. Assim queimado, um babaçal necessita de um tempo em torno de quatro anos para recuperar toda a sua folhagem e ser novamente utilizado.



Figura 37. Pastagem plantada e palmeiras babaçu, em Retiro (2005).

Pastagem Plantada e Espécies Florestais

A combinação de pastagem plantada com espécies florestais madeireiras vem despertando o interesse de alguns quilombolas. O sistema consiste na condução da regeneração natural de espécies florestais nativas como aroeira (*Myracroduon urundeuva*), peroba (*Aspidosperma* sp.) e ipê (*Tabebuia* sp.) nas áreas de pastagens (Figura 38). O valor madeireiro

24 Estágio de desenvolvimento em que a parte do caule da palmeira babaçu onde se localiza o palmito projeta-se acima do solo.

25 Estágio de desenvolvimento em que a palmeira de babaçu já possui caule aparente, mas não produz inflorescências.

e a facilidade na condução dessas espécies, devido a suas características silviculturais, configuram-se como os principais motivadores da adoção dessa nova experiência agroflorestal. Essa iniciativa, que parte do próprio agricultor, abre caminho para novas possibilidades de manejo que poderão ser incorporadas ao sistema mais facilmente.



Figura 38. Condução da regeneração natural de espécies florestais de interesse madeireiro no meio da pastagem, em Retiro (2005).

Sistema Agrosilvicultural

O sistema agrosilvicultural é composto de espécies perenes (árvores), animais de criação e vegetais cultivados.

Quintais Agrofloretais

Os quintais constituem um sistema agroflorestral pois associa espécies arbóreas (frutíferas, principalmente) com espécies herbáceas (plantas medicinais, alimentícias, místicas e ornamentais) e espécies animais (galinhas, carneiros, patos e perus).



Figura 39. Quintal agroflorestral, em Boqueirão (2006).

Sistema Silvicultural

O sistema silvicultural é composto por componentes arbóreos e vegetais cultivados a partir de um ciclo de agricultura itinerante.

Roças

As roças baseiam-se no policultivo e procuram atender basicamente o consumo da família. A forma de manejo praticada pelos agricultores investigados guarda a influência marcante da tradição indígena. Seus roçados se enquadram no sistema de pousio. Esse modelo de agricultura que derruba, queima e alterna, em uma mesma área, períodos de cultivo e de pousio florestal, é ainda praticado em várias regiões tropicais por agricultores vinculados ao saber tradicional (LEAL, 2004; NODA, 2002; BEGOSSI, 2002; ADAMS, 2000; KATO et al., 1999; GOMEZ-POMPA e KAUS, 1990). Após a colheita e o “cansaço” da terra – termo que os agricultores utilizam para denotar o déficit de nutrientes do solo que impede o seu uso –, o local é deixado para a continuação do ciclo de sucessão florestal que, além de restabelecer as propriedades químicas e físicas do solo, atua no controle de pragas e doenças. Deve-se ressaltar, também, a sua importância no fornecimento de recursos madeireiros e não madeireiros utilizados no dia a dia dos quilombolas.



Figura 40. Roça baseada no policultivo, em Boqueirão (2006).

A sequência temporal desse sistema de produção permite a incorporação de práticas como o plantio de espécies arbóreas de interesse para os quilombolas durante o período de cultivo da lavoura branca, que dura em torno de três a quatro anos, a fim de diversificar as espécies na capoeira que se regeneram durante o pousio.

Estratégias de Manejo da Fertilidade do Solo

Uma das principais estratégias de manejo da fertilidade do solo diz respeito à agricultura itinerante, quando a roça é feita em áreas abertas das florestas, após derrubada e queima da mata. Depois das primeiras chuvas, o plantio é realizado pelos quilombolas. O solo é utilizado por três ou quatro anos, uma vez que, após esse período, ocorre o decréscimo de sua fertilidade, quando outras áreas passam a ser derrubadas para novos plantios. A área anterior pode restabelecer seus atributos químicos e físicos a partir da sucessão florestal (formação de capoeiras) ou ainda dar lugar a pastagens plantadas, logo após a terceira ou quarta colheita.

O uso de agroquímicos tem ocorrido na região, entretanto outras práticas oriundas de experiências dos quilombolas estão a eles associados e, em alguns casos, têm predomínio no manejo, particularmente das roças. As cinzas, provenientes da queima da vegetação, são utilizadas para fertilizar a terra; já o esterco de galinhas e de gado serve às hortas domésticas.

As áreas dos quintais não são submetidas a esse ciclo de regeneração. O lixo orgânico (restos de alimentos e detritos vegetais das espécies dos quintais) é jogado nas laterais das moradias e o cultivo de hortas ocorre em poucos sítios. Nesses casos, o esterco animal é utilizado como fertilizante.

As áreas de pastagem cultivada são manejadas através de rodízio. Durante a seca (maio a outubro), abrigam pequenos rebanhos que necessitam de engorda. Isto previne o pastejo excessivo. As áreas são utilizadas novamente após o início das chuvas. Os quilombolas permitem a regeneração florestal nas áreas de pastagem somente quando não estão fazendo uso delas por alguma razão.

Controle de Pragas

Algumas pragas têm interferido nos cultivos e conduzido os quilombolas ao uso de estratégias para o seu controle.

Uma das pragas recorrentes é o inseto da ordem *Homoptera*, conhecido localmente como cigarrinha, que ataca a cana-de-açúcar. Para eliminá-la, utilizam um produto químico denominado “*barrage*”, conhecido também por ser aplicado em animais a fim de eliminar carrapatos. Além disso, os agricultores utilizam outras formas de saber e práticas de cura como a “*benzeção*” e “*simpatias*” herdadas de seus ancestrais: enrolam a cigarrinha em uma folha e lançam-na em um ambiente enfumaçado, em direção ao céu, ato que, segundo a afirmação de uma interlocutora, provoca o desaparecimento da praga.

Outra praga comum é o cupim-branco, que se alimenta da porção interna do caule da cana-de-açúcar. Alguns quilombolas utilizaram, sem sucesso, o pesticida identificado por “*barrage*” para eliminá-lo. O Quadro 14 sintetiza algumas práticas utilizadas pelos quilombolas no manejo do sistema agrário.

Quadro 14. Práticas dos quilombolas relacionadas com o manejo do sistema agrícola.

Nome da Prática	Descrição
Benzeção	Pessoas iniciadas nessas práticas realizam diálogos com entidades não humanas de outro plano solicitando proteção ou a resolução dos problemas surgidos ao longo do processo produtivo.
Mudança do local da roça	Migração dos locais das roças, entre três e quatro anos de cultivo.
Derrubada e queima	A derrubada geralmente é realizada pelos homens. Utilizam o machado e a motosserra, fazem queima controlada.
Consórcio de cultivos	Mistura e combinação de espécies na mesma área com o objetivo de aproveitar os recursos disponíveis.
Eleição de áreas adequadas	Escolhem áreas de “ <i>terras de cultivo</i> ” em ambientes de mata.
Época de plantio	Está relacionada ao ciclo das chuvas e ao ciclo lunar.
Prática de cura: Simpatias	Amarram a “ <i>cigarrinha</i> ” (homóptero, considerado uma praga) e a lançam num ambiente enfumaçado, em direção ao céu.
Pesticida (<i>Barrage</i>)	Uso de um produto químico, tanto nos cultivos quanto para banho em animais com o objetivo de retirar o “ <i>carrapato</i> ”.
Uso do lixo orgânico nos quintais	Cascas de frutas e verduras, restos de comida, estrume de vacas e animais domésticos (galinhas, ovelhas, patos).
Uso de plantas repelentes / cheiros	Plantio de pimentas, orégano, gengibre nativo, comigo-ninguém-pode, espada-de-são-jorge e arruda para espantar insetos, pragas e mau-olhado.
Rodízio dos rebanhos	Deslocamento de animais entre a pastagem cultivada e a nativa.

Fonte: Projeto Guyagrofor em Retiro e Boqueirão, 2005.





*Relações
com o Mercado*

Desde a sua fundação como cidade na fronteira, Vila Bela foi marcada por uma economia mercantil. O ouro era extraído e vendido no mercado europeu. Depois do ciclo do ouro, veio o da borracha (1900 a 1950); em seguida, o da poaia (1930 a 1960) e o da pele (1940 a 1970). Após os anos 1970, a criação e o comércio de gado passaram a ser um forte componente para a economia da região.

De 1940 a 1980, os produtos cultivados que se destinavam ao comércio eram o arroz, o milho, a banana e a mandioca processada (como farinha). As roças se estabeleciam em pontos distantes da sede urbana e os quilombolas se deslocavam de canoa até a vila, a fim de entregar os produtos aos comerciantes que guardavam um pequeno armazém junto ao porto do rio Guaporé; ou ainda à sede urbana, cujo mercado pertencia à família de Marcelo Profeta da Cruz, que aceitava trocas dos produtos da roça por tecidos e chinelos. Além disso, os produtos dos cultivos abasteciam as embarcações que chegavam até o porto.

Até a década de 1950, alguns sítios dos quilombolas, localizados às margens do rio Guaporé, desenvolveram atividades agrícola, pastoril e agroindustrial. Produziam para além do consumo familiar, gerando um excedente, disponibilizado ao mercado regional. Alguns agricultores conseguiram implantar, em seus sítios, engenhos de madeira, alambiques de cobre e casa de farinha. Além disso, tinham acesso a instrumentos agrícolas, panelas de ferro e talheres de metal.

Quadro 15. Engenhos de cana-de-açúcar e aguardente.

Engenhos	Localização	Famílias
Suzano	Margem esquerda do rio Alegre	Família Bispo de Oliveira
Engenho Retiro ou Várzea Alegre	Margem direita do rio Alegre	Família Bispo de Oliveira
Manoel Caetano	Margem esquerda do rio Guaporé	Família Francisco da Silva
Manoel Profeta da Cruz	Próximo à sede urbana	Família Profeta da Cruz

Fonte: BANDEIRA, 1988.

Ao lado de uma *economia mercantil-monetária*, controlada predominantemente pelos “brancos”, na qual produtos e serviços eram trocados por moedas, a comunidade negra exerceu também uma *economia não mercantil*, uma *economia não monetária*. A economia monetária, que tem a moeda como o equivalente geral, baseia-se nos princípios de mercado que prioriza o lucro; já a não monetária tem como foco os princípios de redistribuição e reciprocidade. Enquanto a primeira volta-se para a exterioridade, a economia não mercantil tem um caráter mais doméstico, voltado para atender às demandas internas e criar ou manter relações entre grupos humanos, situados nas proximidades ou na vizinhança. Muitas vezes, troca-se um bem por algum serviço.

Em Retiro e Boqueirão, havia o predomínio de produtos destinados ao mercado local e regional, criando uma intensa rede de redistribuição e serviços, pautados pelo princípio da reciprocidade, ou seja, se alguém oferece um produto a uma pessoa, esta retribui com outro, como se tivesse uma obrigação. Bandeira (1988) apontou que a dádiva e a contradádiva predominaram nas relações de troca em Vila Bela antes que esta fosse alcançada por uma economia regulada e dirigida por mercados, estendendo-se, sobretudo, quando o município foi ocupado para a criação de gado bovino, a partir dos anos 1970 e 1980.

A distribuição de produtos que têm como princípio a reciprocidade ocorre tanto com os cultivados quanto com os coletados.

O Quadro 16 mostra a finalidade de diferentes produtos.

Quadro 16. Matéria-prima, produtos e finalidade.

Matéria-prima	Produtos	Características	Subsistência / Comércio
Palmito guariroba	Palmito coletado na lua cheia	Alimentação.	Subsistência
Timbó	Caule da planta	Cura do animal com verminose.	Subsistência
Óleo da tartaruga	Captura do creme	Usam a gordura do animal, juntamente com um creme industrializado, a fim de retirar manchas brancas da pele.	Subsistência
Açaí	Vinho e suco do fruto	Fabricado artesanalmente. A raiz do açaí também é utilizada para combater a anemia.	Subsistência e comércio
Abacaxi	Vinagre	Fabricado artesanalmente. Utilizam para temperar a comida, saladas e sucos.	Subsistência
Amendoim-cavalo ou amendoim branco	Chocolate de amendoim e doce ²⁶	Consumem no tempo frio, normalmente pela manhã.	Subsistência
Pequi	Doce	Fabricado artesanalmente.	Subsistência e comércio
Mamão	Doce	Fabricado artesanalmente.	Subsistência
Palmeira babaçu	<i>Baquité</i> – cesto muito utilizado pelos quilombolas, feito com palha trançada de babaçu	Possui várias funções e, para cada uma, mudam o seu trançado e a sua forma (fundo redondo, fundo baixo, etc.). Utilizam para carregar milho, mandioca e para prensar a massa da mandioca. No <i>baquité</i> , as mulheres carregam sobre a cabeça até 100 espigas de milho. Já os homens transportam nos balaio até 120 espigas.	Subsistência
Palmeira babaçu	Balaio	Fabricado através do mesmo procedimento do <i>baquité</i> , contudo é mais comprido e alto, chegando a até 80 cm.	Subsistência
Palmeira babaçu	Suporte para o transporte de pequenos animais	Fabricam utensílios com palha trançada de babaçu para transportar galinhas, patos e animais de pequeno porte.	Subsistência
Palmeira babaçu	Óleo de coco da palmeira babaçu	Extraem óleo do fruto, para uso medicinal e na culinária.	Subsistência e comércio
Madeira	Pilão	Utensílio doméstico feito com madeira carijó, onde pilam grãos que servem como alimento.	Subsistência
Madeira	Tulha	Edificação construída para armazenar o milho e outros grãos.	Subsistência
Taboca	Sucuri	Instrumento fabricado para secar a massa da mandioca. É feito com taboca da mata. Trouxeram do quilombo localizado no município de Livramento, identificado por Mata Cavallo.	Subsistência
Ovo de traçajá	Creme do ovo, chamado <i>monjagué</i>	Retiram a clara do ovo e batem a gema com farinha de mandioca, formando um creme.	Subsistência
Ovo de traçajá	Doce do ovo	Misturam a gema com açúcar torrado.	Subsistência

Fonte: Projeto Guyagrofor, equipe da UFMT, Retiro e Boqueirão, 2005.

26 Há doces que são fabricados para a decoração da cozinha, denominados “*confeitá*”. Às vezes, permanece entre três e cinco anos exposto na prateleira e o seu consumo ocorre somente quando seus fabricantes decidem produzir novos doces com esta mesma finalidade.

Os produtos cultivados e comercializados pelas famílias quilombolas são a banana, a mandioca, o abacaxi, a poncã e a laranja. Há outros produtos potenciais para a comercialização, que sofrem entraves por não haver disponibilidade de mão de obra. Ocorre, ainda, que o preço da venda do produto até o consumidor final não se torna compatível com os custos de produção, nem com o transporte. Somados a esses entraves, há a falta de garantia dos mercados para os produtos oriundos das pequenas propriedades rurais.

Dentre os produtos florestais não madeireiros comercializados, estão o pequi, o babaçu e a canjiquinha. O pequi é comercializado pelos quilombolas de Boqueirão *in natura* e pode ser encontrado em alguns estabelecimentos comerciais na forma de conserva e/ou licor. Do babaçu, é produzido um óleo destinado ao comércio. Algumas experiências vêm ocorrendo com o beneficiamento do mesocarpo do coco de babaçu, matéria-prima da qual se extrai a farinha considera medicinal, muito apreciada pelas pessoas adeptas da chamada alimentação natural.

Quadro 17. Relação de produtos cultivados e coletados nas comunidades de Retiro e Boqueirão, e sua oportunidade de mercado.

Produtos Cultivados		Tipo de Produto	Mercado	Comercialização		Local de Cultivo
Nome Popular	Nome Científico			Dificuldades	Oportunidades	
Banana	<i>Musa sp.</i>	<i>In natura</i>	Local ²⁷	Acesso difícil ao mercado, por falta de infraestrutura.	Há mercado local, regional e nacional, pelo hábito alimentar instaurado.	Roças na área de mata.
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i>	<i>In natura</i>	Local	Acesso difícil ao mercado, por falta de infraestrutura.	Há mercado local, regional e nacional, pelo hábito alimentar instaurado.	Roças e quintais.
Laranja	<i>Citrus sp.</i>	<i>In natura</i>	Local	Acesso difícil ao mercado, por falta de infraestrutura.	Há mercado local, regional e nacional, pelo hábito alimentar instaurado.	Quintais.
Poncã	<i>Citrus reticulata</i>	<i>In natura</i>	Local	Acesso difícil ao mercado, por falta de infraestrutura.	Há mercado local, regional e nacional, pelo hábito alimentar instaurado.	Quintais.
Abacaxi	<i>Annanas comosus</i>	<i>In natura</i>	Local	Acesso difícil ao mercado, por falta de infraestrutura.	Este produto é vendido com facilidade na cidade de Vila Bela. Pretendem aumentar a produção depois da construção da ponte e abertura da estrada.	Roças e quintais.
Produtos Coletados		Tipo de Produto	Mercado	Comercialização		Local de Coleta
Nome Popular	Nome Científico			Dificuldades	Oportunidades	
Pequi	<i>Caryocar brasiliense</i>	<i>In natura</i>	Local	Acesso difícil ao mercado, por falta de infraestrutura.	A demanda pelo produto é maior do que a oferta.	Área de transição entre mata e campo nativo.
Babaçu	<i>Orbignya speciosa</i>	Óleo	Local	A dificuldade não se encontra na comercialização e sim na extração da amêndoa do coco.	A demanda é grande e há mercado local para o produto.	Mata, capões e áreas de pastagens.
Canjiquinha	<i>Byrsonima sp.</i>	Polpa	Local	Falta energia para a conservação (armazenamento da polpa).	Existe mercado local para o produto.	Campo nativo.

Fonte: Projeto Guyagrofor, equipe da UFMT, 2007.

Algumas características do fruto do babaçu podem ser verificadas nas tabelas abaixo, tanto no que se refere ao percentual de seus componentes (epicarpo, mesocarpo, endocarpo e amêndoa) quanto à composição da farinha do babaçu, que vem sendo utilizada na merenda escolar e na chamada multimistura, utilizada para tratamento de crianças subnutridas (Tabelas 1 e 2). A Tabela 4 traz os ingredientes químicos que compõem a amêndoa do babaçu, de acordo com dados fornecidos por pelo engenheiro agrícola Marcos A. Teixeira em seu texto denominado *Biomassa de Babaçu no Brasil* (TEIXEIRA, 2006).

Tabela 1. Composição percentual dos constituintes do fruto do babaçu.

Componente	Vivacqua Filho (1881)	Amaral Filho (1990)
Epicarpo	10	11
Mesocarpo	20	23
Endocarpo	63	59
Amêndoa	7	7
Total	100	100

Fonte: TEIXEIRA, 2006.

Tabela 2. Composição da farinha de babaçu.

Componente	Origem (% composição)	
	Tocantins	Maranhão
Água	17,00	16,30
Amido	63,75	71,29
Material Nitrogenado	3,12	3,19
Matérias Graxas	1,05	4,87
Açúcares e Dextrinas	0,00	0,80
Celulose	2,05	0,03
Cinzas	1,20	1,20
Indeterminados	11,38	0,30

Fonte: TEIXEIRA, 2006.

Tabela 3. Percentuais obtidos de análise química das amêndoas de babaçu.

Componente	Percentual (%)
Água	13,220
Óleo	66,750
Proteína	2,612
Substâncias Nitrogenadas	0,885
Sacarose / Hidratos de Carbono	2,500
Celulose (fibras)	2,500
Sais Minerais	0,780

Fonte: GONÇALVES, 1955, apud TEIXEIRA, 2006.

Um aspecto a ser considerado é que viabilizar economicamente os produtos dos cultivos, ou da coleta, através do comércio parece não ser a opção principal dos agricultores quilombolas de Retiro e Boqueirão. É claro que as famílias querem melhorar sua condição socioeconômica, adquirir bens e produtos, mas o incremento destinado ao comércio e seu conseqüente lucro não fazem parte dos seus projetos futuros. Dois aspectos poderiam ser estimuladores dessa opção dos quilombolas: o primeiro diz respeito ao fato de que, historicamente, estabeleceram (e estabelecem) diferentes relações com o mercado, com circulação de produtos na região e, ao mesmo tempo, mantiveram um grau relativo de autonomia econômica, uma vez que suas atividades produtivas se voltaram também para a subsistência e reprodução social. Contudo, a *acumulação* não estava em seu horizonte de interesse. E, talvez, ainda não esteja.

Entre os quilombolas, a circulação de produtos ocorre de maneira informal, através de redes sociais constituídas pelos grupos de parentesco ou afins entre si.

Maria de Lourdes Bandeira (1988), em seu estudo sobre como se constituiu o “território negro em espaço branco”, ressaltou que, se alguém não tinha como comprar algum produto em Vila Bela, “fazia uma visita e não passava necessidade”. Ou seja, a autonomia

econômica relativa estava associada a outros elementos, como a relação social, fundamentada na *troca* e não na *venda* de produtos, o que contribuiu para o equilíbrio do sistema agrícola dos quilombolas.

A fabricação e a circulação de produtos nem sempre resultava em renda monetária; muitas vezes, não visava atender necessidades estritamente econômicas. Objetivava, certamente, estabelecer vínculos sociais e assegurar rituais relacionados ao calendário agrícola.

A cidade se configurou como espaço de um pequeno comércio informal. Para lá, os quilombolas levavam seus produtos cultivados e comercializavam ou trocavam com aqueles que se fixaram no núcleo urbano. Na década de 1980, funcionou uma feira livre localizada defronte às ruínas da catedral. Os quilombolas se deslocavam de canoa pelos rios Alegre e Guaporé transportando banana, laranja, carne de porco, queijo, pão, doce, farinha de mandioca, polvilho e milho-pipoca.

A perda gradual da autonomia econômica, entre as décadas de 1960 e 1970, afetou inclusive a subsistência dos quilombolas, pois criou uma dependência de insumos que compõem a cesta básica, adquiridos nos supermercados instalados na sede urbana do município.

O Mercado do Gado Leiteiro e as Novas Relações Econômicas

A partir da década de 1980, o processo produtivo na região voltou-se quase que exclusivamente para a criação de grandes animais (gado bovino, especialmente).

Nos primeiros anos da década de 1990, houve uma divisão de funções, ainda não muito clara: as grandes agropecuárias ficaram encarregadas de produzir carne, enquanto as pequenas propriedades – entre elas, os assentamentos rurais de reforma agrária e as áreas ocupadas por quilombolas – ficaram com a incumbência da produção de leite.

Na sede do município de Vila Bela, havia, por ocasião dos levantamentos de 2005 e 2006, um laticínio que recolhia leite de vários assentamentos rurais e o transformava em queijo mussarela, que era vendido para os mercados local e nacional. São Paulo era o maior consumidor da mussarela produzida em Vila Bela.

A produção de leite tem levado os quilombolas a reconfigurar o seu sistema econômico, o qual se reflete diretamente na relação com a terra e seus cultivos. O principal investimento já não se direciona ao incremento das roças, mas para viabilizar o plantio de pastagens.

O levantamento de campo indica que isso ocorreu devido aos altos custos da instalação de uma lavoura (abertura da mata, queima, plantio, tratos culturais, colheita e armazenagem dos grãos), força de trabalho reduzida e baixo retorno quando a finalidade extrapolava a subsistência e os produtos disponibilizados ao mercado.

Como exemplo, podemos citar a produção da mandioca. Há, aproximadamente, vinte anos, tinha uma produção significativa de seus derivados na região do Retiro. Segundo um morador, a produção inviabilizou-se, em parte, porque o preço da farinha não compensava o esforço realizado – possivelmente devido à entrada de derivados da mandioca produzidos nas regiões sul e sudoeste de Mato Grosso, com procedimentos tecnológicos mais modernos, como moedor ou triturador elétrico e forno automatizado.

As políticas de crédito do governo federal e estadual voltadas para os produtores familiares (entre eles, estão os quilombolas de Retiro e Boqueirão) é outro aspecto a ser considerado, pois estimulavam a aquisição de sementes melhoradas (ou híbridas) e a introdução do gado leiteiro em suas áreas, que receberam o capim braquiária.

As fortes pressões de fazendeiros para comprar terras e bezerros dos quilombolas e a presença do laticínio estimularam a produção do leite e têm deslocado a produção de grãos para a do leite, viabilizando o sustento dos pequenos produtores na região.

Muitas famílias já manifestavam interesse em produzir leite e fornecê-lo ao laticínio. Após a construção da ponte e da estrada nas áreas dos quilombolas ou no acesso para, aliado à extensão da rede de energia às localidades por meio do programa Luz para Todos, tornou-se viável a participação dos quilombolas no “circuito do leite”, como tem feito a maioria dos pequenos produtores rurais na região do Alto Guaporé.

O Quadro 18 traz uma síntese dos principais produtos comercializados pelos quilombolas. Vale observar que aqueles oriundos da criação do gado são os que mais controlam a socioeconomia local.

Quadro 18. Produtos e locais de comercialização.

Produto Comercializado	Forma de Troca	Local
Óleo de babaçu	Monetária.	Ruas de Vila Bela, casa de parente, mediante encomenda.
Abacaxi	Monetária.	Ruas de Vila Bela.
Milho	Monetária.	Ruas de Vila Bela.
Queijo de 3 kg	Monetária.	Ruas de Vila Bela e mediante encomenda.
Bezerros (machos)	Monetária.	Fazenda.
Bezerros (machos)	Produtos (bezerros, vacinas, sal, macarrão).	Supermercado local e lojas de produtos agropecuários.
Bezerros (machos)	Serviços, como escavação de minibarragem.	Comunidade Boqueirão.
Serviço de arrendamento de gado	A cada 10 vacas que se reproduzem, duas crias fêmeas são entregues aos proprietários do pasto.	Sítios e fazendas.
Leite	Monetária.	Ruas de Vila Bela.
Outros produtos (roupas, brinquedos, eletrônicos e calçados) oriundos da Bolívia	Monetária.	Boqueirão, ruas de Vila Bela, de porta em porta.

Fonte: Projeto Guyagrofor, 2008.

Outra experiência em Vila Bela tem promovido a inserção e a circulação de produtos oriundos da Bolívia, através das viagens de moradores que saem de Vila Bela com a finalidade de comprar produtos variados como roupas, calçados e brinquedos, destinados ao comércio local.

Tais mudanças têm influenciado o consumo, práticas e desejos dos jovens da região, inclusive nos projetos futuros da comunidade. Em um levantamento realizado junto aos jovens de Vila Bela, foi possível identificar algumas dessas prospecções (Quadro 19).

Quadro 19. Expectativa de futuro dos jovens quilombolas de Vila Bela²⁸.

Perspectiva de Futuro	Onde	Grupos
Potencializar o quintal e vender polpas de frutas	Boqueirão e Vila Bela	Adultos acima de 30 anos
Comercializar leite	Laticínio de Vila Bela	Adultos acima de 30 anos
Incrementar os sítios com mais pastagens, a fim de produzir leite	Vila Bela	Jovens entre 12 e 22 anos

Fonte: PALHAS, 2006.

Durante o trabalho de campo, foram registradas práticas distintas que comprovam a existência de um fluxo de produtos não madeireiros circulando, a partir de diferentes relações de troca por serviços, outros produtos ou, ainda, moeda; venda de produtos de casa em casa, por encomendas e com a intensificação da força de trabalho nos dias que antecedem as festas religiosas e os rituais do Congo e do Chorado, quando são servidas refeições, bolos e doces gratuitamente a todos os participantes dos festejos.

Tudo indica que tais práticas econômicas são mediadas por relações e, estas, constituídas por lógicas que não somente a mercantil. Os quilombolas não estão privados do mercado, entretanto, este é atravessado por interesses coletivos, morais e religiosos.

De acordo com Marcel Mauss (1974) as transações comerciais e simbólicas não determinadas por processos das sociedades industriais são mediadas por aquilo que o autor chamou de “prestação total”, relação caracterizada pelo gesto de dar e a obrigação de receber.

Pode-se pensar “os dons” em sua forma objeto, ou ainda, ações, cerimônias, serviços, esmolas, visitas, consumo e, até mesmo, a destruição de bens valiosos. Dispor de um bem, seja ofertando-o a alguém ou destruindo-o, é a base para a formação de alianças e a geração de respeito, permeadas sempre por significados simbólicos

28 Trabalho de campo realizado por estudantes da Escola Superior Agrária de Coimbra.

diversos. As relações são construídas com base na oferta de um objeto e, a partir dele, firma-se um pacto. Além disso, em algumas situações, ofertar um bem pode significar pedir, e aceitar a oferta, endividar-se (MAUSS, 1974).

Para Caillé (2002), o “dom” não desapareceu por completo nas sociedades modernas, pois, onde há relações, utiliza-se do “presente”, da “oferta”. Mesmo nas relações mercantis, cria-se um vínculo, a confiança. A diferença é que, nas sociedades mercantis, quando há uma dívida, esta precisa ser eliminada; contrariamente, na sociedade do dom, a dívida é mantida voluntariamente, pois há uma tendência de os parceiros se encontrarem numa constante dívida, seja ela positiva ou negativa, assegurando um tipo de relação.

O autor ainda afirma que, no sistema de relação, a partir do Estado, ninguém corre o risco de se afeiçoar a quem presta o serviço, pois o objetivo da mediação estatal é libertar os agentes das trocas dos vínculos sociais. No mercado patrocinado pelo Estado, o “outro” é um desconhecido; não se pode, portanto, criar alianças. O mercado e o Estado nos submetem à lei de produção e serviços para libertar-se de qualquer vínculo social, para ter mais dinheiro com a venda e o consumo (ibid.).

Entretanto, não podemos deixar de pensar que o mercado faz parte de nossas vidas. Mauss (1974) afirma que o dom está imerso nesse modelo e não cria um sistema econômico, mas um sistema de relações presente nas atividades humanas.

Ao que tudo indica, nas suas relações econômicas, os quilombolas operam, por um lado, a partir da lógica da troca, da confiança e da aliança; por outro, operam também na lógica do mercado, estimulados pelo Estado, que potencializa o capital, a ruptura dos vínculos sociais e a desconfiança. Dependendo do tipo de relação, predomina a primeira lógica ou a segunda. É possível que tais lógicas possam se fundir, criando novas regras que pautarão as trocas e a vida social.



*Saberes Tradicionais
dos Quilombolas*



Figura 41. Quadrado com leguminosas.

Umas das experiências da equipe do Projeto junto aos quilombolas foi demarcar duas áreas de quintais na localidade Boqueirão, com o objetivo de avaliar formas diferenciadas de manejo e as condições químicas e físicas do solo. As áreas referidas foram divididas em duas partes de igual tamanho, cada uma contendo 30 metros quadrados. Numa das partes, os quilombolas continuaram com o uso da enxada e capina e, na outra, cultivaram leguminosas que, após seu desenvolvimento, foram podadas e lançadas diretamente ao solo, visando à incorporação de nitrogênio e, conseqüentemente, maior produtividade.

Esta experiência revelou a maneira como os quilombolas se relacionam como a espacialidade. Do lado formal ou acadêmico (científico), não havia dificuldades com linhas, limites. Já os quilombolas não agiram de modo confortável com a demarcação e, portanto, tiveram dificuldade de seguir as recomendações dos pesquisadores, que pressupunham um controle dos dados e resultados por meio das interdições de não ultrapassar os limites estabelecidos no âmbito do experimento. Contudo, observamos que se tratava de modos diferenciados de cultivos, que embora devessem estar separados pelas linhas, acabaram por se misturar.

Diante desse acontecimento, uma indagação fez-se necessária: Por que a experiência definida por meio de limites, linhas e traçados foi alterada, modificada pelos quilombolas? Onde residiria tal implicação?

Aqui, arriscamos uma hipótese: no experimento, tínhamos, de um lado, uma cosmovisão herdada da cultura das bordas do Mediterrâneo (pensamento grego, judaico-cristão, racionalistas modernos) e, de outro, a que foi trazida pelos povos da África subsaariana, que se misturou com a dos povos ameríndios, particularmente da Amazônia e da região do Chaco boliviano.

De um lado, a cosmovisão do africano subsaariano preconiza: *Eu pertença, portanto eu sou (no sentido físico e conceitual)*. A existência do outro só tem significado enquanto ele, eu e qualquer outro somos ou estamos juntos. Esta cosmovisão, que decorre um modo ou uma maneira específica de lidar com os seres humanos e não humanos, é sintetizada por Mukuna (1997) no modo como segue: *Eu sou porque você é, estou aqui porque o outro está*.

Do outro, a concepção formal se implantava através da representação sintetizada pelo pensamento cartesiano, que preconiza: *Eu penso, eu sou* (no plano físico, individual e formal). Este mote na centralidade de um eu que pensa foi cultivado pelo espírito iluminista e levado ao extremo pelo pensamento neoliberal (*se você quiser, você pode*).

Ou seja, o experimento revelou modos diferentes de conceber, ocupar e territorializar os espaços, evidenciados à medida que a geometrização dos limites começou a ser “burlada ou violada”. Os traços geométricos feitos no solo, visando separar e demarcar os dois experimentos, pouco significaram para os quilombolas de Boqueirão, pois estes realizam combinações, uma vez que o mundo simbólico subsaariano ou o modo de conceber o espaço deixa margem para o preenchimento, para a presença do outro.

Neste sentido, o mundo se pauta pelo preenchimento dos espaços e não pela separação. Além disso, há sempre a presença de vazios, de lugares a serem preenchidos tanto no plano simbólico como na vida social. Mukuna (ibid.) indica que “o conceito de organização rítmica – para os subsaarianos – é baseado na crença dos africanos de que cada padrão rítmico tem buracos, que são preenchidos por outros padrões que, conseqüentemente, teriam outros buracos. O resultado final é o entrelaçamento dos ritmos numa tapeçaria rítmica”. Tal entrelaçamento deixaria espaço para a entrada do outro.

O Pensar, o Conhecer

O pensamento ou a capacidade de pensar pode ser considerado como aquilo que demarca a fronteira entre o mundo dos humanos e dos demais animais. “O que sou?”, já perguntou Descartes. “Uma coisa que pensa”, foi esta sua resposta. O que me define e, portanto, estabelece uma distinção com relação aos demais animais não pertencentes à espécie *Homo sapiens sapiens* é a faculdade ou a capacidade de elaborar algo que não se identifica com a materialidade ou com meu corpo biológico, ou com qualquer outra alteridade fisicoespacial. Assim, uma definição de humano, tendo com referência o pensamento de Descartes, é “uma coisa que pensa”. Mas o que é “essa coisa que pensa”? Para o filósofo, é a mesma “que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina e que sente”, conforme Comte-Sponville (2003, p. 447). A partir da perspectiva cartesiana, o pensamento é uma dimensão e até mesmo uma experiência do sujeito ou do humano. Etimologicamente, o termo pensar remete a *pesar*, o que supõe a unidade de uma balança ou ainda uma relação. Mas o que é pesado ou sopesado na consciência? “Os argumentos, as experiências, as informações e até a própria pesada...” (ibid.). Pensar é essa capacidade de “unificar representações numa consciência, sob a norma da ideia verdadeira, dada ou possível” (ibid.).

Muito próximo a este sentido é a definição de Deleuze (2005, p. 124), para quem “pensar é experimentar, é problematizar”, algo próximo a submeter a uma balança, como quer Comte-Sponville. E o que experimentamos ou problematizamos? “[...] o saber, o poder e o si seriam a tripla raiz de uma problematização do pensamento” (ibid). Acreditava-se até então que essa capacidade de problematizar era uma especificidade dos detentores do pensamento científico ou formal e aqueles que estivessem fora desse cenário eram tidos como “ingênuos”, “primitivos”, “não civilizados”, governados pelas necessidades orgânicas, uma vez que não questionavam o mundo ou o que sabiam a respeito desse mesmo mundo, na mesma lógica da consciência. Por isso, supunha-se que havia uma “estagnação

do saber” e ausência de problematização entre tais grupos. Hoje, sabemos que esta percepção é uma “equivocação”, um grande desafio enfrentado na execução de muitos projetos socioambientais. Em um de seus artigos, Viveiros de Castro (2004, p. 9) discute o conceito de “equivocação”, como uma reconceituação, “um tipo de disjunção comunicativa, em que os interlocutores não estão falando sobre a mesma coisa e não sabem disso”.

Segundo Estorniolo (2012), a equivocação não seria a falha de entendimento, mas uma falha em entender que os entendimentos, não necessariamente, são os mesmos e que eles não se relacionam a formas imaginárias de ver o mundo, mas aos diferentes mundos reais que são vivos. Nas equivocações, as mesmas palavras e conceitos denotam coisas distintas, e isto seria inevitável, posto que cada parte entende uma determinada situação a partir de sua própria linguagem conceitual, ou seja, as comparações que são possíveis de serem estabelecidas dentro de seu próprio universo de significados, que passam a transformar as próprias coisas a que se referem.

A pesquisa realizada por Estorniolo (2012, p. 384) sobre a implantação de tanques de piscicultura no Alto Rio Negro por técnicos de piscicultura e técnicos da ONG ISA, junto ao povo indígena Baniwa, aborda que as “equivocações” estavam muitas vezes ligadas às definições de “peixes”, “meio ambiente”, “escassez”, e às diferentes expectativas e motivações relativas à atuação do projeto, e ao que poderia torná-lo bem-sucedido. A autora conclui que, apesar das diferenças, os Baniwa continuam desejando e buscando participação em projetos de sustentabilidade, porque consideram que a criatividade dos brancos, embora não possuindo a mesma capacidade dos índios para lidar com os não humanos – por ser esta uma atribuição do conhecimento xamânico –, conseguiria, mesmo assim, ajudar a alcançar os objetivos e os desejos das comunidades Baniwa na atualidade.

Essa criatividade viria, com sua contrapartida, identificada como destrutiva pela autora, já que, com os projetos, as lideranças se afastam da vida comunitária e passam a ser mais frequentemente

vítimas de envenenamento; alguns técnicos e professores indígenas acabam se afastando de suas famílias e dos deveres tradicionais de manterem suas roças e casas nas comunidades. Contudo, “domesticar os peixes seria equivalente à domesticação dos conhecimentos alheios”, para se afirmar nesse novo mundo no qual não seria mais possível se isolar, um processo de abertura a um outro-branco/não indígena que, mesmo estando disposto a estabelecer relações por meio da positivação ecológica dos índios, e de financiamento de projetos, por exemplo, ainda parece insistir em não tratar os conhecimentos indígenas no mesmo patamar em que tratam os seus conhecimentos (ibid., p. 394).

Para Lévi-Strauss (2006, p. 25) a base de todo o pensamento que se denomina de “primitivo” está na exigência de ordem. Já não mais se admite a perspectiva de que o pensamento mágico seja uma forma tímida da ciência, etapa inicial da evolução técnica e científica, um começo, uma estréia. Para o antropólogo, é com a intensa observação e o inventário sistemático das relações e das ligações que se forma um sistema bem articulado, independente desse outro sistema, que é o conhecimento científico.

Contudo, os elementos culturais estão constantemente a se alterar. Para Marshall Sahlins (1994, p. 174), as sociedades ou grupos incorporam informações na construção de sua identidade, a partir das práticas que realizam, possibilitando a alteração dos significados culturais primeiros, através de deslocamentos, substituições, especializações ou generalizações de sentido. A relação e a aquisição de novos conteúdos empíricos são importantes para a reprodução das categorias culturais, já que, segundo ele, “toda reprodução da cultura é uma alteração”.

A cultura é, portanto, um processo móvel que vai se constituindo subjetivamente na relação com o outro. As práticas abrem-se à alteridade e aceitam cada contribuição vinda de fora, remontando e recriando ações e combinações culturais fundamentais para a sua continuidade e legitimidade (PINHEIRO, 1995, p. 43-46).

O que os quilombolas de Vila Bela fizeram? Unificaram na consciência, no pensamento abstrato, toda uma cosmologia e um

conjunto de representações originadas dos mundos português, afro e ameríndio. Quando cultivam suas roças, seus quintais, essa unificação, presente no pensamento, acaba por materializar-se. Um cultivo pautado por uma lógica mediterrânea – a que o mundo acadêmico adota, e que também se faz presente nos atuais monocultivos (de soja, milho, algodão...) de Mato Grosso – é pleno de linhas, de limites impostos por retas, círculos, quadrados, retângulos²⁹. O conhecimento dos quilombolas das áreas pesquisadas é construído de forma diferenciada entre seus membros, porém tem também seus especialistas. Há pessoas com habilidades para manejar animais e, possivelmente, não lidam de maneira eficaz com grãos e tubérculos. Os que dominam a arte de confeccionar objetos (artesanato) não são tão hábeis na arte dos cultivos da terra ou na produção de leite e do gado. Quem conhece e atua nas práticas de cura sabe dos princípios ativos de plantas, mas pode ter dificuldades com o trato de ingredientes na cozinha.

Por que isso acontece? Certamente, pela mesma razão daquela que ocorre no mundo acadêmico: é preciso ter o foco em uma habilidade (ou algumas), pois a experiência relacionada ao conhecimento tradicional, assim como ocorre com o científico, leva muito tempo. Há um processo de iniciação quando ainda se é jovem. As informações que se recebe, pela oralidade, de outra pessoa mais experiente no grupo social não serão reproduzidas com a mesma estrutura recebida de seu ancestral. É necessário fazer experimentações e inferências, avaliar resultados. As populações ditas tradicionais pensam, projetam, estabelecem hipóteses, testam-nas e estão sempre a se refazer.

Geralmente, o saber de um grupo social recebe influência de outro. Sua interação pode ocorrer por diversos motivos: disputa de território, troca de genes (humano, de plantas), afinidades, consanguinidade, ou, ainda, por outra motivação qualquer que os aproxima para um tipo de relacionamento (FEYERABEND, 1991). O pressuposto é que um

29 Sugere-se ao leitor um olhar sobre a região Médio Norte de Mato Grosso através do Google Maps, sobretudo nas áreas rurais Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop e Campos de Júlio e se perceberá a delimitação dos cultivos com base na lógica referida.

sistema agrícola se relaciona com a cosmologia do produtor. O modo como opera seu imaginário afeta sua maneira de cultivar. Primeiro, implanta-se na mente, ou melhor, no corpo-mente, na forma de uma cosmologia; depois disso é que pousa em um solo e assume a forma de um cultivo.

O conhecimento agrícola tradicional pode ser compreendido como o saber que, ao longo do tempo, é acumulado pelos praticantes da agricultura que, ao interagirem com a natureza, desenvolvem habilidades de manejo que se manifestam na forma de técnicas (ou saber-fazer) e tecnologias que vão se adaptando e, simultaneamente, superam as inúmeras restrições impostas pelas condições ambientais locais (ALTIERI, 2004).

Até meados do século XX, os saberes desses grupos eram desqualificados e identificados com o chamado “senso comum”, considerado um saber ligado a processos mágicos; por isso ficou fora do interesse da ciência ou do mundo acadêmico. A partir das contribuições advindas da Antropologia e dos problemas relacionados aos impactos concernentes ao uso inadequado da terra, gerados pela chamada “Revolução Verde” – que tem por base o uso intensivo da terra, máquinas pesadas e insumos químicos –, parte do mundo acadêmico começou a prestar atenção nos saberes dos povos indígenas e quilombolas.

Enquanto grupos indígenas e quilombolas se mantiveram “porosos”, abertos aos procedimentos e técnicas advindos das bordas do Mediterrâneo, ou do mundo ocidental, o contrário ainda não se aplicou ao universo acadêmico, que esteve sempre refratário ao “saber-fazer” dos grupos mencionados. Nas últimas cinco décadas, vem ocorrendo a revisão de posturas unilaterais relacionadas à desqualificação de saberes de povos ameríndios e quilombolas por parte de inúmeros teóricos e investigadores. Pode-se dizer que, no âmbito da Epistemologia, esta vertente foi motivada pela crise instaurada no seio da ciência, a partir da segunda metade do século XX (SERRES, 1999).

O marco apontado por Serres foi o evento de Hiroshima. Tal crise – do modelo de mundo e de sociedade assentada na

racionalidade, trazida pela Epistemologia moderna e largamente difundida no seio da academia – conduziu à relativização das pretensões iluministas: universalização no campo do Direito, da Ética e da Epistemologia.

Trata-se do modelo fortemente pautado na crença ou ideia de que os processos explicativos oriundos da ciência de matriz mediterrânea, tendo como carro-chefe os conceitos de objetividade, neutralidade, domínio estrito da técnica, assepsia e metodologia, seriam hierarquicamente superiores quando comparados com os outros saberes gerados fora da chamada matriz ocidental do conhecimento.

Talvez devamos considerar que os processos nascidos nas bordas do Mediterrâneo, embora também tenham se modificado ao longo do tempo e em diferentes espaços, busquem manter uma mesma característica em todo o mundo e, ao cristalizar-se no chamado saber acadêmico ou formal, sejam apenas mais uma forma de saber ou conhecimento e não *o* saber ou *o* conhecimento por excelência.

Direitos de Propriedade Intelectual

Não podemos nos furtar a uma reflexão sobre o modo como o conhecimento é historicamente tratado na relação entre o poder gerado a partir dos saberes formais, em torno do Mediterrâneo, e aqueles dos povos situados além-mar e/ou ao sul do Equador.

Para D'Ambrosio (1999) historicamente, os conhecimentos locais têm sido expropriados pelo poder. Mas, por outro lado, deve-se reconhecer que, hoje, tanto a academia quanto a sociedade urbana redirecionam seu olhar no sentido de compreender melhor, bem como valorizar o conhecimento dos diferentes grupos étnicos ou do chamado *conhecimento tradicional associado*.

O autor afirma que o saber dos diferentes grupos étnicos poderia ter *status* de ciência, só que diferenciada da ciência ou das ciências que nasceram nas cercanias do Mediterrâneo, especialmente a partir da contribuição grega (Pitágoras, Platão, Aristóteles, Arquimedes, Euclides), e reforçada na modernidade (séculos XVII e XVIII) com Bacon, Galileu, Descartes e Newton.

D'Ambrosio (1999) não vê este conhecimento separado do ciclo da vida. Para caracterizá-lo, expressou: “Há uma realidade que informa o indivíduo, que processa essas informações e executa a ação. Este, por sua vez, modifica a realidade que informa o indivíduo...”. O processo contínuo, sem interrupção, é possibilitado pela dinâmica da vida e pela relação do indivíduo ou grupos sociais com o meio (ambiental, cultural), em que tais indivíduos ou grupos estão imersos e *acoplados estruturalmente*. Este conceito foi apresentado pelos biólogos e epistemólogos chilenos Maturana e Varela (1995), na obra clássica *A árvore do conhecimento*, visando destacar a interdependência entre indivíduos e/ou grupos sociais e o meio em que vivem.

Como os grupos humanos estão num processo de interação contínua, o conhecimento não escapa à relação de troca. Neste sentido, a relação de poder já não se resume à relação homem-natureza; passa, agora, a pertencer ao âmbito das relações sociais, e estas também implicam relações de poder.

Isso nos ajuda a compreender o que ocorreu ou concorreu para que, ao longo dos séculos, os detentores do chamado “saber local” ficassem marginalizados econômica e socialmente. Seus conhecimentos foram expropriados e codificados, concomitantemente, à expropriação de seus territórios, aprofundando relações que se tornaram fortemente assimétricas.

Outro debate sobre o conhecimento toma como foco o *saber tradicional*, definido por Diegues e Arruda (2001) como um conjunto de saberes e saber-fazer do mundo natural e sobrenatural, transmitido, oralmente, de geração a geração. Neste sentido, a memória é categoria de fundamental importância para a sua reprodução, pois, a partir dela, os saberes são organizados, selecionados e atualizados e, por fim, difundidos através da oralidade.

O tema do conhecimento das *populações tradicionais* ganhou relevância acadêmica no Brasil desde a década de 1950, disseminando-se os estudos e a produção bibliográfica com o aumento das pesquisas de campo, especialmente pela Antropologia. Para muitos povos, a natureza não é vista como recurso natural, mas

como um conjunto de seres humanos e não humanos integrados numa complexa cosmologia.

O respeito e a manutenção dos saberes ameríndios e quilombolas são atualmente considerados pela academia e pelos órgãos governamentais e não governamentais como importantes para a conservação da biodiversidade do planeta, por compreenderem que o manejo do ambiente realizado por estes povos tem contribuído para a manutenção da cobertura florestal e a diversidade de espécies.

No Brasil, os saberes dos povos ameríndios e quilombolas foram historicamente expropriados por diferentes formas de colonialismo. Isso ocorreu, particularmente, através da extração de matéria-prima e sua exportação, do controle e manipulação dos saberes indígenas, do contrabando de espécies animais e vegetais, da cópia de seus artefatos e dos demais conhecimentos por eles gerados.

Desde o século XVIII, as expedições científicas financiadas pelos países europeus tiveram papel preponderante no processo de apropriação do patrimônio tangível e intangível dos povos indígenas e quilombolas. Os especialistas botânicos, zoólogos, ilustradores e artistas, que participavam das expedições, registraram modos de vida, paisagens, espécies raras e seus usos, fizeram descrições de rituais, obtiveram informações genéticas e simbólicas dos povos nativos, coletadas ou transmitidas oralmente, detendo o controle de tais objetos e documentos.

A pesquisa científica acumulou também inúmeras informações, sem retorno às “populações locais”. Muitos trabalhos têm possibilitado o acesso ao patrimônio genético de indígenas e quilombolas através da *bioprospecção* – atividade exploratória que visa identificar componentes do patrimônio genético e informações sobre o conhecimento tradicional associado ao potencial de uso comercial, ou, ainda, do *desenvolvimento tecnológico* – que é o trabalho decorrente do conhecimento existente visando à produção de inovações, elaboração ou modificação de produtos ou processos existentes, com aplicação econômica (AZEVEDO, 2005).

A partir dos estudos realizados por Ten Kate e Lai (1999), Azevedo (2005) demonstra que mais de 50% das empresas no planeta utilizam-se do conhecimento tradicional, e 80% o acessam indiretamente.

O interesse dos órgãos governamentais, não governamentais e outras empresas em produtos com potencialidade comercial oriundos das informações de ameríndios e quilombolas, e o uso desse conhecimento, têm promovido debates a fim de se buscar estratégias e iniciativas técnicas e políticas para o controle de ações, por meio de leis e regulamentos específicos.

Para acessar os benefícios das ações e pesquisas desenvolvidas junto aos “grupos locais”, estes devem conhecer a proposta, ou o projeto. Nesse sentido, muitas comunidades têm sido chamadas para fazer parte da equipe dos projetos, como colaboradoras, por meio de contrato entre as partes, a fim de assegurar sua participação.

O conhecimento extrapola uma lei nacional, que atende em grande parte ao direito privado, não sendo, portanto, adequada às diferentes ações de expropriação do conhecimento, como, por exemplo: a não autorização do uso de um nome tribal; a comercialização não autorizada de plantas e extrações de seu material com informação genética; a publicação de conhecimento simbólico, imagens e outras informações sensíveis; fotografar sem permissão; filmagens e produção de vídeos para serem comercializados, entre outros (POSEY e DUTFIED, 2004).

Muitos povos ameríndios e quilombolas têm estabelecido relações com organizações direcionadas ao comércio. Entretanto, esta prática pode ter duplo resultado: trazer acesso a bens e serviços à comunidade ou dependência em relação aos atores externos, tornando-se vulneráveis aos procedimentos mercadológicos. Outro aspecto considerado pela literatura trata da questão legal³⁰, voltada para o controle dos processos de expropriação do conhecimento, por meio de registros com personalidade jurídica. Este procedimento é observado como importante, pois cria condições favoráveis para a comercialização dos produtos das populações.

30 A este respeito, ver Posey e Dutfied (2004).

Em linhas gerais, as leis utilizadas para a proteção do conhecimento são generalizantes e inadequadas para defender o direito e os recursos materiais e imateriais das populações locais, pois o chamado *recurso tradicional* inclui, além de plantas e animais, outros objetos com importância ritual e simbólica ou qualidade estética, ou seja, não material e não humana.

Por este ponto de vista, o instrumento denominado Direito de Propriedade Intelectual atende a aspectos puramente econômicos. Por outro lado, têm-se buscado procedimentos de proteção do conhecimento, por iniciativa dos povos ameríndios e quilombolas. Meios que se articulam através de conferências e reuniões internacionais, originando vários documentos que podem legitimar a vontade desses povos.

No Brasil, o mais expressivo progresso sobre o tema da proteção do conhecimento de povos indígenas e populações tradicionais talvez tenha sido a inclusão do tema na agenda nacional a partir da década de 1990, com a Eco-92, no Rio de Janeiro, o que redundou na criação de uma legislação específica e na criação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), e em 2001, através da Medida Provisória nº 2.186-16/01.

O CGEN, formado por representantes de diferentes ministérios do Estado brasileiro, tem “a responsabilidade de coordenar a implantação das políticas para a gestão do patrimônio genético e estabelecer normas técnicas para a sua gestão” (MMA, 2006).

Em 2002, no Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, discutiu-se a proteção do conhecimento tradicional, conforme consta na Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), em seu artigo 8j, se ressalta a falta de instrumentos legais que ajudem a “respeitar, preservar e manter o conhecimento, as inovações e as práticas das comunidades locais e povos indígenas”³¹.

31 Ressalta que cada parte signatária deve, em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais e relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica, e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas.

A discussão deste fórum aponta para as tentativas de desenhar mecanismos de proteção do *conhecimento tradicional* são incipientes e mesmo as existentes têm sido feitas sem a participação ativa dos povos diretamente envolvidos, limitando, portanto, as estratégias de proteção aos já existentes sistemas de propriedade intelectual.

Outro tema de discussão do fórum é o direito de patente dos conhecimentos tradicionais e da própria vida, a remuneração desses conhecimentos, que ainda estão em segundo plano, os benefícios assegurados aos detentores desses saberes, bem como o apoio para a continuidade das contribuições que tais conhecimentos proporcionam à sociedade em geral.

A principal regulamentação para o Acesso ao Componente do Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado está legitimada na Medida Provisória nº 2.186-16/01, que formalizou a constituição de um Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), sua Secretaria Executiva e o Departamento do Patrimônio Genético (DPG). Os três organismos estão alocados e funcionam no Ministério do Meio Ambiente, em Brasília.

Em Retiro e Boqueirão (Vila Bela), a pesquisa teve início com a permissão informal para o acesso à área de interesse e às moradias dos quilombolas, por meio da apresentação dos objetivos e metodologia a ser desenvolvida. Várias reuniões ocorreram a fim de que se estabelecessem diálogos e laços de confiabilidade entre os grupos, bem como a compreensão dos benefícios de ambos os lados. Entretanto, no início das atividades, surgiram questionamentos por parte dos representantes do poder local (presidentes da Associação, secretário e diretor da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente) que mantêm vínculos com os quilombolas. A questão central consistia em saber qual benefício o projeto traria aos quilombolas e se os dados resultantes da pesquisa estariam disponíveis para serem utilizados pelas famílias envolvidas.

Tendo em vista que os representantes da Associação dos Quilombolas já vinham participando de reuniões nacionais relacionadas com os seus direitos, receberam informações de que

seriam procurados por pesquisadores em suas vilas e deveriam, primeiramente, identificar a importância e os benefícios do trabalho para a comunidade.

Os quilombolas de Retiro e Boqueirão estavam à frente de decisões políticas, visando à regularização e ampliação da área que ocupam. Naquela ocasião, consideraram o projeto importante nos seguintes aspectos:

- a. Apontaria uma alternativa econômica para os quilombolas;
- b. Realizaria estudos sobre o território, seus usos e manejo da área;
- c. Produziria dados e informações sobre as áreas e o modo de vida dos quilombolas;
- d. Estreitariam relações com outros países para, futuramente, adquirir financiamentos de projetos.

É possível afirmar que, para os quilombolas, os benefícios que adviriam do projeto centraram-se na sua demanda mais premente: subsidiar a legitimidade da posse e propriedade da terra. Avaliaram que os estudos poderiam fundamentar seus argumentos para a defesa de seu território, sistematicamente espoliado nos últimos 40 anos. Ou, ainda, que a produção de mapas, o levantamento demográfico, territorial e da biodiversidade estariam vinculados diretamente às suas necessidades políticas.

Os quilombolas reivindicaram ainda do Projeto a difusão dos dados, e que estes estivessem à sua disposição para o uso que considerassem importantes. Desse modo, o acordo formal que se estabeleceu após os primeiros contatos previa a disposição dos dados – na forma de sua devolução minimamente sistematizada – assegurando assim aos quilombolas o uso das informações coletadas e produzidas.

Durante o trabalho de campo, foram levantadas algumas indagações sobre o assunto do direito de propriedade intelectual.

Concluiu-se que o tema merecia aprofundamento, a fim de subsidiar os quilombolas de Retiro e Boqueirão sobre a obtenção de benefícios das relações econômicas e sociais estabelecidas com institutos de pesquisa e outros atores que adentram o seu território.



Formas de Organização Social Quilombola



Em Vila Bela da Santíssima Trindade, diferentes organizações articulam interesses dos quilombolas com o sistema produtivo das famílias, entre elas: COOPERBELA, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA), prefeito, escola, ACOREBELA, INCRA, MDA, comércio agropecuário.

Durante o trabalho de campo, foi realizado um levantamento junto aos quilombolas, a fim de identificar com quais agências, agentes, instituições e grupos os habitantes das localidades de Retito e Boqueirão estabeleciam relações. Estas podiam ser de natureza comercial, religiosa, socioeducativa, política, etc. Através do ‘diagrama de Venn’, foi possível identificar as redes sociais que dinamizam seu sistema produtivo. De acordo com este procedimento, foram apresentadas as seguintes organizações, bem como as suas descrições:

ACOREBELA – Associação Rural Negra de Vila Bela

As localidades de Retiro e Boqueirão estão organizadas por meio de associações, que, por sua vez, se articulam às instituições estaduais e federais na discussão da regularização da terra e outros direitos dos quilombolas.

A Associação reconheceu a importância da projeto para o fortalecimento socioeconômico da organização quilombola, bem como a busca de alternativas para implantar ações para a melhoria socioeconômica das famílias. A decisão da coordenação favoreceu o diálogo e possibilitou o acesso às localidades onde vivem os quilombolas.

Esta Associação foi criada em 2002. Possuía uma sede no centro da cidade e recebia apoio da Fundação Cultural Palmares. Em

2005, havia cadastrado 317 famílias que reivindicavam 104.000 ha de terra que pertencera aos seus antecedentes familiares. Os seus dirigentes organizaram uma mobilização em 2004, que culminou na construção de uma ponte sobre o rio Guaporé, com o intuito de favorecer o acesso das famílias aos sítios que estão nas “terras de quilombo”. Além dessas ações ou atividades de cunho coletivo, membros da diretoria da Associação vinham participando de oficinas e eventos nacionais, o que possibilitava a troca de experiências com outros quilombolas. As divergências entre seus dirigentes na condução dos trabalhos culminaram na criação de mais uma associação, no final do ano de 2007.

ABELACOR – Associação Rural Negra de Vila Bela

Esta Associação reúne ribeirinhos do rio Guaporé e quilombolas que habitam a sede do município e as localidades de Monte Calvário, Canivete, Zé Francisco, Manoel Caetano e Monjolo, todas consideradas áreas de quilombo.

O grupo ainda reivindica terras do antigo quilombo do Quariterê, às margens do rio Piolho, afluente da margem direita do rio Guaporé, a jusante da cidade, no atual município vizinho de Comodoro, Estado de Mato Grosso.

Grupo Matingombê

Organização formada por quilombolas nascidos em Vila Bela, mas que, atualmente, residem em Cuiabá, capital do Estado. As ações objetivam difundir práticas da cultura afrodescendente, através da música, do comércio de bebidas servidas no ritual do Congo, além de outras atividades de interesse do município de origem.

Instituto Tereza de Benguela

Organização cultural voltada para a proposição de projetos que atendam aos interesses dos moradores de Vila Bela. Tem atuado para viabilizar a continuidade do Congo, uma das mais importantes festas do município, que mobiliza o turismo na região, da qual participam alguns quilombolas das localidades de Retiro e Boqueirão.

COOPERBELA – Cooperativa do Canjinjin

É uma cooperativa que recebia incentivo do governo de Mato Grosso. Seu objetivo era dinamizar a fabricação do canjinjin – bebida tradicional em Vila Bela – para fins comerciais, definindo estratégias para o acesso aos mercados nacional e internacional. A cooperativa dos produtores do canjinjin detém a patente da bebida e o controle para a sua compra e venda.

A consolidação do projeto Canjinjin propõe inserir a bebida ritual em um mercado que ultrapasse a localidade. Havia uma expectativa de que, se tal proposta fosse alcançada, novas demandas por matéria-prima, mão de obra e infraestrutura seriam necessárias para a fabricação do produto e a cooperativa poderia incentivar o cultivo das espécies vegetais que compõem a bebida, como gengibre (*Zingiber sp.*), canela (*Cinnamomum zeylanicum*) e cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* L.), bem como a apicultura. Sua venda certamente seria assegurada pela ampliação do mercado.

Um consultor do SEBRAE, entrevistado por um membro da equipe do projeto Guyagrofor, afirmou que o canjinjin teria muitas chances de conquistar um rico nicho de mercado no sul do Brasil, além de mercados em lugares de clima frio, como o Canadá e países europeus. Apontou ainda que a principal dificuldade enfrentada é a falta de experiência dos quilombolas na comercialização de produtos para o mercado, por isso é necessário investir na formação de recursos humanos locais para que adquiram uma visão mercadológica mais ampla. Assim, além do apoio financeiro, há a necessidade de capacitação dos agentes locais para a operacionalização das ações que o projeto Canjinjin requer.

Missão Evangélica Cristã

Administra o hospital de Vila Bela e presta atendimento aos doentes do município e adjacências, sob a direção do pastor Gustavo Adolfo Brisk, de origem europeia, que chegou à região em 1954. Por ocasião do trabalho de campo, o hospital recebia apoio da União Europeia e do Interchurch Organization for Development Cooperation (ICCO). Além dessas ações, este religioso e os membros do ICCO atuam junto aos povos indígenas Nambikwara e Chiquitano das localidades de Fortuna, Palmarito e Cantão.

Mercado Agropecuário

Os quilombolas recorrem ao chamado mercado agropecuário com a finalidade de adquirir insumos para o controle de doenças dos animais e, raramente, para aquisição de sementes, ferramentas ou outros produtos que visam otimizar os processos produtivos.

Sindicato de Trabalhadores Rurais

Organização formada por agricultores negros e não negros que vivem nos assentamentos de reforma agrária regularizados pelo INCRA. A sede do sindicato conta com infraestrutura para alojamento e refeições, além de uma área para a feira de produtos orgânicos dos agricultores locais. Além disso, oferece cursos de computação aos sindicalizados, apoio para a implantação de projetos e regularização fundiária.

INDEA

Em Vila Bela, o INDEA tem atuado junto aos quilombolas apenas como órgão fiscalizador, verificando se os agricultores estão atualizados nas vacinas dos animais, entretanto havia a expectativa, por parte dos quilombolas, de que este órgão atuasse também na orientação para a proteção à saúde dos produtores ou do ambiente, conforme prevê seu objetivo.

INCRA

Este órgão é responsável pela regularização fundiária das famílias e suas ações viabilizam concessão de crédito para a produção rural, todavia os créditos e incentivos financeiros não são garantia de sustentação da produção familiar se não forem pensados e planejados a partir dos desejos e das necessidades locais.

Hoje, no Brasil, discute-se, além do crédito, a necessidade de atender às múltiplas experiências do agricultor, ou seja, não se limitar somente à produção de alimentos e fibras, mas também atuar para preservar os valores socioculturais, manter e criar empregos rurais, e conservar o meio ambiente.

Assim, é bom que se tenha em mente que a promoção do desenvolvimento econômico deve atender o contexto da unidade produtiva, ao invés de trabalhar com produtos isolados.



Figura 42. Reunião para identificar as parcerias estabelecidas pelos moradores de Retiro (2005).

Escola

Os quilombolas estabelecem relações com outras organizações sociais por meio das práticas de cultivo, criação de animais, religiosas e festivas. Preocupam-se com a baixa disponibilidade da mão de obra familiar, uma vez que os filhos se deslocam para a sede do município a fim de continuarem seus estudos, sendo acompanhados pelas mães. Como consequência deste deslocamento, a mão de obra predominante nas comunidades quilombolas é essencialmente adulta e masculina, variando entre 30 e 50 anos.

A escola mais próxima das comunidades é a Joaquim Ludugério Ribeiro e situa-se dentro da fazenda Santa Cruz³², nas proximidades de Boqueirão. Foi fundada com recursos públicos e, segundo os quilombolas, atende especialmente os filhos dos funcionários da fazenda, oferecendo formação até a 4ª série do Ensino Fundamental. Na escola estadual Verena Leite de Brito, localizada na sede urbana de Vila Bela, a maioria dos estudantes é negra e, na escola municipal Ricardo Franco, bairro Aeroporto, estudam muitos Chiquitano e migrantes não indígenas oriundos de projetos de assentamentos de reforma agrária.

32 A relação com o fazendeiro é mais antiga, embora ela ocorra através de um mediador, o gerente da fazenda, com o qual estabelecem trocas e serviços, transporte para a cidade, construção de pequenas barragens, empréstimo de maquinário para o cultivo das roças e, quando conveniente, compra e venda de produtos.

Quadro 20. Organizações que atuam junto às comunidades Retiro e Boqueirão.

Organização	Objetivo	Local de Atuação	Nível de Atuação	Relação com os Quilombolas
Associação ACOREBELA	Reivindicar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos negros (rios Guaporé e Alegre) e se assumem como quilombolas.	Vila Bela	Local	Direta
Associação ABELACOR	Reivindicar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos negros (rio Piolho, Monte Calvário, Canivete, Zé Francisco, Manoel Caetano, Monjolo) e se assumem como quilombolas.	Vila Bela	Local	Direta
Matingombê	Difundir as expressões culturais de Vila Bela e o comércio de bebidas típicas do município.	Cuiabá	Local, regional	Direta
Instituto Tereza de Benguela	Realizar projetos culturais.	Vila Bela	Local, regional	Indireta
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Garantir os direitos dos sindicalizados que residem nos assentamentos rurais de reforma agrária.	Vila Bela	Local	Indireta
Cooperativa do Canjinjin	Fabricar e comercializar o canjinjin.	Vila Bela, Cuiabá	Local, regional	Direta
Hospital Beneficente	Tratar e atender os doentes de Vila Bela da Santíssima Trindade.	Vila Bela	Local	Indireta
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente / Prefeitura do Município	Apoiar os quilombolas através do acesso ao computador, elaboração de documentos e demais projetos na área.	Vila Bela	Local	Direta
INCRA – Cuiabá	Identificar, demarcar e regularizar terras.	Mato Grosso	Regional	Direta
INCRA – Vila Bela	Identificar, demarcar e regularizar terras.	Vila Bela	Local	Direta
Fundação Cultural Palmares	Promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.	Brasil	Nacional	Direta
SEPIIR	Estabelecer iniciativas contra as desigualdades raciais no país.	Brasil	Nacional, internacional	Direta

Fonte: Projeto Guyagrofor da UFMT, pesquisa de campo, 2005.

Quadro 21. Formas de relação e grau de importância na localidade Retiro.

Instituição / Ator	Relações dos Quilombolas com Instituições e Atores	Descrição	Grau de Relação / Limites	Grau de Relação / Oportunidades		
			Observações			
Posto de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> – Atendimento médico; – Pronto-socorro. 	O posto de saúde está localizado na vila. No quilombo, não há médico e os moradores recorrem ao uso de plantas medicinais; somente em extrema necessidade procuram o posto, cujos serviços não são satisfatórios.	O posto de saúde é muito importante e necessário para o tratamento de doenças graves dos quilombolas.	Consideram a relação frágil, embora de extrema importância, pois o tratamento da saúde é muito precário, não há médico e medicamentos.	Avaliam que, após a regularização fundiária, seja possível a criação de um posto de saúde ou a visita de um agente de saúde no quilombo, a fim de prestar assistência aos quilombolas.	
INDEA	<ul style="list-style-type: none"> – Fiscalização, para o controle de vacinas do gado. 	O INDEA é um órgão federal e tem um escritório em Vila Bela. Todos que possuem gado são registrados e devem vacinar os animais nos períodos estabelecidos, como forma de controle de doenças. Embora os quilombolas tenham poucas cabeças de gado, eles também estão sujeitos à fiscalização.	Consideram que a relação com o INDEA favorece o controle da febre aftosa, viabilizando a comercialização-troca de animais.	A relação ainda se estabelece através da prática institucional, a fim de seguir a legislação quanto à obrigatoriedade de vacinar o gado.	Uma oportunidade seria os quilombolas receberem orientações diante de alguns problemas relacionados à criação de animais.	
Comércio Agropecuário (Pró-Rural)	<ul style="list-style-type: none"> – Comércio de vacinas, sementes para o cultivo. 	Existem algumas preferências dos quilombolas na escolha do estabelecimento comercial, pelo diferencial de atendimento e condições de pagamento.	As casas agropecuárias só oferecem os produtos sem assistência técnica, portanto a prática e o manejo do que compram são oriundos do conhecimento dos agricultores.	<p>Algumas sementes para o cultivo já são adquiridas em estabelecimentos comerciais, entretanto ainda são poucas.</p> <p>Os estabelecimentos só oferecem os produtos, mas não orientam o uso.</p>	A procura do comércio agropecuário ainda é incipiente pelos quilombolas, que quase não compram sementes e utilizam meios naturais para eliminar doenças nos produtos cultivados.	

Instituição / Ator	Relações dos Quilombolas com Instituições e Atores	Descrição	Grau de Relação / Limites		Grau de Relação / Oportunidades	
			Observações			
Igreja Católica	– Local de encontros e religiosidade.	Todos são católicos e frequentam a igreja da vila. Dão pouca importância ao espaço físico (igreja) e valorizam mais os rituais.	Concordam que a comunidade precisa ter uma igreja no quilombo, mas estão divididos entre religião católica e evangélica.		Este tema gerou conflito por parte de alguns quilombolas, pois alguns não apoiam o sacerdote local e outros o valorizam por ser um religioso.	As práticas religiosas parecem ter uma autonomia em relação à instituição igreja e constituem uma experiência religiosa própria dos quilombolas.
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	– Intermediação das necessidades da comunidade junto ao prefeito.	Dentro da Secretaria, há um quilombola que media as negociações junto ao prefeito e tem contribuído também com apoio logístico para o projeto Guyagrofor.	Quando precisam ir à Prefeitura, procuram pessoas com as quais tem afinidade. Citaram o Edenildo (conhecido por “Neguinho”).		A Secretaria tem pouca infraestrutura e não oferece ainda apoio junto às instâncias estaduais; o apoio ainda é na esfera local.	O acesso à Secretaria de Agricultura tem oportunizado aos quilombolas discussões sobre projetos, mediações junto a outras instituições, financiamentos e viabilização de alguns de seus interesses econômicos.
Prefeito	– Projetos voltados para a comunidade, como estradas e a ponte. Há promessas de viabilizar uma linha de leite na região.	Atualmente, as negociações estão em torno da construção de uma estrada e uma ponte sobre o rio Guaporé, a fim de facilitar o acesso do quilombo à cidade de Vila Bela. Com a construção da estrada e da ponte, tem-se a expectativa do funcionamento da linha do leite na localidade e de escoamento de produtos para a comercialização.	A atual administração possibilita diálogos sobre problemas e necessidades.		O prefeito é o proprietário do laticínio de Vila Bela e participa, portanto, do incentivo para a criação e comercialização do gado na região.	A pressão dos quilombolas tem favorecido o acesso e diálogo junto às instâncias de decisão política e a efetivação das suas reivindicações.

Instituição / Ator	Relações dos Quilombolas com Instituições e Atores	Descrição	Grau de Relação / Limites	Grau de Relação / Oportunidades	
			Observações		
INCRA Local	– Regularização fundiária e acompanhamento das questões relacionadas às terras de quilombo.	No local, o INCRA não tem apoiado os quilombolas e, segundo os negros, tem dificultado o processo para a regularização fundiária.	A relação é conflituosa, com acusações a esta instituição.	Em entrevista à equipe da UFMT, a instituição declarou que considera que os quilombolas reivindicam muita terra. Todas as ações entre o INCRA local e os quilombolas têm sido conflituosas.	Trata-se de uma organização federal, que atua diretamente na regularização das terras, além de outros serviços junto aos quilombolas, fazendo cumprir a legislação brasileira de reconhecimento das terras de quilombo.
INCRA Estadual	– Regularização fundiária e acompanhamento das questões relacionadas às terras de quilombo.	Existe dificuldade de acesso ao INCRA na instância estadual para expor as necessidades dos quilombolas e possíveis soluções de problemas.	As políticas nacionais atendem as necessidades, mas as organizações não cumprem e agem a partir de interesses particulares.	Os quilombolas reclamam que o INCRA não os atende, estabelece pouco diálogo e não faz um trabalho integrado com eles.	Trata-se de uma organização federal, que atua diretamente na regularização das terras dos quilombolas, e pode intervir em questões que afetam os direitos à terra e mediar junto aos ministérios.

Instituição / Ator	Relações dos Quilombolas com Instituições e Atores	Descrição	Grau de Relação / Limites	Grau de Relação / Oportunidades	
			Observações		
Fazendeiros	<ul style="list-style-type: none"> – Troca de animais (gado); – Venda de animais (gado); – Passagem pela terra do fazendeiro. 	A relação é indireta. A negociação é feita através do gerente da fazenda que administra a propriedade que está no entorno da terra dos negros.	A terra de Retiro está titulada em nome de dois irmãos da família Bispo de Oliveira. Talvez isso diminua o conflito com o fazendeiro.	Cria certa dependência para a comercialização dos produtos (reduz a autonomia).	Venda de produtos e troca de favores.
Associação do Congo (DCC)	<ul style="list-style-type: none"> – Perpetuação da tradição popular feita pela dança; – Empréstimo de recursos aos negros em eventuais necessidades (individuais). 	Nesta Associação, existem 28 membros. A pessoa se associa somente quando um congregado sai do Congo e o indica como seu substituto. Outra maneira é quando um associado sai e não indica ninguém, então a juíza daquele ano indica outro representante. O critério de aceitação é a pessoa ter responsabilidade com o Congo, para não terem problemas futuros com a Festa identificada por “festaça”.	Quem é da Associação do Congo e do Chorado recebe diárias para apresentações.	Necessidade de apoio institucional e pouca experiência em gestão. Alguns comentários afirmaram a existência de desvios de recursos e de controle das decisões por parte de alguns membros.	Continuidade da Festa do Congo, com apoio institucional e recursos externos. Atrativo turístico e potencial para o desenvolvimento do ecoturismo.

Instituição / Ator	Relações dos Quilombolas com Instituições e Atores	Descrição	Grau de Relação / Limites	Grau de Relação / Oportunidades	
			Observações		
Associação do Chorado	– Perpetuação da tradição popular feita pela dança.	Apenas as mulheres participam desta Associação, pois está vinculada ao chorado, oriunda do período da escravidão negra, quando o escravo era “preso na corrente” e sua esposa, a fim de diminuir os castigos do seu marido e/ou filhos, dançava para o senhor.	Os mais jovens recorrem aos mais velhos para aprender e registrar canções tradicionais, oriundos dos ancestrais. Os participantes criticam o presidente e o desvio de recursos e avaliam que a dança do Chorado está prestes a se tornar um “produto cultural” e ser vendido para outros países. Os membros já se apresentaram nos EUA e, ainda, outros Estados do Brasil.	Falta de experiência em gestão e apoio institucional. Houve comentários sobre desvio de recursos dos associados e centralização das ações nas mãos de alguns membros.	Valorização das festas como produto cultural para venda em outros países e continuidade da tradição através do envolvimento dos jovens.
COOPERBELA (Cooperativa do Canjinjin)	– Aos associados, serão disponibilizadas cozinhas para a fabricação da bebida típica dos negros, chamada canjinjin.	É formada por vários grupos, sendo que cada um tem um líder. A Associação do Chorado e a Cooperativa do Canjinjin mantêm entre si relações diretas, pois a maioria dos membros do chorado é quem fabrica o canjinjin, cujo processo de comercialização no Brasil ainda é incipiente.	Ainda não têm muitas expectativas em relação a benefícios para a comunidade.	Pouca ou nenhuma experiência em gestão de negócios. Parte dos insumos, como o mel e a canela, tem de ser adquirida em outro município.	A política nacional tem apoiado a fabricação e a comercialização desses produtos, geração de renda, produção por grupo familiar e engarrafamento, rotulação e teste de qualidade em uma unidade central, favorecendo a permanência das famílias em seus locais de moradia. Estímulo à produção dos insumos para a fabricação da bebida.

Fonte: Diagnóstico Rápido Participativo. Projeto Guyagrofor da UFMT, 2005.

Quadro 22. Formas de relação e seu grau de importância em Boqueirão.

Instituição	Relação dos Quilombolas com as Instituições e Atores	Descrição das Relações	Importância	Grau de Relação e Limites	Grau de relação Oportunidades
			Observações		
Prefeito	Projeto voltado para atender aos interesses dos quilombolas, como estrada e ponte de acesso.	Os quilombolas participaram da escolha do local onde está sendo construída a estrada.	Os quilombolas afirmam que têm acesso direto ao prefeito.	Abrir uma linha de leite no quilombo, que pode viabilizar a criação de gado leiteiro em detrimento das áreas de cultivo.	Com a estrada podem ser viabilizados o transporte escolar e a comercialização dos produtos.
Escola	Educação dos filhos.	Dificuldade de acesso das crianças que estudam na escola que se localiza na área da fazenda, pois têm que percorrer um longo trajeto a pé ou a cavalo. Outras que terminaram o ensino fundamental (1-4) têm que se deslocar para a vila urbana e lá residir, geralmente acompanhadas pelas mães.		O índice de analfabetismo no quilombo é de quase 100%. Os adultos têm interesse em estudar, mas a única escola situada na fazenda não contempla alfabetização de adultos.	Os quilombolas acreditam que depois da regularização das terras e o retorno dos negros será possível implantar uma escola para crianças e adultos.
Posto de Saúde	Encaminhamento médico. Pronto-atendimento		Não há posto de saúde no quilombo	Esta relação, apesar de ser importante, está distante do acesso das famílias da comunidade, pois, quando necessitam de tratamento, recorrem ao atendimento médico em outro município. No quilombo, não existe agente comunitário de saúde.	O posto de saúde é muito importante para as famílias, pois nos momentos de doença é o primeiro recurso procurado. Em seguida, é o Hospital Beneficente.
ACOREBELA	Reivindicação para a infraestrutura do quilombo junto à Prefeitura e a regularização das terras.	Todos de Boqueirão são associados e consideram importante essa forma de organização dos quilombolas, para conquistar o acesso à propriedade da terra.		A formação da associação é recente e seus membros ainda lidam com novos desafios, tanto de participação e relações políticas como de legislação. Muitos têm baixo grau de escolaridade, o que dificulta o acesso aos textos e documentos oficiais sobre sua condição de quilombolas, projetos e investimentos.	Com a formação da Associação dos Quilombolas, os negros estão tendo a oportunidade de obter a propriedade da terra e assegurar seus sistemas produtivos sustentáveis ao longo dos anos.

Instituição	Relação dos Quilombolas com as Instituições e Atores	Descrição das Relações	Importância	Grau de Relação e Limites	Grau de relação Oportunidades
			Observações		
Igreja	Socialização da comunidade.	Na comunidade, não existe o espaço físico da igreja. A prática do culto era feita por pessoas, de casa em casa.		Os negros de Boqueirão estão vinculados a instituições católicas e evangélicas, e isso implica em alguns conflitos de ideias no campo da religião.	Segundo os quilombolas, há necessidade de um espaço físico para o encontro religioso da comunidade.
INCRA	Regularização fundiária das famílias remanescentes de quilombo.	O acesso ao INCRA tem ocorrido através da sede em Cuiabá, pois, em Vila Bela, não há nenhuma forma de acordo.	A nota zero foi atribuída pelo fato de os quilombolas não estarem tendo boas relações com os executores do INCRA local.	Avaliam que o executor do INCRA em Vila Bela promete solucionar os problemas dos remanescentes de quilombo, mas não o faz. Outra questão é que a comunidade envia documentos e eles não encaminham para instâncias superiores.	A comunidade acha que o INCRA é um órgão importante por tratar das questões agrárias e ter a função de regularizar as terras do quilombo.
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	A sede fica em Brasília e suas funções principais são regularização fundiária, viabilização de recursos para o desenvolvimento da produção e seu fluxo de negociação relacionados à exportação dos produtos, entre outros.	O acesso ainda é distante.	Os contatos ocorrem através de cursos e seminários em Estados brasileiros.	São poucos os quilombolas que participam e que compreendem a função e a importância dessa organização.	Apoio e poder político, troca de conhecimentos, capacitação e acesso a recursos.
Fazendeiros	Troca e venda de animais (gado) e outros produtos (gado).			O proprietário da fazenda tem controlado a terra do quilombo e criado estratégias para desmobilizar a luta dos quilombolas.	Venda de produtos e acesso à escola da fazenda.

Instituição	Relação dos Quilombolas com as Instituições e Atores	Descrição das Relações	Importância	Grau de Relação e Limites	Grau de relação Oportunidades
			Observações		
Comércio Agropecuário	Comércio de vacinas, sementes.	Existem algumas preferências comerciais, dadas pelo diferencial de atendimento e condições de pagamento.	Recorrem ao comércio quando precisam comprar vacinas, sementes, ferramentas e tralhas para animais.	Os quilombolas desconhecem alguns produtos utilizados; os estabelecimentos comerciais vendem os produtos como vacinas, mas não orientam o uso.	Os produtos adquiridos se restringem a vacinas, pois as sementes utilizadas ainda são as tradicionais, coletadas e guardadas para plantio posterior.
Vereador Crésio (PPS)	A comunidade leva os problemas ao conhecimento do vereador.	Dizem que o relacionamento com o vereador está em construção.	Há pouco tempo houve uma aproximação mais efetiva com o vereador, e os quilombolas estão se organizando para apoiar o Partido dos Trabalhadores (PT)	Atualmente, vem crescendo a procura de alguns políticos pelos quilombolas, com interesses diversos, inclusive para adesão a partidos políticos e eleição.	Apoio e acesso às instâncias políticas do Município e do Estado.
INDEA	Fiscalização, para o controle de vacinas.		Existe uma relação próxima.	Não há assistência técnica e a relação ocorre mediada pela fiscalização.	Manter a sanidade dos animais para a garantia do mercado.

Fonte: Diagnóstico Rápido Participativo. Projeto Guyagrofor, equipe da UFMT, 2005.



*Reivindicação do
Território Tradicional*



Até a década de 1950, a maior parte das terras do município de Vila Bela era manejada por indígenas e negros descendentes de antigos escravos. Bandeira (1988) relata como a maioria dos vilabelenses não percebeu as transformações jurídicas pelas quais passava o domínio de seu território, ou não teve recursos financeiros para se adequar às novas exigências – como pagar um agrimensor para definir os limites da área que ocupavam e registrá-la em cartório – impostas para atender aos interesses tanto do Estado de Mato Grosso quanto dos representantes do mercado imobiliário rural.

A partir dos anos 60 do século XX, a terras dos quilombolas de Vila Bela foram cortadas “na prancheta e comercializadas na Bolsa de São Paulo e na do Paraná” (GLOBO RURAL, 2004).

A partir da década de 1960, as terras do município de Vila Bela – e da Amazônia, por extensão – deixaram de ser *terra de trabalho* para se metamorfosear em *terra de negócio*. Deixavam de ser devolutas (sob o domínio jurídico do Estado) para se transformar em terras privadas (sob o domínio de proprietários privados).

A corrida para as terras mato-grossenses partiu, sobretudo, do Centro-Sul do país, região onde havia maior capitalização por parte do empresariado. Em 1954, o jornal *O Estado de São Paulo* informava que havia, no Departamento de Terras do Estado de Mato Grosso, 40.000 processos em tramitação. Tais processos foram encaminhados por

pessoas que buscavam regularizar as terras que haviam adquirido por um preço simbólico no Estado de Mato Grosso (LENHARO, 1986).

Diferentes ações foram empreendidas no vale do Alto Guaporé, dentre elas a criação de programas e projetos com injeção de recursos que afetou a região e resultou em profundas transformações relacionadas com a mudança no estatuto jurídico da terra, cuja legitimação passou a ser assegurada pelo título e não mais pela posse. Assim, quem não conseguiu titular sua terra perdeu o direito sobre ela (BANDEIRA, 1988; CABAN, 1999). Houve ainda mudança na forma do uso, com diminuição das posses coletivas e predomínio da posse individual promovendo a expulsão de indígenas e quilombolas de suas terras.

A paisagem foi alterada em decorrência do desmatamento e a vegetação arbórea, a mata e o Cerrado foram substituídos por gramínea braquiária, redefinindo as atividades econômico-produtivas dos quilombolas, restringindo as roças e aumentando as áreas de pastagens; a mão de obra deixou de ser empregada nas atividades agrícolas autônomas e passou a ser vendida nas fazendas³³.

Tais mudanças resultaram ainda no aumento de migrantes das regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil para o vale do Guaporé, criação de novos assentamentos na área rural e ampliação do núcleo urbano de Vila Bela (bairro Aeroporto).

Houve também profundas transformações no modo de vida do povo Nambikwara, que habita o vale do Guaporé, que teve suas terras invadidas por madeireiros, garimpeiros, fazendeiros, além de doenças trazidas pelo branco, como gripe e sarampo (SILVA, 1987; IASI, 1979).

E, por fim, permanece, ainda hoje, tensão e insegurança quanto à posse e titulação da terra, geradas tanto pela sobreposição de títulos sobre a mesma área quanto pela “sobreposição legislativa”, federal e estadual (JORNAL POPULAR, 2005).

33 O município tem cerca de 800.000 cabeças de gado, conforme consta em um documento denominado Diagnóstico da Prefeitura de Vila Bela, realizado em 2004, e que a equipe do Projeto Guyagrofor teve acesso ainda no ano de 2005.

Atualmente, a legislação brasileira³⁴ reconhece o território dos remanescentes de quilombos e a Constituição do Brasil atribuiu ao Estado o dever de emitir os títulos em nome dos descendentes de escravos que habitam “áreas remanescentes de quilombos”, famílias que correspondem “a grupos étnicos que se autodefinem como tal a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e as práticas culturais próprias” (II PNRA).

A Fundação Cultural Palmares (órgão federal ligado ao Ministério da Cultura) tem a atribuição de encaminhar as questões relacionadas não apenas à cultura, mas também à economia dos quilombolas. Entre 2000 e 2003, este órgão foi incumbido de identificar e reconhecer (via titulação) as comunidades quilombolas no país.

Em 2004, foi constituído um Grupo de Trabalho Interministerial e aprovada legislação complementar (na forma de Decreto-Lei, de 27.12.2004), buscando redefinir competências e instrumentos para atender a demandas dos quilombolas, bem como de outras comunidades tradicionais. Por esse Decreto, ficou estabelecido que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do INCRA, será o órgão responsável pela execução das ações de regularização fundiária das comunidades quilombolas.

Hoje, há meios legais para a desapropriação de áreas particulares e reconhecimento desses territórios tradicionais, além da criação de instrumentos e políticas que garantam a preservação das suas características culturais. No II PNRA, ocorre o reconhecimento de que o universo quilombola “apresenta demandas distintas daquelas apresentadas pelos acampados e assentados, com suas raízes culturais e religiosas específicas”. Por isso, neste plano, ficou estabelecido que

será implementada uma política de regularização fundiária que garanta o direito de uso e posse, bem como o acesso aos instrumentos de política pública que favoreçam a permanência dos quilombolas na terra, sob coordenação de um programa específico (II PNRA).

34 Constituição Federal de 1988 e Disposições Transitórias – artigo 68. Há ainda o Decreto nº 4.887/2003, que trata da *Regulamentação das Terras dos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos*. Comentários de Maria E. G. Teixeira Rocha sobre este Decreto podem ser acessados no endereço: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_68/Artigos/Art_Maria.htm#4>.

Outro programa importante é o denominado “Promoção da Igualdade de Gêneros, Raças e Etnias”. Tal programa foi concebido no âmbito do MDA, elaborado em conjunto com o INCRA. Assim, “as comunidades a serem tituladas serão identificadas, mapeadas, e sua situação dominial será apurada, prevendo-se, quando for o caso, a remoção dos ocupantes não quilombolas”.

Os critérios para a seleção das áreas a serem tituladas considerarão: a ocorrência de conflitos; áreas passíveis de titulação imediata, segundo Parecer da Fundação Cultural Palmares; inserção no Programa Fome Zero; localização nos territórios definidos pelo MDA e em terras devolutas. Além das ações voltadas para a regularização fundiária, o II PNRA prevê ações de promoção do etnodesenvolvimento e de garantia da segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas. Trata-se de aproveitar suas experiências históricas e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações, portanto a partir da capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferente para guiar seu desenvolvimento.

O II PNRA estima ainda a garantia de crédito e assistência técnica, “além da necessária capacitação dos técnicos e gestores públicos e da revisão das normas sobre os procedimentos de regularização e das ações voltadas para a criação de infraestrutura local, fomento à produção e garantia da segurança alimentar”.

Legalmente, os quilombolas brasileiros estão protegidos pela Constituição de 1988. Embora exista um amparo legal e comissões constituídas no âmbito do Estado, a regularização das “terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos constituiu-se num dos maiores desafios do governo” (ROCHA, 2005). Os formuladores do II PNRA reconhecem o desafio ao apontar que, após quinze anos, “apenas 71 comunidades foram tituladas, a maioria no Estado do Pará e em terras devolutas. Um montante insignificante, quando comparado com o total de 743 ou com as estimativas não oficiais, que indicam a existência de mais de 2.000 comunidades”.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi desenvolvido no âmbito do MDA. Como o nome diz,

visa apoiar e fortalecer a agricultura familiar. Oferece crédito facilitado (juros abaixo dos praticados pelo mercado) para que os agricultores familiares construam sua sustentabilidade. Seus recursos são “utilizados na compra de máquinas, insumos, sementes, equipamentos, no preparo da terra e assistência técnica, entre outros, de propriedades de agricultores familiares e assentados da reforma agrária”, conforme notícia veiculada pela Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal, em 20.11.2003 (SECON, 2003). A expectativa dos gestores deste programa é que o crédito facilitado permita que os trabalhadores rurais obtenham melhoria da qualidade da produção, gerem emprego e renda, possibilitando assim a permanência da família do produtor no campo. Atualmente, os recursos do Plano Safra atingem 95,5% dos municípios brasileiros. Os agricultores presentes nos assentamentos do município de Vila Bela tiveram acesso ao crédito do PRONAF e adquiriram maquinários e rebanhos.

As ações de governo, visando ocupar o pseudoespaço vazio da Amazônia, desencadearam uma mobilização de grupos sociais, que foram deslocados para a região, neles também incluindo os que ali já estavam secularmente estabelecidos. Tais grupos reagiram ante a expropriação de seu território e recursos e, em sua luta pela sobrevivência, foram conduzidos a diferentes formas de organização social (sindical, cooperativas, associação de produtores, de mulheres etc.).

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, tais povos buscaram assegurar, por meio da legislação, o direito às suas terras ancestrais (ALMEIDA, 2004; BRASIL, 2001). Muitas terras das chamadas *comunidades tradicionais* estão sendo hoje recuperadas, ou em vias de recuperação, das mãos de empresas que se estabeleceram na Amazônia nos últimos anos. O processo de recuperação dessas terras é lento, mas ele não para, avança em todo o país, sobretudo na região Amazônica. Em 2003, após 15 anos de vigência da legislação que dá aos quilombolas o direito de acesso às suas áreas, “apenas 71 delas haviam sido tituladas” (SECOM, 2003; II PNRA). São 30 milhões de hectares ocupados por 743 comunidades, com uma população estimada em 2 milhões de pessoas, segundo a fonte oficial citada.

No levantamento divulgado em 2005 pela Universidade de Brasília (UnB), 2.228 áreas foram reconhecidas e indicadas como passíveis de serem tituladas em nome de comunidades quilombolas cujos ancestrais resistiram ao processo escravagista (SANZIO, 2001). No que se refere a Mato Grosso, os dados de 2014 apontam que são 66 áreas já certificadas como terras tradicionalmente ocupadas por quilombolas³⁵.

Há diferenças entre o número de áreas quilombolas apresentadas pelos órgãos oficiais e aquelas trazidas pelos pesquisadores da UnB, já que os últimos compreendem tratar-se de práticas de resistência ao escravagismo. Para os pesquisadores da UnB, esta resistência não precisa necessariamente dar-se por meio de fuga para um local distante da “casa grande” ou da *plantation*.

Há um conflito sempre latente entre as demandas das chamadas comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos...) e o Estado brasileiro. Este, em seu papel de intermediador de interesses dos grandes grupos empresariais e da população excluída, ao longo dos anos que estamos aqui tratando (as quatro últimas décadas), posicionou-se em favor dos grupos empresariais. Com a eleição do novo governo, no ano de 2002, criou-se uma expectativa positiva da parte dos segmentos alijados dos benefícios em nosso país – especialmente indígenas e quilombolas – de que suas demandas finalmente poderiam ser contempladas. Mas tal perspectiva tem sido frustrada, uma vez que a burocracia do Estado – mesmo a executada pelo atual governo, que se diz defensor dos interesses das populações secularmente excluídas das riquezas do país – continua morosa.

Com relação ao conhecimento tradicional, ainda não existe legislação específica para sua proteção. O que existe de concreto é um anteprojeto contemplando minimamente algumas reivindicações dos ameríndios e quilombolas, para ser enviado ao Congresso brasileiro. Há um debate, ou melhor, uma acirrada disputa entre os interesses dos detentores do chamado conhecimento tradicional e

35 Confira no portal da Fundação Cultura Palmares: <www.palmares.gov.br/quolombola/?estado=MT>.

os dos representantes dos institutos privados de pesquisa e grandes laboratórios, que insistem em apropriar-se desse conhecimento sem conceder contrapartida aos seus detentores. Os representantes das comunidades tradicionais ainda não têm voto no conselho que regula o patrimônio genético – o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), ligado ao Ministério do Meio Ambiente. Há pressão dos representantes dessas comunidades, que querem ser ouvidos e ter seu conhecimento respeitado e também remunerado. É visível o crescimento da consciência das lideranças quanto ao papel que hoje representam no tocante à preservação do chamado conhecimento tradicional associado. Tal crescimento foi expresso por uma liderança indígena nos seguintes termos: “De incapazes [no passado] passamos a detentores de conhecimento muito cobiçado” (VALENTE, 2005).

Não se sabe se as reivindicações das chamadas comunidades tradicionais serão contempladas nos próximos anos. O que há de novo é uma disposição da parte dos representantes do Estado brasileiro, em atender às demandas dessas comunidades. Disposição que não se concretiza de fato, há que ressaltar.



Figura 43. Mapeamento em Retiro (2006).

Em 2004, o governo brasileiro criou uma Comissão Interministerial (que veio a ser ampliada em 2005, com representantes das comunidades tradicionais, da comunidade científica, de agências de fomento, entre outras), que visa assegurar os direitos preconizados para estas comunidades na Constituição de 1988. Em agosto de 2005, houve um encontro com membros da Comissão Interministerial e representantes das comunidades tradicionais, no qual foram apresentadas suas principais reivindicações. Em sua pauta de reivindicações, constava “a regularização fundiária e garantia de acesso aos recursos naturais; reconhecimento, fortalecimento e formalização da cidadania desses povos; educação e saúde diferenciadas, de acordo com as características próprias de cada grupo; e resolução de conflitos em áreas de unidades de conservação”, entre outros (MDS, 2005). Essas iniciativas do governo são importantes, pois elas podem vir a fortalecer as reivindicações e lutas locais de quilombolas e indígenas, especialmente nas áreas onde a terra está passando por um processo de regularização, via titulação, como é a situação de Vila Bela, e os quilombolas enfrentam forte resistência dos empresários que adquiriram terras que antes lhes pertenciam.

De donas do território brasileiro no passado, hoje, as “populações tradicionais” detêm apenas 12% deste território (VALENTE, 2005). Seu grande trunfo é o fato de aí se localizar a maior parte da sociobiodiversidade brasileira. O problema é que ainda são poucas as pessoas que têm ciência da riqueza que se encontra em seu território. Aquelas pessoas que visualizam tal riqueza ou patrimônio passam a reivindicar seus direitos de propriedade intelectual ou o direito de propriedade sobre o conhecimento tradicional. Em Vila Bela, algumas lideranças já tomaram conhecimento do patrimônio referido. Outros quilombolas tem o foco de interesse em torno da efetivação jurídico-formal das chamadas *terras tradicionalmente ocupadas*. Essa efetivação é um processo complexo, uma vez que nelas estão instaladas grandes fazendas de gado bovino. Como pudemos observar, as terras dos indígenas e quilombolas foram apropriadas por particulares e transformadas em fazendas de gado.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, os quilombolas que viviam nas terras de seus ancestrais (1888) puderam pleitear, em nome desses descendentes, tais terras.

Na área em que fizemos o diagnóstico nos anos de 2005 e 2006 – Retiro e Boqueirão –, havia uma reivindicação por parte dos quilombolas para que fosse ampliado o território que ocupam. Atualmente, estão assentados em cerca de 15.000 hectares, mas reivindicam uma área de cerca de 104.000 hectares. O INCRA fez um primeiro reconhecimento da área reivindicada pelos quilombolas. O processo visando à demarcação das terras entre os rios Alegre e Guaporé está em andamento. A ACOREBELA – entidade que representa os interesses deste grupo – tem, em seu cadastro, cerca de 300 famílias que pleiteiam tais terras. Moram na área, atualmente, duas dezenas de famílias.

A expansão da área para cerca de 115.000 hectares seria para assentar as famílias cadastradas que residem em outros sítios (Vila Bela, Cuiabá, Cáceres, Pimenteiras, Costa Marques – as duas últimas situadas no Estado vizinho de Rondônia).



Considerações Finais



O trabalho junto aos quilombolas de Retiro e Boqueirão nos possibilitou compreender como as famílias construíram historicamente seus saberes especializados sobre o sistema agrícola e outras práticas relacionadas com a biodiversidade no vale do Guaporé.

Segundo Azevedo (2003), os conhecimentos dos agricultores se baseiam em uma prolongada vivência empírica e são gerados de experiências distintas, sendo que a sua construção se dá a partir dos acúmulos sucessivos das gerações compartilhadas no âmbito da formação pessoal, realizada através da participação das crianças e dos jovens na prática concreta do manejo da produção. O mesmo autor descreve ainda que o outro espaço de construção do conhecimento ocorre por meio da prática coletiva de cada agricultor; esta é também compartilhada no âmbito de seus mecanismos de socialização, em que se acrescenta a experiência individual, construída a partir de sua objetividade e subjetividade.

Na localidade de Retiro e Boqueirão durante a realização da investigação evidenciou-se a aplicação restrita de agroquímicos, roças baseadas ainda no policultivo e no manejo itinerante, além de práticas extrativistas, particularmente na coleta de frutos nativos, plantas medicinais, madeira, pesca e a prática de caça.

Entretanto, algumas mudanças no ambiente têm ocorrido em razão do aumento da presença do gado e da pastagem cultivada, que passou a competir com os espaços e força de trabalho humana, antes destinada ao cultivo na roça. Essa nova prática tornou-se conhecida como “ciclo de pecuarização”, que resulta no fato de as áreas, antes destinadas ao pousio florestal, se tornem pastagens.

Dentre as unidades produtivas de grande importância para

a sustentabilidade dos quilombolas, apontamos as “capoeiras”³⁶ e os “quintais”. A manutenção da fertilidade e estrutura do solo, proporcionadas pela formação das “capoeiras”, pode ser aprimorada como área potencial para o sistema de produção familiar e suas funções, evitando, dessa forma, o predomínio dos processos de pecuarização, tal como ocorreu em todo o entorno das áreas de Retiro e Boqueirão.

Os “*quintais*” são espaços destinados à segurança alimentar da família, ao uso múltiplo das plantas, à cobertura do solo e à integração entre produção animal e vegetal. Ainda que a tendência futura aponte para processos de pecuarização, os quintais poderiam assegurar a biodiversidade de espécies vegetais e animais.

O conhecimento de diferentes espécies nativas tanto para nutrição, saúde ou renda das famílias tem implicações importantes na conservação dos recursos naturais. Ou seja, a nova visão de sistemas diversificados muito coaduna com os sistemas tradicionalmente já praticados nas localidades de Retiro e Boqueirão.

Os produtos artesanais e outras especialidades, como doces caseiros, arquitetura das casas, utensílios domésticos, culinária e coleta dos frutos nativos para produção de sucos, entre outros, também se configuram como importante potencial das áreas de estudo. Deve-se reconhecer o papel efetivo da mulher na produção familiar, na socialização doméstica e na geração de renda. Os homens possuem habilidade na produção de artesanato de babaçu e tecelagem de couro.

Contudo, as famílias de Retiro e Boqueirão ainda não garantiram a regularização fundiária de suas terras, embora as associações que as representam reivindiquem a identificação e a regularização de seu território tradicional junto a organismos competentes (Fundação Palmares, MDA e INCRA).

As trocas de experiências com outras associações quilombolas no Brasil, por meio de encontros e reuniões nacionais, ainda que de maneira incipiente, contribuíram para a identificação de problemas comuns. As principais necessidades apontadas no

36 Tipo de vegetação secundária resultante do pousio da terra.

diagnóstico referem-se à titulação das terras, à implantação de uma nova atividade econômica que possa melhorar a renda dos quilombolas e, ao mesmo tempo, garantir a permanência das famílias em seus sítios.

Durante o trabalho de campo, observamos que o processo organizativo dos quilombolas para a titulação de suas terras enfrentava vários problemas, entre eles: conflitos internos, especialmente aqueles relacionados ao uso e repartição da terra, desestabilizando os grupos familiares, que não chegavam a um consenso quanto ao tamanho da área e a distribuição de porções da mesma por grupo familiar.

A diretoria da Associação enfrentava dificuldade com o gerenciamento de processos burocráticos e, ainda, pressões de fazendeiros e das instituições locais para que os quilombolas desistissem da demarcação das terras tradicionalmente ocupadas. Os membros da comunidade alegavam a necessidade de um mediador que os auxiliasse na leitura e compreensão da legislação brasileira relacionada com os direitos políticos e garantia de propriedade da terra.

O contexto apresentado acima revela dificuldades dos grupos familiares nos seus processos organizativos. Como consequência, houve desmobilização e fragilidades nas iniciativas tomadas para atingir os objetivos de titulação da terra e as associações formam-se e desfazem-se em razão dos conflitos pessoais e familiares.

Enquanto a regularização fundiária não acontece, algumas ações ou projetos poderiam ser de grande importância a fim de contribuir para a permanência dos quilombolas na terra; entre eles estão: elaboração de um plano de manejo juntamente com a comunidade, para uso sustentável dos recursos naturais disponíveis; capacitação e melhoramento da gestão das associações quilombolas; garantia dos quilombolas na participação dos grupos familiares, em todas as fases do processo de planejamento das atividades econômicas; realização de parcerias entre associações quilombolas e universidades, empresas de pesquisa, ONG e outras organizações associativas, com o objetivo de melhorar as técnicas relacionadas com o manejo da biodiversidade.

Referências

Fontes Orais

Quilombolas de Retiro e Boqueirão.

Fontes Cartográficas

APMT. *Relatório de viagem de Guajará Mirim á Villa Bella de Matto-Grosso*. Cuiabá, 31 de dezembro de 1920.

_____. *Relatório da Primeira Exposição da Borracha*. [s.l.], 1913. p. 19-20.

IBGE. *Mapa de biomas do Brasil: primeira aproximação*. [s.l.], 2004. 1 mapa. Escala 1:5.000.000.

_____. *Mapa de clima do Brasil*. Brasília: [s.n.], 2002. 1 mapa. Escala 1:5.000.000.

_____. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

MAPA das áreas de quilombos recentemente criados no Estado de Rondônia e que estão sendo regularizadas. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2133>>. Acesso em: 18 ago. 2005. (Acompanhada de texto.)

MAPA das áreas de quilombos recentemente criados no Estado de Rondônia e que estão sendo regularizadas. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/nsa/mapas/img/map_28102005.gif/mapa>. Acesso em: 18 ago. 2005.

MAPA de área de fronteira do Brasil com países da América do Sul. Disponível em: <<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/mapas.htm>>. Acesso em: 19 set. 2005.

MAPA de rodovias federais brasileiras. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/rodovias/rodoviasfederais>>. Acesso em: 30 set. 2005.

MIRANDA, L; AMORIM, L. *Mato Grosso: atlas geográfico*. Cuiabá: Entrelinhas, 2001.

PINTO, Roquette. *Carta etnográfica de Rondônia segundo os trabalhos do professor e da comissão Rondon*. Rio de Janeiro, jun. 1934.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Carta do Estado de Mato Grosso e regiões circunvizinhas, organizada e desenhada no Serviço de Conclusão de Carta de Mato Grosso* (Ministério da Guerra, Estado Maior do Exército), sob a direção geral de S. Ex. Sr. Gen. de Divisão Cândido Mariano da Silva Rondon e Direção Gráfica Executiva do Gen. Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos de acôrdo com as circunstâncias e os elementos abaixo indicados. Projecção policônica Americana. [s.l.], 1952. 1 mapa. Escala 1:1.000.000.

Bibliografia

ADAMS, C. *Caiçaras na mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental*. São Paulo: Annablume, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas. Processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Belo-Horizonte-MG: UFMG, v. 6, n. 1, p. 9-32, mai. 2004.

_____. Mobilizações étnicas não-tardias. In: BANAL, Alberto; FORTES, Maria Ester Pereira (Orgs.). *Quilombolas da Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro*. João Pessoa: IMPRELL Gráfica e Editora, 2013. p. 10-16.

ALMEIDA, Jalcione. A Agronomia entre a teoria e a ação. *Revista de Educação Agrícola Superior*, Brasília: ABEAS, v. 18, n. 2, p. 7-13, 2000. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/423.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2008.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.

AMADO, Janaína; ANZAI, Leni Caseli (Orgs.). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: Carlini & Caniato/EdUFMT, 2006.

AZEVEDO, R. A. B. *Indicadores agrônômicos em unidades de produção de agricultura familiar*. Viçosa-MG, 2001. Tese (doutorado em Agronomia), Universidade Federal de Viçosa.

_____. Os agricultores tradicionais e a Agronomia: a difícil compatibilidade dos modelos conceituais. In: COELHO, M. F. B.; COSTA, P. J.; DOMBROSKI, J. L. (Orgs.). Diversos

olhares em Etnobiologia, Etnoecologia e plantas medicinais. In: I SEMINÁRIO MATO-GROSSENSE DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA, 1.; SEMINÁRIO CENTRO-OESTE DE PLANTAS MEDICINAIS, 2., 2003, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá: UNICEM, 2003. p. 41.

_____. ALEIXO, R. et al. A lógica com um olhar sobre os quilombolas do Vale do Guaporé, Mato Grosso. In: SEMINÁRIO POLÍTICA, AMBIENTE E DIVERSIDADE CULTURAL, 4., Cuiabá, 2007. Cuiabá: CAPES/EdUFMT, 2007. p. 147-179. (Organizado por Vitale Joanone Neto.)

AZEVEDO, Cristina Maria do Amaral. Arcabouço jurídico-institucional de acesso ao patrimônio genético do Departamento do Patrimônio Genético. In: ENCONTRO DE ETNOECOLOGIA, Chapada dos Guimarães-MT, 2005. Chapada dos Guimarães-MT: SBF/MMA, 2005.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco*. Estudo antropológico de Vila Bela. São Paulo: Editora Brasiliense/CNPq, 1988.

BARROZO, João Carlos. *Escravidão nas agropecuárias da Amazônia mato-grossense*. Campinas-SP, 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, 19(53), p. 71-86, 2005.

BEGOSSI, A.; HANAZAKI, N.; SILVANO, R. A. M. Ecologia humana, Etnoecologia e conservação. In: AMOROZO, M. C. de M.; MING, L. C.; SILVA, S. P. (Orgs.). *Métodos de coleta e análise de dados em Etnobiologia, Etnoecologia e disciplinas correlatas*. Rio Claro-SP: UNESP, 2002. p. 93-128.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL. *Guaporé: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra*. Rio de Janeiro, 1979. Folha SD 20.

_____. Ministério das Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL. *Cuiabá: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra*. Rio de Janeiro, 1982. Folha SD.21.

_____. Ministério do Meio Ambiente. FERREIRA, Luiz Fernando; COUTINHO, Maria do Carmo Barêa. *Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia*. Brasília: MMA/SCA/PROECOTUR, 2002a.

_____. Ministério do Turismo. *Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Região do Guaporé*. Brasília, 2002b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. Brasília, 2003.

BUNGE, M. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CABAN, Lea. *A fronteira do Guaporé: o processo de apropriação de terras e a organização do espaço agrário*. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (Mestrado em História), UFRJ.

CAILLÉ, Alain. *Antropologia do dom. O terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

CARVALHO, Paulo Ernani Carvalho. *Espécies arbóreas brasileiras*. Brasília: EMBRAPA FLORESTAS, 2003.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. v. 2. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1949.

CASTRO, M. I.; GALETTI, Lylia S. G. Histórico do uso da biodiversidade em Mato Grosso. In: CASTRO, Carlos F. de Abreu (Org.). *Diagnóstico florestal do Estado de Mato Grosso*. Brasília: IBAMA/ITTO-FUNATURA, 1994. p.2-188.

COELHO, M. F. B.; COSTA, P. J.; DOMBROSKI, J. L. (Orgs.). Diversos olhares em Etnobiologia, Etnoecologia e plantas medicinais. In: SEMINÁRIO MATO-GROSSENSE DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA, 1.; SEMINÁRIO CENTRO-OESTE DE PLANTAS MEDICINAIS, 2., Cuiabá, 2003. *Anais...* Cuiabá: UNICEM, 2003.

COMTE-SPONVILLE, A. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Verbete “pensamento”, p. 447-448.)

D'AMBROSIO, Ubiratan. *Educação para uma sociedade em transição*. Campinas-SP: Papirus, 1999.

DELEUZE, G. *Foucault*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DELSON, Roberta Marx. *Novas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Alva-Ciord, 1997.

DIEGUES, A. C. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Edusp, 2000.

_____.; ARRUDA, Rinaldo S. U. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001.

ESTORNILOLO, Milena. *Laboratórios na floresta: os Baniwa, os peixes e a piscicultura no Alto Rio Negro*. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, USP.

FEYERABEND, Paul. *Adeus à razão*. Lisboa-Portugal: Ed. 79, 1991.

FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao redor do Brasil – 1875 a 1878*. v. 1-2. Rio de Janeiro: Typographia Pinheiro & Cia., 1880.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

GOMÉS-POMPA, A.; KAUS, A. Traditional management of tropical forests in Mexico. In: ANDERSON, B. A. (Org.). *Alternatives to deforestation: steps toward sustainable use of the amazon rain forest*. New York-EUA: Columbia University Press, 1990. p. 45-64.

GONÇALVES, Marlene. *A mestra sempre viva – mulher e educação em Vila Bela, Mato Grosso*. Cuiabá, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso.

GRUZINSKI, S. *La colonización de lo imaginario*. Sociedades indígenas y occidentalización en el México español. Siglos XVI-XVIII. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

_____. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HUECK, Kurt. *Los bosques de Sudamérica*. Ecología, composición e importancia económica. Alemanha: Sociedad Alemana de Cooperación Técnica Ltda. (GTZ), 1989. (Atlas del Perú. Texto de 1978.)

IASI, Antônio. Nambikwara. *Cadernos da Comissão Pró-Índio*, São Paulo: Global, n. 1, 1979.

KATO, M. S. A. KATO, O. R.; DENICH, M.; VLEK, P. L. G. et al. Fire-free alternatives to slash-and-burn for shifting cultivation in the eastern amazon region: the role of fertilizer. *Field Crops Research*, Göttingen, Germany, v. 62, p. 225-237, 1999.

LEAL, E. C. Potencial de regeneração da capoeira após preparo de área com queima e sem queima na região Bragantina. In: MENEZEZ, M. N. A.; NEVES, D. P. (Orgs.). *Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento*. Belém: UFPA/CCA/NEAF, v. 4. n. 4, 2004. p. 370-400.

LEITE, José Carlos. *Resistência e transformação do campesinato no sudoeste mato-grossense: aspectos educativos da luta pela terra no assentamento Mirassolzinho*. Cuiabá, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, UFMT.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro dos anos 50. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6. n. 12, p. 47-64, mar./ago. 1986. (Terra e Poder.)

LEROY, J. *Brasil 2002: a sustentabilidade que queremos*. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático/CUT/FASE, 2002.

LORENZI, H. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil*. v. 1. Nova Odessa-SP: Instituto Planetarium, 1992.

_____. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil*. v. 2. Nova Odessa-SP: Instituto Planetarium, 2002.

MACHADO, Maria de Fátima Roberto. Quilombos, cabixis e caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25., jun. 2006, Goiânia. Anais... Goiânia: Associação Brasileira de Antropologia, 2006. (GT 48: Saberes coloniais sobre os indígenas em exame: relatos de viagens, mapas, censos e iconografias.)

MARSHALL, Sahlins. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

MATO GROSSO. *Estudo ecológico rápido para a criação e implantação da Unidade de Conservação da serra Santa Bárbara*. Cuiabá-MT: Fundação Estadual do Meio Ambiente, 1998a. p. 19-81.

_____. *Estudo ecológico rápido para a criação e implantação da Unidade de Conservação da serra Ricardo Franco*. Cuiabá-MT: Fundação Estadual do Meio Ambiente, 1998b. p. 46-58.

MATURANA, H.; VARELA, F. *A árvore do conhecimento: As bases biológicas do entendimento humano*. Tradutor: Jonas Pereira dos Santos. Campinas: São Paulo. Editora Psy II, 1995.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *Sociologia e Antropologia*, São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MEIRELES, Denise Maldi. *Guardiães da fronteira* – rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis-RJ: Vozes, 1989.

MENDES, Renato Ribeiro. *Manejo e uso da vegetação nativa por agricultores tradicionais da comunidade Santana, região da Morraria, Cáceres-MT*. Cuiabá, 2005. Programa de Pós-graduação em Agricultura Tropical. Mestrado em Agricultura Tropical. UFMT.

MOREIRA DA COSTA, José Eduardo Fernandes. *A coroa do mundo. Religião, território e territorialidade chiquitano*. Cuiabá, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFMT.

MOURA, Antônio Eustáquio. *Gleba Canaã: estudo das práticas econômicas e sociais de camponeses posseiros no sudoeste do Estado de Mato Grosso*. Porto Alegre-RS, 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MUKUNA, Kazadi Wa. *Contribuição Bantu na música popular brasileira: perspectivas etnomusicológicas*. São Paulo: Global, 1997.

NODA, H. Conservação dos recursos genéticos hortícolas amazônicos por agricultores tradicionais do Alto Solimões, Amazonas. In: ALBUQUERQUE, U. P. et al. (Orgs.). *Atividades em Etonobiologia e Etnoecologia*. Recife: Sociedade Brasileira de Etonobiologia e Etnoecologia, 2002. p. 133-145.

OLIVEIRA, Carlos Edinei. Rio Sepotuba: ambiente de poaia e de terra fértil. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá: EdUFMT, v. 4, n. 1, p. 73-98, jan./jun. 2003.

PALHAS, Jael. *Desenvolvimento ecoturístico de comunidades quilombolas de Vila Bela da Ss. Trindade* – Mato Grosso-Brasil. Coimbra-Portugal, 2007. Monografia (TCC de Licenciatura em Ecoturismo), Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC).

PINHEIRO, Amálio. *Aquém da identidade e da oposição*. Formas na cultura mestiça. Piracicaba-SP: Editora UNIMEP, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE. *Diagnóstico socioeconômico do município de Vila Bela da Ss. Trindade*. Vila Bela, 2005. (mimeo.)

PUHL, João Ivo. *O tempo do grilo*. Cuiabá, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, UFMT.

REGULARIZAÇÃO fundiária – fronteira de Mato Grosso sob risco de conflito sangrento. *Jornal Popular*, Cuiabá, p. 5, 16-22 out. 2005.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes. Território e fronteiras Brasil-Bolívia no país dos chiquitanos. *Revista do Museu Antropológico*, Goiânia-GO, v. 5-6, n. 1, p. 179-212, jan./dez. 2002.

_____. *Relatório circunscrito de identificação e delimitação da Terra Indígena Portal do Encantado (Povo Indígena: Chiquitano)*. Brasília-DF: Fundação Nacional do Índio, 2004.

SILVA, Verone Cristina (Org.). *Relatório do Diagnóstico Socioambiental do Programa de Educação e Difusão Ambiental para o Entorno do Parque Estadual da Serra Ricardo Franco, Vila Bela da Santíssima Trindade*. Cuiabá: Instituto Centro de Vida, 2002.

SPVS. *Estudo ecológico rápido para a criação e implantação da Unidade de Conservação da serra Santa Bárbara*. [s.l.]: Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental, 1998.

UFMT. Projeto Guyagrofor. *Relatório do diagnóstico socioeconômico e ambiental das comunidades quilombolas Retiro e Boqueirão, Vila Bela da Santíssima Trindade – Mato Grosso*. Cuiabá: Programa de Pós-graduação em História, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.

_____. *Perspectival anthropology and the method of controlled equivocation*. En: *Tepiti* v.2 n.2, p. 3-23. Berkeley: Salsa.

Fontes Webgráficas

ALTERRA – Projeto Guyagrofor. Disponível em: <http://www.splu.nl/guyagrofor/P_download_reports.htm>. Acesso em: 25 set. 2012. (Texto de 2004.)

BALCÃO de serviços para negócios sustentáveis – amigos da Terra. Disponível em: <<http://negocios.amazonia.org.br/>> Acesso em: 3 jan. 2005.

BRASIL. Reforma Agrária no Brasil – compromisso de todos. Brasília, 1967. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/REFAGR3.HTM#3>. Acesso em: 19 set. 2005.

_____. Decreto nº 3.912, de 11 de setembro de 2001. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 174-E, Seção I, p. 6-7, 11 set. 2001. Disponível em: <<http://www.quilombo.org.br/html/leis/fed08.html>>. Acesso em: 4 out. 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Decreto de Criação da Comissão Nacional das Comunidades Tradicionais, de 27.12.2004*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/ascom/hot_enct/Decretocomissao.pdf>. Acesso em: 1 out. 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Relatório-síntese do Primeiro Encontro das Comunidades Tradicionais com Representantes do Governo*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/ascom/hot_enct/index.htm>. Acesso em: 1. out. 2005. (Texto de 2005.)

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). *Conselho de gestão do patrimônio Genético*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/cgen/>>. Acesso em: 6 fev. 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Secretaria da Agricultura Familiar*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/>>. Acesso em: 18 fev. 2006.

_____. Ministério da Saúde. *Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA)*. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/inspecao/index.htm#a>>. Acesso em: 20 fev. 2006.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. Amazônia: crise atual e perspectivas. In: ENCONTRO REGIONAL DE TROPICOLOGIA, 1., 1984, Caruaru. *Anais...* Recife: Massangana, 1986. p. 143-160. Disponível em: <http://www.tropiologia.org.br/conferencia/1984amazonia_crise.html>. Acesso em: 20 ago. 2005.

EMBRAPA. *Projeto Machadinho*. Disponível em: <<http://www.machadinho.cnpem.br/polono.html>>. Acesso em: 16 ago. 2005. (Texto de [199-].)

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Disponível em: <www.palmares.gov.br/quolombola/?estado=MT>. Acesso em: 28 fev. 2014.

GLOBORURAL. *Confira Vila Bela: dança e tradição*. Disponível em: <http://globoruraltv.globo.com/cgi-bin/globorural/montar_texto.pl?controle=8245>. Acesso em: 2 set. 2005. (Programa televisivo sobre Vila Bela e suas tradições, exibido em 12.12.2004.)

IBGE. *Cidades brasileiras*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 12 jan. 2005. (Texto de 2002.)

INSTITUTO BIODINÂMICO. Regulamento (CEE) n° 2092, de 24 de junho de 1991. *Lex: jurisprudência*. Disponível em: <<http://www.ibd.com.br/legislacao/CE2092.htm>>. Acesso em: 6 mar. 2006. (Relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos gêneros alimentícios.)

MELATTI, Julio Cezar. *Índios da América do Sul – áreas etnográficas*. Brasília: Instituto de Ciências Sociais-Departamento de Antropologia, 1997. Disponível em: <<http://www.juliomelatti.pro.br/areas/27juruena.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2012. (Somente o Capítulo 27 – Alto Juruena, revisto em 2001, está disponível no *site*.)

PÁDUA, José Augusto. *Vidas secas*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 4-5, 30 out. 2005. (Caderno Mais. Entrevista cedida a Daniel Buarque.) Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs3010200506.htm>> Acesso em: 15 nov. 2005.

POSEY, Darrell A.; DUTFIED, Graham (Orgs.). *Beyond intellectual property: toward traditional resource rights for indigenous peoples and local communities*. Disponível em: <<http://www.idrc.org.ca> > Acesso em: 20 jan. 2004.

ROCHA, M. E. G. Teixeira. *Comentários sobre artigo 68 da Constituição do Brasil*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_68/Artigos/Art_Maria.htm#4>. Acesso em: 2 out. 2005.

SANCHES, R. R. *A questão da democracia em 'Raízes do Brasil', de Sérgio Buarque de Holanda*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/siarq/sbh/artigoraizes.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2008. (Texto de 2002.)

SANTOS, António Bob. *Necessidade de uma economia solidária: a visão*

de Karl Polaniy sobre os mercados. Disponível em: <<http://econwpa.wustl.edu:8089/eps/dev/papers/0402/0402004.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2006.

SANZIO, Rafael. *Segundo cadastro municipal dos territórios quilombolas do Brasil*. Brasília: EdUnB, 2001. Disponível em: <<http://www.unb.br/acs/releases/rl0505-01.htm>> Acesso em: 9 out. 2005.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/br/home/index.asp>>. Acesso em: 16 fev. 2006.

SECON – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República do Brasil. *Boletim n. 114*. Brasília, 20 nov. 2003. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/emquestao/eq114.htm>> Acesso em: 3 out. 2005.

SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso. *Programa de apoio direto às iniciativas comunitárias – PADIC*. Manual Operativo. Cuiabá, 2001. Disponível em: <<http://www.anu.seplan.mt.gov.br/html/padic.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2005.

_____. Decreto que institui a Política de Planejamento e Ordenamento Sustentado do Estado de Mato Grosso, 2004. Lex: Legislação estadual, Mato Grosso, 2004. Disponível em: <www.seplan.gov.br/arquivos>. Acesso em: 14 jul. 2005. (Endereços na web sobre legislação que regula a propriedade intelectual e conhecimento tradicional no Brasil.)

SERRES, Michel. *Entrevista cedida ao Programa Roda Viva – TV Cultura*, em 08.11.1999. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/386/entrevistados/michel_serres_1999.htm>. Acesso em: 17 jan. 2010.

TEIXEIRA, M. A. *Biomassa de babaçu no Brasil*. Disponível em: <www.fem.unicamp.br/~mteixeira> Acesso em: 26 jan. 2006.

VALENTE, Jonas. Povos indígenas querem mais participação nas decisões do governo. *Agência Carta Maior*, São Paulo, 5 out. 2005. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm_conteudo_id=3235>. Acesso em: 6 out. 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Perspectival anthropology and the method of controlled equivocation*. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Louwland South America*, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 1-20, 2004. Disponível em: <<http://digitalcommons.trinity.edu/tipiti>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

Lista de Siglas e Abreviaturas

ABA – Associação Brasileira de Antropologia
ABE – Associação Brasileira de Ecoturismo
ABELACOR – Associação Rural Negra de Vila Bela
ACOREBELA – Associação Negra Rural de Vila Bela
ADEK – Anton de Kom University of Suriname
ALTERRA – Instituto Alterra
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APMT – Arquivo Público de Mato Grosso
ATIX – Associação dos Povos Indígenas do Xingu
BASA – Banco da Amazônia
BB – Banco do Brasil
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (ou Banco Mundial)
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDB – Convenção sobre a Diversidade Biológica
CELOS – Centro de Pesquisa Agrícola do Suriname
CGEN – Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CTA 1 – Conhecimento Tradicional Associado
CTA 2 – Centro de Tecnologias Alternativas
CTI – Centro de Trabalho Indígena
DPG – Departamento do Patrimônio Genético
DRRP – Diagnóstico Rural Rápido Participativo
DSEE-MT – Diagnóstico Sócio Econômico Ecológico do Estado de Mato Grosso
ECO-92 ou ECO RIO 92 – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Rio de Janeiro (Brasil)
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
EMPAER – Empresa Brasileira de Pesquisa e Extensão Rural
ESAC – Escola Superior Agrária de Coimbra (Coimbra, Portugal)
EU – União Europeia
EUA – Estados Unidos da América
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FCP – Fundação Cultural Palmares
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GEF – Global Environment Facility

GIMEFOR – Grupo de Investigación y Manejo Múltiple de Ecosistemas Forestales (Mérida, Venezuela)

GPS – Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBD – Instituto Biodinâmico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICCO – Interchurch Organization for Development Cooperation

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDEA – Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

INTERMAT – Instituto de Terras de Mato Grosso

DPI – Direitos de Propriedade Intelectual

KUL – Katholieke Universiteit Leuven

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MARN – Ministerio del Ambiente y de los Recursos Naturales (Caracas, Venezuela)

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MIN – Ministério de Integração Nacional

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP – Medida Provisória

MS – Ministério da Saúde

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

ONG – Organização Não Governamental

OPAN – Operação Amazônia Nativa

PADIC – Programa de Apoio Direto às Iniciativas Comunitárias

PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PG – Patrimônio Genético

PIB – Produto Interno Bruto

PIC – Programa Integrado da Castanha

PIF – Programa Integrado de Frutas

PIN – Plano de Integração Nacional

PLANAFLORO – Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNDA – Plano Nacional de Desenvolvimento Agrário

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PPIGRE – Programa de Promoção da Igualdade em Gênero, Raça e Etnia

PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio
PRODEPAN – Programa de Desenvolvimento do Pantanal
PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Oeste do Brasil
PROECOTUR – Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo
PROFRUTAS – Programa de Desenvolvimento da Fruticultura
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria
PT – Partido dos Trabalhadores
SAF – Sistema Agroflorestal
SEAM – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOM – Secretaria de Estado de Comunicação Social
SEDTUR – Secretaria de Estado de Turismo de Mato Grosso
SENAC – Serviço Nacional do Comércio
SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso
SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
SETEC – Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social
SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO – Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste
TEM – Sistema Universal Transversal de Mercator
TFP e nTFP – Produtos Florestais e Madeireiros e (não) Madeireiros
TBI – Tropenbos International
UC – Unidade de Conservação
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UnB – Universidade de Brasília
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNISELVA – Fundação de Apoio e Desenvolvimento da UFMT
UP – Unidade Produtiva
ZSEE – Zoneamento Sócio Econômico Ecológico

Figuras

- Figura 1. Ruínas da Catedral erguida no séc. XVIII, em Vila Bela da Santíssima Trindade (2005).
- Figura 2. Casas urbanas e habitantes de Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso – Brasil (2005).
- Figura 3. Croqui dos percursos realizados pela equipe, em maio de 2005, com vistas à seleção da área onde seriam realizados os levantamentos de campo.
- Figura 4. Entrevista realizada em Boqueirão (2005).
- Figura 5. Cenário típico do Pantanal do Guaporé – campos alagáveis com florestas estacionais (2006).
- Figura 6. Serra Ricardo Franco vista da localidade Boqueirão (2006).
- Figura 7. Cerrado na localidade Retiro (2006).
- Figura 8. Floresta estacional na comunidade Retiro (2006).
- Figura 9. Perfil da paisagem de Boqueirão
- Figura 10. Mapa de Boqueirão, com a localização dos sítios (2005).
- Figura 11. Perfil da paisagem de Retiro
- Figura 12. Mapa de Retiro, com a localização dos sítios (2005).
- Figura 13. Casa de pau-a-pique coberta com folha de babaçu, em Boqueirão (2006).
- Figura 14. Aspecto interior de uma cozinha, com fogões artesanal e industrializado (2006).
- Figura 15. Forno de barro (2006).
- Figura 16. Jirau para lavar louça (2006).
- Figura 17. Poço para coleta de água (2006).
- Figura 18. Local utilizado para lavar roupas (2006).
- Figura 19. Local para banho (2006).
- Figura 20. Banheiro (2006).
- Figura 21. Paiol (2006).
- Figura 22. Abrigo para carroças (2006).
- Figura 23. Galinheiro (2006).
- Figura 24. Abrigo para filhotes de aves domésticas (2006).
- Figura 25. Curral cercado com arame (2006).
- Figura 26. Chiqueiro suspenso (2006).
- Figura 27. Portos ao longo do rio Guaporé e Alegre.
- Figura 28. Uso direto de recurso madeireiro em Boqueirão (2006).
- Figura 29. Recursos madeireiros utilizados na moradia, em Boqueirão (2006).
- Figura 30. Recurso madeireiro utilizado como combustível, em Boqueirão (2006).
- Figura 31. Coleta de hortelã-do-campo, em Boqueirão (2006).
- Figura 32. Cabaça utilizada como utensílio doméstico, em Boqueirão (2006).
- Figura 33. Coleta de palmito, em Boqueirão (2005).
- Figura 34. Atividade de pesca (2005).
- Figura 35. Ovos de tracajá, usados na alimentação, coletados em Boqueirão (2006).
- Figura 36. Captura do tatu em Boqueirão (2006).
- Figura 37. Pastagem plantada e palmeiras babaçu, em Retiro (2005).
- Figura 38. Condução da regeneração natural de espécies florestais de interesse madeireiro no meio da pastagem, em Retiro (2005).
- Figura 39. Quintal agroflorestal, em Boqueirão (2006).
- Figura 40. Roça baseada no policultivo, em Boqueirão (2006).
- Figura 41. Quadrado com leguminosas
- Figura 42. Reunião para identificar as parcerias estabelecidas pelos moradores de Retiro (2005).
- Figura 43. Mapeamento em Retiro (2006).

Lista de Quadros

- Quadro 1. Planos, programas e projetos de governo que provocam impacto na área de indígenas e quilombolas.
- Quadro 2. Localidades visitadas, com suas coordenadas geográficas.
- Quadro 3. Aspectos gerais das localidades visitadas.
- Quadro 4. Síntese das características ambientais das localidades Retiro e Boqueirão.
- Quadro 5. Relação de sítios da comunidade Boqueirão.
- Quadro 6. Relação de sítios da comunidade Retiro.
- Quadro 7. Calendário agrícola (estações e calendário anual das roças), nas localidades Retiro e Boqueirão.
- Quadro 8. Calendário dos cultivos para o mercado em Retiro, município de Vila Bela, Mato Grosso, Brasil.
- Quadro 9. Calendário do manejo do gado e pastagem.
- Quadro 10. Lista de espécies cultivadas nas roças.
- Quadro 11. Espécies cultivadas e variedades intraespecíficas.
- Quadro 12. Relação das principais espécies de aproveitamento madeireiro em serrarias e laminadoras da região de Vila Bela da Santíssima Trindade.
- Quadro 13. Espécies de peixes capturadas pelos moradores da comunidade Retiro.
- Quadro 14. Práticas dos quilombolas relacionadas com o manejo do sistema agrícola.
- Quadro 15. Engenhos de cana-de-açúcar e aguardente.
- Quadro 16. Matéria-prima, produtos e finalidade.
- Quadro 17. Relação de produtos cultivados e coletados nas comunidades de Retiro e Boqueirão, e sua oportunidade de mercado.
- Quadro 18. Produtos e locais de comercialização.
- Quadro 19. Expectativa de futuro dos jovens quilombolas de Vila Bela.
- Quadro 20. Organizações que atuam junto às comunidades Retiro e Boqueirão.
- Quadro 21. Formas de relação e grau de importância na localidade Retiro.
- Quadro 22. Formas de relação e seu grau de importância em Boqueirão.

Lista de Tabelas

- Tabela 1. Composição percentual dos constituintes do fruto do babaçu.
- Tabela 2. Composição da farinha de babaçu.
- Tabela 3. Percentuais obtidos de análise química das amêndoas de babaçu.



José Carlos Leite

Possui graduação em Filosofia, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1981); mestrado em Educação, pela Universidade Federal de Mato Grosso (1992); doutorado em Comunicação e Semiótica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001); e pós-doutorado, pelo Instituto Tecnológico de Coimbra. Atualmente, é Professor Associado IV da Universidade Federal de Mato Grosso. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Epistemologia, e suas pesquisas focam os seguintes temas: Fronteiras epistêmicas, Naturalismo, Perspectivismo e Colonialidade.



Verone Cristina da Silva

Mestra em História, pela Universidade Federal (2001); e doutoranda em Antropologia Social, pela Universidade de São Paulo (USP) (2014). Atuou como professora e pesquisadora junto aos ribeirinhos, pescadores e pantaneiros da bacia hidrográfica do rio Cuiabá, quilombolas dos rios Alegre e Guaporé ao sudoeste de Mato Grosso. Atualmente, investiga ritual e cosmologia dos Chiquitano na fronteira do Brasil com Bolívia.

Este livro apresenta saberes e experiências de famílias negras que vivem nas comunidades de Retiro e Boqueirão do município de Vila Bela da Santíssima Trindade. As descrições enfatizam especialidades dos remanescentes para construção de casas, produção de alimentos e bebidas cerimoniais, fabricação de artefatos em couro e palha, manejo agrícola e do gado, diagnóstico e cura de doenças em humanos, animais e plantas; há ainda aqueles que atuam no ritual do Congo e a dança Chorado. O interesse dos autores está voltado em demonstrar a importância do “saber-fazer” na manutenção do modo de vida dessas famílias.

Os negros ancestrais da região foram trazidos da África pela coroa portuguesa e escravizados na exploração das minas de ouro, na construção da cidade em 1752 e no povoamento da fronteira, a fim de assegurar as terras de domínio português e os limites da Amazônia, em disputa com a América Espanhola. No final do século XIX e início do século XX, a maioria de seus parentes trabalhou na extração do látex da borracha, através do sistema de aviamento. A presença de agropecuárias instaladas na região, na década de 1960, produziu novas relações de trabalho e diferentes formas de uso da terra. Neste contexto, as famílias foram expulsas de suas antigas ocupações e a produção econômica local voltou-se quase que exclusivamente para a criação de grandes animais (bovino, especialmente), reduzindo o manejo agrícola e criando dependência de produtos adquiridos por meio da compra.

Atualmente, as moradias das famílias quilombolas estão situadas em locais de domínio familiar, denominados sítios, dispostos em ambientes formados por capões, matas e pantanais; as áreas de domínio coletivo estão destinadas à caça, pesca, coleta de frutos e madeira. Tanto as áreas familiares quanto as coletivas estão pressionadas por fazendas de gado. Contudo, por meio da Associação Rural Negra, reivindicam o direito de serem reconhecidos como grupo étnico e a garantia de suas terras tradicionalmente ocupadas.

Neste livro, os resultados do Projeto Guyagrofor falam por si mesmos. As conclusões estão postas e podem ser analisadas, reviradas, discutidas. Não quero falar da qualidade do trabalho, por evidente que é. Quero, sim, refletir sobre a importância de trabalhos desta natureza e sobre o papel que deveriam ter, e certamente terão, no futuro.

Vivemos uma época de divisões que não mais fazem sentido. Alguns estudam o rural e outros o urbano como se fossem fenômenos independentes; alguns estudam a agricultura e outros a indústria, certamente irmãos siameses; alguns estudam os solos e outros as plantas, como se não houvesse continuidade entre eles; alguns estudam a sociedade e outros a natureza, como se não fossem objeto e imagem no espelho.

Rodrigo Aleixo Brito de Azevedo
Agrônomo (UFMT / Unilab)



Apoio



ISBN 978-85-327-0537-2



9 788532 705372



ISBN 978-85-67770-01-7



9 788567 770017